

TIAGO WOLFGANG DOPKE

***NOSCE TE IPSUM: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA
REVISTA CONSCIÊNCIA***

DOURADOS – 2011

TIAGO WOLFGANG DOPKE

***NOSCE TE IPSUM: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA
REVISTA CONSCIÊNCIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Fronteiras, Identidades e Representações.*

Orientador: Prof. Dr. **Cláudio Alves de Vasconcelos.**

DOURADOS – 2011

TIAGO WOLFGANG DOPKE

***NOSCE TE IPSUM: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA
REVISTA CONSCIÊNCIA***

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

2º Examinador:

3º Examinador:

A meus pais, Egberto e Cecília, mestres da vida, que
me ensinaram tudo o que sei.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, quero agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que o mesmo fosse realizado. Agradeço, portanto, ao professor Cláudio Vasconcelos, pela orientação, e aos professores João Carlos de Souza e Eudes Fernando Leite, pelas leituras, indicações e contribuições durante o processo de qualificação.

Agradeço também àqueles com quem vivi e convivi ao longo da pesquisa. Ao Luiz Piesanti, Douglas Teixeira, Maurício Lemes, Júnior Duarte, Felipe Almeida, Hemerson Catão, Fernando Dagata, Shirley e Jader Capilé, pela camaradagem. Ao Leandro e ao Rafael Dopke, pela fraternidade. Ao tio Antônio, pela ajuda valiosa. À Alexandra, pelo amor.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar aspectos da sociabilidade maçônica em Mato Grosso do Sul durante a década de 1990, através da leitura da *Revista Consciência*, publicação surgida com o intuito de servir como veículo de comunicação entre os maçons do estado. No final do século XX, a maçonaria passava por um momento de redefinição no Brasil, em que tentava estabelecer o papel a ser desempenhado no século XXI, o que passava necessariamente por um diálogo entre as três obediências maçônicas do país e pela discussão sobre sua atuação política. O discurso veiculado pela revista será abordado a partir de considerações sobre a ambivalência tradição/modernidade presente na sociabilidade maçônica.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade maçônica. Imprensa. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This summary aims to analyze aspects of the masonic sociability in Mato Grosso do Sul during the 90s, through the reading of *Revista Consciência*, publication cropped up with in order to serve as a medium among the freemasons of the state. At the end of the 20th century, freemasonry crossed a redefinition moment in Brazil, in which was trying to establish a role to be played in the 21st century, whichever necessarily passed through a dialogue amongst the three Masonic Obedience of the country and the discussion about its political acting. The speech organized by the magazine shall be dealt with from the considerations about the ambivalence tradition/modernity existent on the masonry sociability.

KEY-WORDS: Masonic sociability. Press. Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da Revista Consciência nº 6	97
Figura 2 – Capa da Revista Consciência nº 3	98
Figura 3 – Capa da Revista Consciência nº 8	99

SUMÁRIO

Lista de figuras	08
Introdução	10
Capítulo 1	
A SOCIABILIDADE DOS PEDREIROS-LIVRES	
1.1. O conceito de sociabilidade nos estudos sobre maçonaria	21
1.2. Unidade e divisão na maçonaria européia	25
1.3. Sociabilidade maçônica no Brasil oitocentista	31
1.4. Autofagia maçônica no século XX	35
1.5. Sociabilidade maçônica em Mato Grosso do Sul	40
Capítulo 2	
CONSCIÊNCIA: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA IMPRESSA	
2.1. Um olhar sobre a imprensa maçônica	45
2.2. <i>Consciência</i> política	52
2.3. Maçom vota em maçom	61
Capítulo 3	
MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA REVISTA CONSCIÊNCIA	
3.1. <i>Consciência</i> moderna	77
3.2. <i>Consciência</i> tradicional	83
Considerações finais	90
Referências bibliográficas, Obras consultadas e Relação de Fontes	92
Anexos - Figuras	97

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como objetivo analisar aspectos da sociabilidade maçônica na história recente de Mato Grosso do Sul e, por extensão, no Brasil. Como a pesquisa está sendo feita por um não-maçom (ou *profano*, como são chamados os não-iniciados pelos membros da ordem maçônica), todas as fontes e referências utilizadas são acessíveis a qualquer pessoa, encontradas em livros, revistas, documentos e páginas da internet.

A Maçonaria está presente no Brasil desde o final do século XVIII. Ao longo de mais de dois séculos, a Ordem tem participado ativamente de momentos importantes da história do país, seja assumindo as causas da *modernidade*, seja construindo redes de iniciativas filantrópicas, seja disputando espaços no poder público. Atualmente, sua presença se faz notar de diversas formas. Se acessarmos um site de busca com o termo *maçonaria*, teremos milhares de possibilidades de acesso a várias informações e publicações; sebos e livrarias expõe frequentemente obras que tratam da mesma; no Congresso Nacional encontramos sempre uma *bancada maçônica*; as visitas de grão-mestres aos chefes dos poderes constituídos é praticamente uma tradição, durante as quais são entregues documentos avaliativos e projetos para a nação; há algumas milhares de instituições filantrópicas organizadas pela Maçonaria em todo o território nacional; os marcos e templos maçônicos estão sempre posicionados, de forma discreta, na arquitetura das cidades; o imaginário popular é pródigo em lendas e boatos sobre a instituição, tratando, invariavelmente, da especulação sobre seus segredos, da proibição da presença feminina, dos supostos rituais com bodes e pactos diabólicos, da ajuda mútua e da riqueza; desde a década de 1980 estima-se que sejam criadas em torno de cem lojas maçônicas anualmente no país. Portanto, é difícil entender a ausência de tão importante instituição na agenda de pesquisas das Ciências Humanas.

Levando-se em conta a falta de tradição da pesquisa histórica sobre o universo maçônico no Brasil, assim como meu completo desconhecimento anterior em relação à instituição, posso afirmar que a escolha do objeto de pesquisa se deu por curiosidade e por pensar que seria interessante trazer a discussão sobre o tema para a

pesquisa histórica em Mato Grosso do Sul. Graduado em História pela UFMS de Dourados em 2004, exerci o magistério no Ensino Fundamental e Médio de 2005 a 2008. A idéia de voltar aos estudos acadêmicos e preparar um projeto sobre a história da Maçonaria em Mato Grosso do Sul se deu por estímulo de amigos, que acreditavam tratar-se de um tema pouco estudado, mas bastante pertinente. A leitura da ainda pequena literatura acadêmica sobre a Maçonaria brasileira, composta principalmente de obras historiográficas, assim como o contato com a vasta literatura não-acadêmica, produzida por autores maçons sobre a instituição, revelou-me alguns aspectos importantes sobre a Ordem: sua presença em eventos políticos importantes da história nacional, a diversidade de sua implantação em grandes e pequenas cidades, seus aspectos organizacionais, seu trabalho filantrópica, a multiplicidade de seus ritos e doutrinas, suas relações constantemente conflituosas com a Igreja Católica, as divisões internas que acabaram levando à formação de não uma, mas várias *maçonarias*, e uma combinação paradoxal de valores oriundos de culturas tradicionais com valores típicos da modernidade no interior da sociabilidade maçônica. Como notado pelo sociólogo José Rodorval Ramalho¹, a Maçonaria é marcada por ambivalências. O contraste entre tradição e modernidade é uma constante dentro da sociabilidade e do discurso da ordem. Nesse sentido, a obra desse autor é uma referência teórica crucial para a compreensão da combinação desses dois universos de valores (tradicional e moderno) expressa no discurso das fontes utilizadas.

Um dos objetivos iniciais deste trabalho, portanto, seria descrever e analisar os elementos envolvidos neste entrecruzamento, buscando compreender os significados da ambivalência tradição/modernidade dentro do discurso da Maçonaria sul-mato-grossense. Os desafios não demoraram a se apresentar. É preciso observar que, embora o número de trabalhos acadêmicos sobre o tema tenha crescido bastante nas últimas décadas, a história da Maçonaria continua sendo um objeto ainda bastante complicado para se pesquisar, principalmente por causa do problema de acessibilidade às fontes. O caráter secreto (ou discreto) das lojas maçônicas termina por vetar o acesso a seus arquivos a quem não pertence à instituição. Embora esse detalhe seja atenuado em outros países, como Estados Unidos e França, em que existem inclusive bibliotecas maçônicas e incentivos das lojas para o estudo da história da instituição, no Brasil ainda há um estranhamento em relação à pesquisa acadêmica. Apesar de tais dificuldades,

¹ RAMALHO, J.R., *Novae sed antiquae*, p. 20-29.

trabalhos importantes vêm sendo realizados no sentido de inserir os estudos sobre Maçonaria entre as Ciências Humanas.

Feita esta observação, analisemos a fonte escolhida para a pesquisa: a Revista *Consciência*, publicação bimestral que esteve ao encargo da Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul (GLEMS) filiada à CMSB (Confederação da Maçonaria Simbólica Brasileira), voltada para a divulgação de notícias, atividades e trabalhos das lojas maçônicas sob sua jurisdição, além de informações de interesse da Grande Loja. Publicada até hoje, a revista teve seu primeiro número lançado em setembro de 1991. O recorte temporal definido para o trabalho é de 1991 a 1999, período em que o GLEMS entrou em fase de conversações e reconhecimentos de amizade com as demais potências maçônicas atuantes no estado: o Grande Oriente de Mato Grosso do Sul (GOMS), filiado a COMAB (Confederação Maçônica do Brasil) e o Grande Oriente do Estado de Mato Grosso do Sul (federado ao GOB, o Grande Oriente Brasileiro, tendo como sigla, portanto, GOB-MS).

Tendo em vista, portanto, que a Maçonaria não é uma instituição monolítica e unificada, mas dividida em *obediências* ou *potências* através de cisões ocorridas ao longo de sua trajetória histórica, é preciso levar em conta o caráter *federativo* da Revista *Consciência*, já que o GLEMS é uma instituição estadual, não submetida a uma potência central (como é o caso do GOB), portanto, com ideário e projetos bastante específicos, embora a publicação também traga artigos escritos por membros de lojas pertencentes às outras obediências e até de potências de outros estados, efeito da fase de reconhecimentos recíprocos estabelecidos entre as instituições em todo o Brasil.

Em consonância com outros autores acadêmicos que trabalham com o tema, como Alexandre Mansur Barata², Marco Morel e Jean Françoise de Oliveira Souza³, o conceito-chave para a leitura das fontes será a noção de *sociabilidade*, utilizada por Maurice Agulhon⁴ para entender a dinâmica da vida associativa em épocas e espaços específicos. Em outras palavras, como a sociabilidade maçônica sul-mato-grossense aparece representada na Revista *Consciência*? Como o discurso veiculado pela revista pode nos ajudar a entender as estruturas dessa sociabilidade, numa época em que a

² Cf. BARATA, A. M., *Luzes e sombras*.

³ Cf. MOREL, M.; SOUZA, J. F., *O poder da maçonaria*.

⁴ Cf. AGULHON, M., *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*.

Maçonaria brasileira estava repensando seu papel e procurando novas formas de inserção e influência?

Trazendo em suas páginas uma gama bastante variada de matérias, que vão desde a ritualística e a mística maçônicas até assuntos de interesse prático como sistema de mensalidades e programação de eventos, o recorte temático operado pela pesquisa se deu em torno dos artigos referentes às relações da instituição com o seu entorno. Em outras palavras, qual é o discurso da revista em relação aos pontos cardeais das preocupações maçônicas: papel da Maçonaria no passado e no presente, diálogo inter-potências, educação, interiorização e política. Por interiorização entenda-se o processo pelo qual o GLEMS buscou expandir suas lojas e suas ações por todo o território sul-mato-grossense, tendo a Revista *Consciência* um claro papel didático, instruindo os membros das lojas nas lides maçônicas, na filosofia da Ordem e no posicionamento dos iniciados frente às questões políticas e sociais da época. Para a compreensão deste processo, faz-se necessário conhecer a estrutura organizacional maçônica, assunto este tratado pela própria revista e por autores maçons.

A análise da revista leva a uma importante questão de representação, afinal, a publicação procura construir uma história da Maçonaria que, obviamente, faz a sua apologia, estabelecendo uma imagem que os maçons fazem deles próprios; nesta representação, a Maçonaria é uma sociedade que agiu secretamente em momentos importantes da história do Brasil e do mundo, sempre levando a humanidade ao caminho do progresso e da luz. São freqüentes as afirmações de que o processo de independência de 1822, a abolição da escravatura de 1888 e a proclamação da república de 1889 são resultados da incansável e exclusiva luta da Maçonaria, que seria responsável pela evolução do mundo nos últimos trezentos anos. Neste sentido, será utilizado como referencial teórico o conceito de *invenção das tradições* de Eric Hobsbawn e Terence Ranger⁵, que fornecerá as ferramentas de análise da construção da imagem maçônica impressa na Revista *Consciência*.

Sobre o diálogo inter-potências, buscarei explorar a relação entre as três obediências maçônicas atuantes no estado, os pontos em que elas entram em acordo ou em atrito, procurando realizar em escala sul-mato-grossense algo semelhante ao feito

⁵ HOBBSAWN, E.; RANGER, T., *A invenção das tradições*, p. 9-23.

pelo autor maçom José Castellani⁶, quando trata da história das cisões ocorridas no seio da maçonaria brasileira durante o século XX.

Levando-se em consideração Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, segundo os quais a Maçonaria brasileira entrou em franco processo de declínio a partir da década de 1930⁷, percebe-se uma preocupação constante nas matérias da revista em relação ao papel a ser tomado pela instituição às vésperas do terceiro milênio. Seus artigos trazem um discurso que busca qualificar os membros das lojas como homens transformadores, representantes de um ideário que parece se esvaír. São discutidos critérios mais rigorosos para admissão de membros, maneiras de inculcar a filosofia e a ritualística da ordem de forma mais adequada entre suas fileiras e vias de inserção de maçons na vida política.

Utilizando como referencial teórico o conceito de *poder indireto*, proposto por Reinhart Koselleck⁸ para analisar o papel desempenhado pelas lojas maçônicas na Europa, procurarei intuir o paradoxo do caráter *indiretamente político e diretamente apolítico* da instituição, que, através da campanha *maçom vota em maçom*, veiculada nas edições da revista publicadas em período eleitoral, apresenta nomes e projetos de candidatos maçons a postos políticos. Utilizando como referência o estudo de Luiz Eugênio Vésicio⁹ sobre o tráfico de influências da maçonaria gaúcha, procurarei encontrar os posicionamentos políticos adotados pelas lojas maçônicas sul-mato-grossenses durante os processos eleitorais da década de 1990, mesmo que a instituição se declarasse apolítica. Ou seja, como se dá essa oposição entre política e moral dentro dos discursos da revista e como esse jogo influencia na definição de um ideário político maçônico? Para a compreensão da história política recente de Mato Grosso do Sul temos a obra de Marisa Bittar¹⁰, através da qual será feito o diálogo com a revista.

Por fim, vale lembrar que trabalhos como o de Guilherme Cesar Temp Schmidt¹¹ também utilizaram como principais fontes revistas veiculadas por

⁶ CASTELLANI, J., *História do Grande Oriente do Brasil*, p. 184-274.

⁷ MOREL, M.; SOUZA, J.F., *Op. Cit.*, p. 221-228.

⁸ KOSELLECK, R., *Crítica e Crise*, p. 56-88.

⁹ VÉSCIO, L. E., *O crime do padre Sório*, p. 119-175.

¹⁰ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado*, vol. 2, p. 263-321.

¹¹ Cf. SCHMIDT, G. C. T., *Revista O Delta*.

obediências maçônicas. A leitura destes trabalhos fornecerá importantes referências para o estudo da Revista *Consciência* e do papel da sociabilidade maçônica na história recente de Mato Grosso do Sul.

CAMINHOS DA PESQUISA

Pesquisar a história da Maçonaria é tarefa que apresenta uma série de percalços. O principal é o que diz respeito à dificuldade em *adentrar* o universo maçônico sem pertencer aos quadros da Ordem. Embora se trate de uma instituição com mais de dois séculos de presença no Brasil, o acesso a documentos maçônicos para pesquisadores não-maçons ainda encontra restrições, em contraste com a realidade vivida por historiadores e sociólogos que estudam a ordem nos EUA e na Europa. Comentando as dificuldades enfrentadas quando investigava a ajuda mútua entre maçons, o sociólogo José Rodorval Ramalho escreve:

O motivo desta restrição foi a dificuldade encontrada para consultar arquivos e realizar entrevistas que permitissem um aprofundamento desse aspecto da sociabilidade maçônica. (...) a relação de confiança entre maçons e pesquisadores ainda se encontra nos seus momentos iniciais. Daí, qualquer pergunta ou solicitação é, quase sempre, vista de maneira reservada.¹²

Tal dificuldade impediu-me de prosseguir com o intento inicial deste projeto, qual seja, pesquisar a história da Maçonaria em Mato Grosso do Sul através de consultas às atas e documentos de algumas lojas maçônicas e entrevistas com maçons. O impedimento, porém, levou-me a buscar outras fontes: além de uma porção de livros importantes escritos por intelectuais maçons brasileiros (José Castellani, Rizzardo da Camino, Nicola Aslan, Waldemar Zveiter, só para citar os mais importantes), encontrei também jornais e revistas os mais diversos escritos por maçons e para maçons; periódicos como *A Verdade* e *A Trolha* (publicados pela Grande Loja do Estado de São Paulo e pela Grande Loja do Estado do Paraná, respectivamente) pareciam excelentes fontes de consulta para o pesquisador interessado nos aspectos sociais da atuação da Maçonaria. Foi através da internet que descobri um periódico produzido pela Maçonaria sul-mato-grossense, a Revista *Consciência*, publicada desde 1991. Consegui adquirir as

¹² RAMALHO, J. R., *Op. Cit.*, p. 131.

edições encadernadas de *Consciência* através do site www.mercadolivre.com.br e então decidi tornar a revista minha principal fonte de consulta. É importante salientar então que tal publicação traz uma porção de elementos valiosos para pesquisa, como as relações entre as três potências maçônicas atuantes em Mato Grosso do Sul, a ação das lojas na sociedade *profana* através da filantropia, mas, principalmente, centenas de artigos que procuram tratar da identidade maçônica às portas do terceiro milênio; temas como a natureza da maçonaria, a problemática de sua atuação política, a busca pelo aperfeiçoamento moral de seus quadros, ideário, ética, filosofia maçônica e os desafios colocados à continuidade da Ordem na última década do século XX são os mais frequentes.

Adquiridas as edições da revista, tratava-se agora de mudar o enfoque da pesquisa. Resolvi fazer um recorte temporal que abrangesse a década de 1990 (1991 a 1999, mais precisamente), pois tal período coincide com o tempo em que a publicação foi editada pela GLEMS, a Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul (a partir de 2000, os direitos de propriedade da publicação foram transferidos para um de seus editores, Ademir Batista de Oliveira, que a transformou, basicamente, em um informativo maçônico independente, não mais vinculado a potências ou lojas específicas). Além disso, a década de 1990 foi um período de maior diálogo entre as diferentes potências do país e as páginas da revista demonstram isso. Também foi o período em que houve uma intensa disseminação de lojas maçônicas pelo Brasil, embora a esse aumento quantitativo, a julgar pelo discurso da revista, não correspondesse sua contraparte qualitativa.

Com a fonte em mãos, tratava-se agora de fazê-la dialogar com a bibliografia. Encontrar literatura acadêmica não-maçônica sobre a Maçonaria no Brasil revelou-se um verdadeiro trabalho de garimpagem. No entanto, pesquisas de qualidade vêm sendo produzidas sobre o tema desde a década de 1980. A maioria investiga a ação da Ordem em momentos em que sua presença se fez mais visível na história do país: processo de independência, revoltas regenciais, abolicionismo e instauração da república, assim como suas relações conflituosas com a Igreja Católica. Poucas obras científicas tratam da atuação da instituição em períodos posteriores a 1930, provavelmente devido ao processo de *blindagem* por que passou durante a Era Vargas e posteriormente no período militar, processo este que afastou suas próprias fileiras de discussões políticas e fez com que a maioria dos maçons assumisse uma posição oficial de condescendência, ou mesmo apoio, aos regimes vigentes. No entanto, alguns autores, como os

historiadores Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza e o sociólogo José Rodorval Ramalho, produziram obras panorâmicas que tratam também da história recente, contemplando a Maçonaria como instituição dinâmica e multifacetada, cuja presença se faz sentir em diversos aspectos da própria cultura brasileira. Tais autores me ajudaram a salientar um paradoxo que salta aos olhos no discurso da Revista *Consciência* e nas obras de autores maçons: uma ampliação sensível do número de lojas maçônicas em todo o país a partir da década de 1980, acompanhada de uma crise na própria razão de ser da Maçonaria, ocasionada pela consolidação da sociedade civil e pela emergência de novos espaços de sociabilidade, o que acabou esvaziando a ordem em algumas de suas funções tradicionais. Tornava-se interessante ler a revista sob esta perspectiva: como os escritores maçons que assinavam os artigos impressos procuravam reconstruir um sentido para a maçonaria e como entendiam que deveria se dar sua atuação frente às condições colocadas pelo ocaso do século XX?

Durante a leitura da bibliografia acadêmica, deparei-me com um conceito teórico utilizado por todos os autores e que resolvi adotar também como chave de leitura das fontes: a noção de *sociabilidade*. Elaborada por Georg Simmel¹³ nas primeiras décadas do século XX como ferramenta de estudo da complexidade das diversas formas de relação social e utilizada exclusivamente por sociólogos durante a primeira metade do século XX, o conceito de sociabilidade foi trazido para a ciência histórica por Maurice Agulhon¹⁴ na década de 1960 para estudar as *sociedades de pensamento* européias. A partir de Agulhon, desponta uma série de estudos históricos sobre a Maçonaria que a tomam como um *fato social* ou mesmo um *movimento*, um modelo de sociabilidade que adquire características diversas de acordo com o tempo e o lugar, mas que mantém uma série de aspectos constantes. Além de Simmel e Agulhon, entrei em contato também com a obra de Reinhart Koselleck¹⁵, que estabeleceu o conceito de *poder indireto* exercido pelas lojas maçônicas e a contradição da *política apolítica* exercida pela instituição; notei que seria coerente aplicar tal noção ao estudo do discurso da Revista *Consciência*, que procura lembrar a seus leitores a missão política da Maçonaria, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, afirma sua postura apolítica. Outra idéia importante, também utilizada por autores que trabalham com o tema

¹³ SIMMEL, G., *Sociologia*, p. 165-188.

¹⁴ Cf. AGULHON, M., *Op. cit.*

¹⁵ KOSELLECK, R., *Op. cit.*, p. 49-110.

maçonaria, que serviu para entender como o discurso maçônico constrói suas representações, foi o conceito de *invenção das tradições* de Eric Hobsbawn e Terence Ranger, ou seja, como persiste, no mundo maçônico, uma miríade de mitos que se amalgamam a fatos históricos e fazem as origens da ordem recuarem à mais remota antiguidade e originam seus ritos, seu imaginário e, sobretudo, sua identidade.

De posse das fontes, da bibliografia e dos referenciais teóricos, senti que faltava à pesquisa algum modelo de estudo da imprensa escrita, já que a fonte é um periódico. Os trabalhos de Tânia Regina de Luca¹⁶, Letícia Nunes de Moraes¹⁷ e Ana Luiza Martins¹⁸ foram escolhidos, então, como referências importantes sobre o tratamento dado às revistas enquanto fonte histórica. No entanto, são ainda de maior importância os estudos de pesquisadores que trabalharam especificamente com imprensa maçônica; nesse sentido, os trabalhos de Guilherme César Temp Schmidt¹⁹ sobre a revista maçônica gaúcha *O Delta* e as considerações do historiador espanhol Celso Almuiña Fernandez²⁰ sobre a importância e as especificidades da imprensa maçônica tornaram-se bibliografia essencial.

A estrutura da dissertação está assim organizada: o primeiro capítulo, que tem o título de *A sociabilidade dos pedreiros-livres*, começa tratando do conceito de sociabilidade e de sua aplicação nos estudos históricos sobre a Maçonaria. Num segundo momento, falaremos sobre as origens desta instituição e sobre como o modelo de sociabilidade por ela preconizado teve influência sobre a construção do mundo moderno durante os séculos XVIII e XIX. Abordaremos a inserção das lojas maçônicas no Brasil e o processo pelo qual a rede associativa maçônica se insere na sociedade brasileira. Sob o sub-título *Autofagia maçônica*, ressaltaremos que a Maçonaria nunca formou um bloco compacto de idéias e militantes, pelo contrário, disputas e dissensões internas sempre foram motivo de cisões dentro do universo da Ordem, desde suas origens na Inglaterra; trataremos, portanto, dos conflitos e reconciliações pelos quais a instituição passou no Brasil durante os séculos XIX e XX, em especial os cismas ocorridos em 1927 e 1973, eventos estes que levaram à atual configuração da Ordem no

¹⁶ Cf. LUCA, T. R., *A Revista do Brasil*.

¹⁷ Cf. MORAES, L. N., *Leituras da Revista Realidade*.

¹⁸ Cf. MARTINS, A. L., *Revistas em revista*.

¹⁹ Cf. SCHMIDT, G. C. T., *Revista O Delta*.

²⁰ Cf. FERNÁNDEZ, C. A., *Prensa y opinión pública*.

país: o centralizado GOB (Grande Oriente do Brasil) e as descentralizadas CMSB (Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil) e COMAB (Confederação da Maçonaria Brasileira). As tensões entre as três *potências* ou *obediências* maçônicas, assim como seus momentos de aproximação, serão estudados junto com suas estruturas organizacionais e sua inserção em território sul-mato-grossense; através de leituras de artigos da Revista *Consciência*, buscaremos entender como se deu a proliferação de lojas maçônicas no sul de Mato Grosso em meados do século XX, lojas estas ligadas à Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia (GLEB) e à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo (GLESP), sem relação, portanto, com o Grande Oriente do Brasil de Mato Grosso (GOB-MT), ou seja, ressaltaremos como o regionalismo e divisionismo do *sul* de Mato Grosso já se expressavam em termos maçônicos, o que culminou com a criação da GLEMT (Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso) sediada em Campo Grande, em 1962. As rivalidades e aproximações entre as três potências maçônicas atuantes no estado até o fim da década de 1990 serão objeto de estudo do último tópico, assim como suas relações com as elites políticas da região.

O segundo capítulo trata de como a *Revista Consciência*, periódico maçônico editado em Campo Grande (ao encargo da GLEMS desde o início de sua publicação até 1999) tratou de questões relacionadas à política sul-mato-grossense, assim como o diálogo inter-potências e o papel da Ordem maçônica dentro da sociedade contemporânea. Traçaremos um breve histórico da imprensa maçônica no Brasil, discutindo as ambivalências de um órgão de comunicação publicado por uma instituição marcada pelo segredo. As preocupações de seus autores com a *interiorização* das atividades maçônicas pelo estado e, em especial, as campanhas *maçom vota em maçom*, promovidas pela revista, serão abordadas com destaque, analisadas a partir do conceito de *poder indireto*, desenvolvido pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. A participação de figuras de destaque da política sul-mato-grossense, como Levy Dias, Pedro Pedrossian e André Pucinelli, dentro dos quadros maçônicos, a partir de suas contribuições à revista com artigos ou entrevistas, serão importante fonte de pesquisa para a curiosa mescla de posições *políticas* e *apolíticas* praticada pelas lojas maçônicas. Enfim, como a sociabilidade maçônica sul-mato-grossense se expressou através de um veículo impresso ao longo da década de 1990, com todas as contradições e ambivalências características de qualquer forma de sociabilidade.

O terceiro capítulo aborda a fusão entre elementos tradicionais e modernos dentro do discurso maçônico, no contexto brasileiro da década de 1990. Para tanto, será

analisado o discurso presente na Revista *Consciência* e nos autores maçons consultados. Verificaremos as contradições e ambivalências da atuação maçônica em Mato Grosso do Sul, assim como as ambigüidades do ideário da instituição. Tomando como referência a obra *Novae sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira*, do sociólogo José Rodorval Ramalho, tentaremos entender como se dá esse entrecruzamento de horizontes dentro da reprodução institucional da ordem maçônica no estado; servirá também como referencial a obra *A Invenção das Tradições*, organizada por Eric Hobsbawn e Terence Ranger, que fornecerá o instrumental teórico para que possamos compreender o processo de construção do simbolismo maçônico, composto de signos, sinais, toques, rituais de iniciação, isto é, de *tradições inventadas* que se dão a partir da continuidade com um passado histórico mítico, inculcando normas de comportamento e gerando sentimentos de identidade coletiva. A maneira como essas tradições se mesclam a aspectos e valores intrínsecos à modernidade será o eixo de pesquisa deste último capítulo.

CAPÍTULO 1: A SOCIABILIDADE DOS PEDREIROS- LIVRES

1.1 O CONCEITO DE SOCIABILIDADE NOS ESTUDOS SOBRE MAÇONARIA

Desde que o historiador francês Maurice Agulhon publicou a primeira edição de seus estudos sobre a Maçonaria francesa do século XVIII, em 1966, tornou-se praxe entre os pesquisadores desta instituição a utilização do conceito de sociabilidade para evidenciar certos aspectos intrínsecos à sua organização e atuação, assim como sua própria natureza. De acordo com Agulhon, as lojas maçônicas foram pioneiras na disseminação de uma nova forma de relação social, baseada nos princípios iluministas, no liberalismo e no caráter associativo livre e voluntário. Teria sido principalmente através delas que parte da burguesia francesa criara um círculo de relações que destoava das regras do Antigo Regime e vivia uma nova forma de convivência, ou sociabilidade. A maçonaria seria um dos grupos sociais (assim como as sociedades literárias, academias, clubes, cafés, salões) através dos quais teria sido introduzido um novo comportamento ilustrado entre alguns setores da burguesia, em pleno Estado absolutista. A presença do elemento do *segredo* foi o cimento que deu liga aos praticantes deste novo modelo de relação social, doravante identificado com a modernidade.¹ Anteriormente, tal conceito era um tanto impreciso, utilizado por psicólogos e filósofos para explicar os impulsos que levam os homens a tomar gosto pela vida em sociedade; a partir da obra de Agulhon, o termo ganha novas acepções e torna-se importante ferramenta para a pesquisa das diversas formas de vida associativa em diferentes momentos da história. De acordo com o pesquisador maçom William Almeida de Carvalho:

¹ AGULHON, M., *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*, p. 165-211.

Agulhon define a sociabilidade como a maneira como os homens vivem suas relações interpessoais e se inserem nos seus diversos entornos, não caracterizando somente psicologias individuais. Varia com o meio social, muitas vezes com o país e certamente com as épocas. Grupos inteiros podem ser coletivamente sociais, ou mais sociais que outros: os parisienses mais que o pessoal do interior, os operários mais que os camponeses, os homens do século XVIII mais que os do século XVII etc. Enfim, estudar sociologicamente a maçonaria como um fato social, ou seja, uma forma de coerção sobre os indivíduos que é tida como uma coisa exterior a eles, tendo uma existência independente e estabelecida em toda a sociedade, que é considerada então como caracterizada pelo conjunto de fatos sociais estabelecidos.²

No entanto, quando Agulhon escrevia seu livro, não tinha então conhecimento dos estudos sobre sociabilidade que haviam sido realizados pelo sociólogo alemão Georg Simmel nas primeiras décadas do século XX. Em *Die Geselligkeit* (A Sociabilidade), Simmel já havia utilizado o conceito para explicar certos elementos da vida associativa, mas o historiador francês admite ter tomado conhecimento deste texto somente na década de 1980. Com o objetivo de analisar as interações entre as pessoas que compõem agrupamentos religiosos, políticos ou culturais, Simmel desenvolve o conceito de *sociação*, que seria a forma (realizada através de inúmeros e diversos meios) pela qual os indivíduos procuram se juntar em grupos que satisfaçam seus interesses, que podem ser sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos. O sociólogo alemão reconhece que as sociabilidades podem ser tomadas como modelos de ajuntamento de homens que compartilham interesses objetivos, impulsos religiosos, propósitos de defesa ou ataque, instrução, auxílio mútuo, enfim, intenções que levam estes sujeitos a buscar conviver reciprocamente com outros sujeitos, influenciando-os e sendo por eles influenciados. Essa interação, ainda de acordo com Simmel, leva tais indivíduos a formarem uma unidade (ou sociedade, ou irmandade), na qual os conteúdos da sociação (impulsos, interesses, propósitos, estados psíquicos, movimentos) atuam como elementos que transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para o outro.³ No caso em questão, a maçonaria forneceria os elementos necessários para que se formasse uma determinada forma de congregação que ligasse homens com necessidades e interesses específicos. Segundo Simmel:

² CASTELLANI, J.; CARVALHO, W.A., *História do Grande Oriente do Brasil*, p. 514.

³ SIMMEL, G., *Sociologia*, p. 165-167.

Aqui, sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais (...) É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas (...) Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência. De fato, às vezes é apenas esse impulso o que sugere os conteúdos concretos de uma sociação particular.⁴

Estabelecidos os pressupostos da sociabilidade, elaborados por Georg Simmel, e indicadas as relações deste conceito com os estudos sobre a maçonaria setecentista desenvolvidos por Maurice Agulhon, tratemos agora de incorporar esta problemática aos diálogos travados entre a história cultural e a nova história política (ou história política renovada). De acordo com o historiador francês Jean-François Sirinelli, este diálogo pode levar o historiador para além da análise dos comportamentos coletivos, atentando também para aquilo que provém das sensibilidades e da percepção, como os processos de transmissão de regras, crenças e valores.⁵ Este mesmo autor analisa as sociabilidades a partir de suas várias representações, propondo que as estruturas de sociabilidade variam sempre entre épocas e subgrupos (o que já havia sido posto por Agulhon), mas chamando atenção para o importante papel desempenhado pelos conflitos dentro das mesmas. Adiante trataremos dos diversos desentendimentos internos que foram levando à fragmentação da Ordem maçônica no Brasil e no mundo; momentos estes marcados pela discórdia, característica também presente nas estruturas de sociabilidade, como atenta Sirinelli:

A atração e a amizade e, *a contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microssociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão.⁶

⁴ *Ibidem*, p. 168.

⁵ SIRINELLI, J.F., *Elogio da complexidade*. p. 412.

⁶ SIRINELLI, J.F. *Os intelectuais*. p. 250.

A razão, um dos apanágios da maçonaria, não seria capaz de controlar as paixões, interesses e ideários diversos e divergentes de seus membros. Para Sirinelli, não há nada mais natural, pois a

sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual se interpenetram o afetivo e o ideológico. As 'redes' secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos.⁷

O historiador também chama atenção para o papel que a imprensa desempenha na consolidação, estruturação e divulgação de determinadas formas de sociabilidade, assim como evidencia suas contradições. Uma revista termina por se tornar um foro de discussão interno às sociabilidades, representando de forma bastante clara seus aspectos harmoniosos e conflituosos. A Revista *Consciência*, fonte de pesquisa deste trabalho, cuja trajetória e aspectos estruturais serão trabalhados no segundo capítulo, apresenta em seu discurso esta ambivalência: ao mesmo tempo em que faz a apologia da Ordem maçônica, procurando explicitar sua unicidade (apesar da multiplicidade) e a liberdade, igualdade e fraternidade que ligam seus membros, deixa entrever suas contradições internas, sejam elas doutrinárias, filosóficas, políticas, sociais ou ideológicas. Ainda segundo Sirinelli:

As revistas conferem uma estrutura (...) por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusões – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento de idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.⁸

Assim, mais do que mera fonte de informações a respeito da Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul, a Revista *Consciência* servirá como *observatório de primeiro plano da sociabilidade* do microcosmo maçônico, auxiliando-

⁷ *Ibidem*, p. 252.

⁸ *Ibidem*, p. 249.

nos a entender a *fermentação intelectual* e a *relação afetiva* que se dava entre os sujeitos históricos que partilharam a sociabilidade maçônica naquele momento (década de 1990), naquele lugar (Mato Grosso do Sul) e naquele contexto (reinvenção da atuação maçônica na sociedade após as crises sofridas pela instituição desde a década de 1930, assunto do próximo tópico).

1.2 UNIDADE E DIVISÃO NA MAÇONARIA EUROPEIA

Antes de adentrarmos os limites espaço-temporais propostos para este trabalho (Mato Grosso do Sul/década de 1990), é preciso entender certos aspectos da Maçonaria em si, como suas origens européias e seus elementos estruturais. Estudar as origens da maçonaria é uma tarefa colossal que não foi sequer aventada em nossa pesquisa, portanto, faremos um breve comentário acerca do que escreveram autores como David Stevenson⁹, Paul Naudon¹⁰ e Ran Halévi¹¹, grandes especialistas sobre o tema. Para começar, é preciso compreender alguns detalhes que dizem respeito ao surgimento da Maçonaria na Inglaterra e na Escócia, na passagem do século XVII para o XVIII; as fontes dos estudiosos deste período são principalmente as obras produzidas por escritores maçons a partir do início do século XVIII, literatura esta geralmente apologética, que tem por objetivo legitimar a atuação de sua instituição, procurando apresentá-la como uma Ordem oriunda de tempos remotos, o que era obviamente reforçado pelos símbolos e ritos utilizados nas lojas maçônicas. Dessa forma, a Maçonaria do século XVIII seria detentora da herança deixada pelos antigos egípcios, pelos druidas célticos, pelos essênios, pelos zoroastristas persas, por Salomão, pela Cabala, pela Ordem dos Cavaleiros Templários, etc. Estes aspectos do imaginário maçônico serão objeto de análise do terceiro capítulo deste trabalho, portanto, para todos os efeitos, tomemos como data de nascimento da Maçonaria (pelo menos na moderna concepção, tal como a conhecemos) o dia 24 de junho de 1717, quando foi fundada a Grande Loja de Londres. Tal é o momento em que se inicia a *Maçonaria especulativa*, que teria sido precedida pela *Maçonaria operativa*. Os estudos sobre o

⁹ Cf. STEVENSON, D., *As origens da Maçonaria*.

¹⁰ Cf. NAUDON, P., *A Maçonaria*.

¹¹ Cf. HALÉVI, R., *Les Loges Maçonniques dans la France d'Ancien Régime*.

período especulativo são muitos e bem delimitados; já os que dizem respeito ao período operativo tratam de temas bastante obscuros, em que as antigas corporações de pedreiros medievais mesclam-se a lendas sobre os Cavaleiros Templários, retrocedendo ainda à Ordem dos pitagóricos da Antiga Grécia e à construção do Templo de Salomão, chegando até ao Jardim do Éden, onde Adão teria sido *iniciado* nos segredos maçônicos pelo próprio Deus (o Grande Arquiteto do Universo). De acordo com o historiador maçom francês Paul Naudon:

(...) forneceram-se muitas outras explicações, cada qual mais fabulosa. Se toda a gente concordar em ligar, por filiação direta, a franco-maçonaria moderna, chamada *especulativa*, à maçonaria antiga de ofício ou *operativa*, as origens primitivas estarão cercadas de mistério. A característica (...) é ser uma *sociedade iniciatória* e é natural ligá-la a organizações iniciatórias antigas, que deixaram lembrança duradoura, mas poucos vestígios escritos (...) Estas lendas não devem apenas fazer sorrir; encerram, às vezes, significação esotérica. Já nos põem em contato com o método iniciatório e seu modo de expressão, inteiramente simbólico. Tais tradições ingênuas tem o que seja de mítico e escondem, na maior parte das vezes, um sentido alegórico. De acordo com uma das lendas, Adão teria sido recebido por maçom, de conformidade com todos os ritos, no Oriente do Paraíso pelo Padre Eterno. É uma forma de dizer que a franco-maçonaria sempre existiu, senão em *ato*, pelo menos em *potência de devir*, visto que responde a uma necessidade primordial do espírito humano.¹²

Portanto, não se trata aqui de *desmitificar* as origens da Maçonaria, mas sim apontar outra característica da ambivalente sociabilidade maçônica: a religiosidade e o misticismo esotérico, elementos contraditoriamente aliados ao racionalismo e aos ideais iluministas. A introdução destes aspectos *modernos* teria se dado na primeira metade do século XVIII, durante a transição da maçonaria operativa para especulativa, quando, segundo o historiador David Stevenson, ocorre uma mistura entre elementos iluministas, renascentistas e medievais, formando-se uma instituição que apresentava ao mesmo tempo origens venerandas e sagradas e um espírito progressista e racionalista.¹³

Podemos afirmar então que as raízes remotas da Ordem maçônica estão nas corporações de ofício dos construtores de catedrais, surgidas em meados do século XIII. Aqueles homens ligados à arte da construção, devido ao caráter itinerante de seu trabalho, acabavam não se ligando a nenhuma cidade ou feudo, passando a deter importantes privilégios: a não sujeição à servidão e aos impostos e a livre circulação.

¹² NAUDON, P., *Op. cit.*, p. 11-12.

¹³ STEVENSON, D., *Op. cit.*, p. 6-8.

Concedidas pela Igreja, essas prerrogativas deram origem, na Inglaterra, ao elemento conhecido como *freemason* (pedreiro-livre ou franco-maçom). O termo “franco” intitulava o homem livre da servidão, enquanto o termo *maçom* (proveniente do francês, língua oficial dos ofícios medievais) significa, literalmente, pedreiro, embora servisse para designar todo aquele que se dedicasse à arte da construção: arquitetos, iluminadores, serventes, além dos operários.¹⁴

Faz-se mister aqui explicar certos aspectos organizacionais maçônicos. O termo *loja* refere-se ao local em que se reúnem os iniciados para realizar seus ritos. A origem da palavra remonta tanto aos locais de depósito e venda dos produtos artesanais produzidos pelos pedreiros medievais quanto às oficinas em que estes faziam seus trabalhos. Em 1776 é inaugurado o primeiro templo maçônico; a partir de então, os termos *loja* e *templo* serão equivalentes. Já as palavras *potência* e *obediência* referem-se a um poder central ao qual as lojas passaram a se filiar. O ano de 1717 marca, portanto, o momento em que as antes descentralizadas e independentes lojas operativas passam a organizar-se em potências ou obediências unificadas e centralizadas. É importante lembrar que essa primeira organização maçônica especulativa, típico produto da cultura britânica pós-Revolução Gloriosa, era formada por lojas que vinham desde o século XVII admitindo homens de diferentes etnias, confissões religiosas e idiomas, adquirindo na prática uma feição de associação humanista, cosmopolita e secreta. Desfazendo-se aos poucos dos aspectos estruturais adquiridos das velhas confrarias de pedreiros medievais e permitindo a entrada de novos membros que não estivessem ligados às corporações de ofício (os *maçons aceitos*), a Grande Loja de Londres passa a chamar a atenção da nobreza e da alta burguesia inglesas, desejosas de um ambiente de sociabilidade que vinculasse os princípios liberais advindos do movimento iluminista (racionalismo, empirismo, tolerância, individualismo, meritocracia) e os princípios conservadores herdados da Idade Média (comunidade, hierarquia, autoridade, religião, ritual e tradição). Em meados do século XVIII, o número de *maçons aceitos* (ou modernos) já ultrapassava o de *maçons operativos* (ou antigos).¹⁵ Para ilustrar como a literatura maçônica engajada e apologista retrata esse momento, vejamos um trecho do artigo *Maçonaria Antiga e Moderna*, escrito por Mário Magno de Souza Lopes, publicado na *Revista Consciência* em maio de 1993:

¹⁴ NAUDON, P., *Op. cit.*, p. 17-39.

¹⁵ *Ibidem*, p. 28-37.

O marco dessa transformação decorreu quando os construtores consideraram-se livres e emancipados e, quando na reorganização da Maçonaria na Inglaterra em 1717, os maçons não eram mais pedreiros ou construtores de obras materiais, e sim, do edifício moral da sociedade humana.¹⁶

Podemos perceber que o pensamento maçônico considera a passagem da maçonaria operativa para especulativa como um processo de espiritualização da Ordem. Em 1723 são publicadas e adotadas as *Constituições de Anderson*, um conjunto de textos organizados e elaborados por dois pastores protestantes (e maçons), James Anderson e Jean Teophile Desaguliers, em que se narram as origens lendárias da Maçonaria e se estabelecem os estatutos básicos da instituição, vigentes, com as devidas ressalvas, até hoje. Em seu artigo fundamental, as *Constituições* ordenam:

Um Maçom é obrigado, por dever de ofício, a obedecer a Lei Moral; e se ele compreende corretamente a Arte, nunca será um estúpido ateu nem um libertino irreligioso. Muito embora em tempos antigos os Maçons fossem obrigados em cada País a adotar a religião daquele País ou nação, qualquer que ela fosse, hoje pensa-se mais acertado somente obrigá-los a adotar aquela religião com a qual todos os homens concordam, guardando suas opiniões particulares para si próprios, isto é, serem homens bons e leais, ou homens de honra e honestidade, qualquer que seja a denominação ou convicção que os possam distinguir; por isso a Maçonaria se torna um centro da união e um meio de conciliar uma verdadeira amizade entre pessoas que de outra forma permaneceriam em perpétua distância.¹⁷

Assim, podemos tomar as *Constituições de Anderson* como o primeiro documento sistematizador da Maçonaria moderna, reproduzindo e ressignificando a tradição ritualística e simbólica da Idade Média, reunindo documentos esparsos e introduzindo elementos doutrinários típicos dos valores modernos. Embora outras normas tenham sido sistematizadas ao longo do século XIX e legitimadas entre alguns agrupamentos, é certo que as *Constituições de Anderson* estabelecem os fundamentos

¹⁶ LOPES, M. M. S. Maçonaria antiga e moderna. *Consciência*, Maio/1993. Nº 9, p. 29.

¹⁷ No original: “A Mason is oblig'd by his Tenure, to obey the moral Law; and if he rightly understands the Art, he will never be a stupid Atheist nor an irreligious Libertine. But though in ancient Times Masons were charg'd in every Country to be of the Religion of that Country or Nation, whatever it was, yet 'tis now thought more expedient only to oblige them to that Religion in which all Men agree, leaving their particular Opinions to themselves; that is, to be good Men and true, or Men of Honour and Honesty, by whatever Denominations or Persuasions they may be distinguish'd; whereby Masonry becomes the Center of Union, and the Means of conciliating true Friendship among Persons that must have remain'd at a perpetual Distance.” ANDERSON, J., *The Constitutions of Freemasons*, p. 56.

mais importantes da Maçonaria. A respeito deste documento, vejamos o que diz o sociólogo José Rodorval Ramalho, estudioso da Maçonaria brasileira:

A relação dos maçons com esse documento pode ser definida como de “respeito seletivo”. Em outras palavras, nem tudo é aceito de forma consensual, como uma tradição auto-evidente e auto-aplicável, sobretudo no que se refere às origens da instituição, que nesse documento parece por demais fantasiosa aos olhos de alguns pesquisadores maçons. Por outro lado, o consenso em torno de alguns aspectos desses documentos é o que garante uma relativa homogeneidade institucional à Ordem.¹⁸

Tal homogeneidade é possível por causa do sistema obediencial, inaugurado em 1717. As Obediências (ou Potências), funcionam como agrupamentos de lojas que formam uma federação maçônica, obedecendo a jurisdição de um Grão-Mestrado e a um conjunto de leis e normas. Como essas leis remetem sempre mais ou menos às *Constituições de Anderson*, temos uma relativa unidade institucional das maçonarias de todo o mundo.

No entanto, a unificação das lojas maçônicas em torno de um centro comum e a partir de leis básicas não aconteceu de forma harmoniosa, sendo que, até hoje, encontra percalços. Algumas lojas de Londres contestaram as transformações trazidas pelas *Constituições de Anderson*, alegando que estas haviam descristianizado os ritos maçônicos. Aqueles que resistiram à união passaram a se chamar *maçons antigos*, ao passo que chamavam os membros da Grande Loja de Londres de *maçons modernos*. A unificação entre estes dois grupos ocorrerá somente em 1813, quando os modernos aceitam alterar os artigos que se referiam à religião: o deísmo foi substituído pelo teísmo.¹⁹ Este primeiro cisma já demonstra a faceta profundamente humana da sociabilidade maçônica, que, apesar de seu caráter fechado e iniciático, deixa-se influenciar por seu entorno, aliás, como qualquer outra forma de sociabilidade. A Maçonaria inglesa assume, então, uma posição bastante conservadora, como aponta Paul Naudon:

A história da Grande Loja Unida não oferece, depois de 1815, nenhum fato notável. Fiel ao seu postulado de lealismo político e religioso, honrada em sua direção ou em seu seio com a presença dos grandes do

¹⁸ RAMALHO, J. R., *Novae sed antiquae*, p. 35.

¹⁹ NAUDON, P., *Op. cit.*, p. 35-39.

reino e dos membros da família real, (...) pode-se dizer (...) que, não tendo tido histórias, a franco-maçonaria inglesa não tem história.²⁰

Apesar de suas origens inglesas, foi na França do século XVIII que a sociabilidade maçônica atingiu seu apogeu. Iniciada em 1725, a atividade maçônica francesa difere fundamentalmente da inglesa por seu caráter contestador, mais ligado às propostas revolucionárias, anti-absolutistas e anti-clericais do pensamento iluminista. Depois de suprimirem de sua constituição às cláusulas referentes à obrigatoriedade da crença em Deus e na imortalidade da alma, os maçons franceses, agrupados no Grande Oriente Francês, foram declarados irregulares pela Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI), que se arroga o direito de julgar a regularidade de lojas do mundo inteiro. É então que, a partir deste cisma, ocorrido em 1877, consolidam-se as duas principais vertentes maçônicas: a inglesa (conservadora, regular, religiosa e ortodoxa) e a francesa (liberal, irregular, cientificista e heterodoxa).

Apresentadas as duas principais tradições maçônicas (inglesa e francesa), resta-nos falar da expansão desta nova sociabilidade pelo mundo. De acordo com os historiadores Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

(...) a ordem maçônica, partindo de um fenômeno circunscrito às ilhas britânicas, alcançou uma expansão espetacular pelos países, havendo, em 1738, mais de 270 lojas espalhadas pela Europa, Ásia e colônias inglesas na América. Em 1723 ela estava na Escócia; em 1725, na França; em 1730, nos Estados Unidos; em 1733, na Itália; em 1735, na Holanda e em Portugal; em 1737, na Alemanha; em 1740, na Suécia; em 1745, na Dinamarca; em 1765, nos países austríacos; em 1771, na Rússia; e em 1773, na Suíça. Este crescimento, porém, não ocorreu de modo uniforme, dando-se com menor intensidade nas regiões onde a presença da Igreja Católica e do aparato inquisitorial mostrou-se mais forte, como em Portugal, Espanha e Itália. Assim, a forma como se processou essa expansão conferiu à maçonaria especificidades nacionais.²¹

Assim, podemos afirmar, contra o senso comum, que a Maçonaria nunca foi uma instituição universal, uniforme, coesa e unívoca, visto que assumiu características diversas em cada local em que se instalou. Na verdade, essa diversidade de maçonarias é fruto de um dos princípios básicos da Ordem: a liberdade de pensamento.

²⁰ *Ibidem*, p. 39.

²¹ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *O Poder da Maçonaria*, p. 42-43.

1.3 SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NO BRASIL OITOCENTISTA

Sobre os primórdios da atuação maçônica no Brasil, há uma discussão bastante acalorada no que diz respeito à presença desta instituição na colônia durante o século XVIII. Embora uma parte da literatura maçônica engajada ainda insista no *maçonismo* de eventos como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, mesmo autores maçons reconhecem que a participação da Ordem pode ter se dado apenas de forma periférica, ou seja, através de estudantes luso-brasileiros que podem ter adentrado o universo maçônico enquanto freqüentavam as universidades de Coimbra em Portugal, Oxford na Inglaterra ou Montpellier na França, trazendo para o Brasil algumas idéias iluministas que inspiraram tais movimentos. No entanto, a afirmação de que a Inconfidência Mineira (1789) teria sido uma conspiração exclusivamente maçônica no sentido de libertar a nação, articulada a movimentos internacionais, como a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789), parece tratar-se de uma extrapolação arbitrária.²² O mais criterioso e rigoroso memorialista maçom brasileiro, José Castellani, afirma, sobre o assunto:

Existem todavia autores que, aproveitando um período nebuloso e de total falta de registros históricos, falam da existência de lojas, principalmente na Bahia, nos meados do século XVIII, o que, por falta de qualquer prova documental, é uma afirmação tão temerária quanto aquela dos que apontam os conjurados mineiros, principalmente o Tiradentes, como maçons, sem que haja nenhum apoio histórico documental para tal afirmação.²³

Para todos os efeitos, o início da atividade maçônica regular deu-se com a instalação da loja Reunião no Rio de Janeiro em 1801, ligada ao Grand Orient d'Île-de-France (Ilhas Maurícias). Nos anos seguintes, até 1822 (data da fundação da primeira Potência maçônica brasileira, o Grande Oriente do Brasil), uma quantia ainda indefinida de lojas foram sendo fundadas por todo o território, sob os auspícios de duas Maçonarias distintas e rivais: a francesa e a portuguesa. Personagens como os irmãos Andrada, Hipólito da Costa e frei Caneca são maçons bastante lembrados (e distintos) deste momento. Os historiadores Marco Morel e Françoise Souza distinguem três

²² CASTELLANI, J.; CARVALHO, W.A., *Op. cit.*, p. 24-27.

²³ *Ibidem*, p. 27.

tendências políticas em torno da maçonaria neste ínterim: a primeira seria uma versão não-política da Ordem, sintonizada com as tendências inglesa e portuguesa, em que o monopólio da política ficaria ao encargo do Estado, sendo o livre-pensamento praticado somente em âmbito privado, no caso, no recolhimento do segredo das lojas; a segunda, de inspiração nitidamente francesa, salientava o aspecto oposicionista da instituição, em que o segredo serviria como fator de dissimulação para desafiar o absolutismo praticado pela Coroa portuguesa; já a terceira tendência pretendia extrapolar os limites das lojas, exteriorizando suas críticas ao Estado absolutista através da imprensa e da participação política explícita, culminando com a prescindibilidade do segredo.²⁴ Obviamente, tais tendências se mesclavam e se sobrepunham, gerando um verdadeiro emaranhado de sociabilidades maçônicas. É importante lembrar também que a descontinuidade de funcionamento das lojas fundadas neste momento é muito grande, sendo comum o que os maçons chamam de *abater colunas*, ou seja, suspender os trabalhos ou fechar (definitiva ou temporariamente) uma loja.

A criação do GOB (Grande Oriente do Brasil) em junho de 1822 ocorreu no sentido de congregar os esforços dos membros das lojas filiadas em torno do objetivo mais premente naquele momento: a independência do Brasil. Sobre a presença do GOB neste evento, vejamos o que dizem os historiadores Marco Morel e Françoise Souza:

Não é possível dizer simplesmente que a Independência brasileira foi obra da maçonaria ou dos ideais maçônicos, até porque não havia uma ideologia maçônica definida. Mas é inegável que as maçonarias foram um espaço privilegiado de articulação e mobilização que, ao lado de outras instâncias (administrativas, econômicas, políticas, militares, culturais) e numa conjuntura complexa, envolvendo áreas geográficas extensas, forças sociais e sujeitos históricos diversificados, tiveram papel importante na efetivação da Independência do Brasil de Portugal. Entretanto, muitos protagonistas que atuaram nas lutas e articulações em torno da independência nunca foram maçons. Não dá para dizer de maneira apressada que “todo mundo” que importava era pedreiro-livre.²⁵

A própria trajetória de Dom Pedro I dentro do GOB demonstra o quanto a Ordem dos pedreiros-livres estava sujeita a dissensões e conflitos internos: iniciado como aprendiz (o primeiro grau do Rito Francês Moderno, adotado pelo GOB) em 2 de agosto de 1822, passou para o grau de mestre três dias depois, e na sessão de 4 de

²⁴ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 87-89.

²⁵ *Ibidem*, p. 97.

outubro foi aclamado Grão-Mestre, galgando em apenas dois meses todos os degraus maçônicos; em 21 de outubro do mesmo ano, o então imperador decretou a suspensão das atividades maçônicas em todo o império. De acordo com o historiador Alexandre Mansur Barata, a intenção do príncipe, ao se tornar maçom, poderia ser a de exercer controle sobre os maçons; já os maçons queriam o príncipe em seu meio para obter proteção e se colocar no mesmo patamar de países como a Inglaterra, onde muitos membros da família real eram membros da Maçonaria. Por fim, o decreto de suspensão das atividades maçônicas deu-se pela influência exercida sobre Dom Pedro I por José Bonifácio, ex-grão-mestre do GOB e rival de Gonçalves Ledo, maçom de grande projeção e liderança dentro da Obediência. Bonifácio e Ledo vinham protagonizando uma disputa dentro do GOB desde sua fundação: o primeiro, inspirado pelo *despotismo esclarecido*, dava ênfase ao poder do futuro monarca e de seus conselheiros; o segundo era favorável a uma monarquia constitucional, em que os poderes do imperador seriam divididos com as elites políticas. À medida que se organizava o governo centralizador que caracterizaria o Primeiro Reinado, tornou-se necessário suprimir as reuniões de grupos que poderiam desafiar o modelo de poder pretendido por D. Pedro I.²⁶

O fim do Primeiro Reinado verá uma proliferação da atividade maçônica e a reabertura do GOB, assim como o surgimento de nada menos que cinco Grandes Orientes. Cada uma destas organizações se alinhava com alguma das diversas tendências políticas em jogo durante o período das Regências (1831-1840); os dois Orientes mais importantes eram o próprio Grande Oriente do Brasil, chamado de Grande Oriente do Lavradio (referência à rua de sua sede, no centro do Rio de Janeiro), que adotava uma postura favorável a um governo centralizador, mais afim aos caramurus e liberais moderados, e o Grande Oriente Brasileiro, chamado de Grande Oriente do Passeio (por estar situado no Vale do Passeio, no Rio de Janeiro), favorável ao federalismo político. Com o início do Segundo Reinado e com a progressiva centralização do poder nas mãos do novo monarca, o Oriente do Passeio foi se extinguindo, absorvido pelo Oriente do Lavradio, que foi se fortalecendo, encontrando apoio no novo modelo de governo. Em 1862, o Oriente do Passeio tem seu fim oficializado.²⁷ Devemos destacar, neste momento, a criação do Supremo Conselho do Brasil em 1832; esta instituição maçônica autônoma tratava de organizar o Rito Escocês

²⁶ BARATA, A. M., *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil*, p. 232-248.

²⁷ MOREL, M.; SOUZA, F.J.O., *Op. cit.*, p. 129-153.

Antigo e Aceito, que encontrava cada vez mais espaço nas lojas maçônicas brasileiras. Este rito, além de incorporar os chamados graus simbólicos das lojas maçônicas tradicionais (aprendiz, companheiro e mestre) acrescentava trinta graus, os chamados graus filosóficos. À medida que tal rito ia se tornando a doutrina predominante entre as lojas maçônicas do país, o Supremo Conselho passaria a ter uma crescente importância dentro de uma sociabilidade que cada vez mais se inclinava para o conservadorismo, já que o Rito Escocês propunha uma visão mais mística da maçonaria, menos ligada a contestações políticas; também é importante citar que o Supremo Conselho pode reconhecer ou não uma determinada Obediência maçônica, a depender do grau de regularidade desta. Num primeiro momento ligado ao Grande Oriente do Passeio, o Supremo Conselho será, desde sua criação, um elemento que gerará alianças e dissensões entre as lojas maçônicas do país.²⁸

A unidade alcançada pelo GOB duraria pouco. Em 1863, uma nova cisão divide a maçonaria brasileira. Devido a problemas ocorridos nas eleições para o cargo de Grão-Mestre da Obediência naquele ano, um grupo liderado por Joaquim Saldanha Marinho decide fundar uma nova Potência, o Grande Oriente dos Beneditinos (mais uma vez, o nome faz referência ao bairro do Rio de Janeiro em que se situava sua sede, o Vale dos Beneditinos). A divisão entre Grande Oriente do Lavradio e Grande Oriente dos Beneditinos durará até 1883, com um curto interregno em 1872, quando ambas se unirão temporariamente para enfrentar o ultramontanismo católico que causará a chamada Questão Religiosa. Os grão-mestres das respectivas obediências imprimiram às mesmas características bem distintas: José da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, liderava o Oriente do Lavradio, conservador e monarquista; Joaquim Saldanha Marinho liderava o Oriente dos Beneditinos, republicano, progressista, reformista e laicizante. A rivalidade entre estes dois Orientes foi tão forte que mesmo a união articulada para enfrentar os ultramontanos durou apenas alguns meses.²⁹ Quanto ao abolicionismo, é impossível falar de uma posição única da maçonaria a respeito do assunto. Houve, portanto, maçons favoráveis e maçons contrários à manutenção da escravidão, em ambas as Obediências (embora a concentração destes fosse maior no Oriente dos Beneditinos). Sobre a maçonaria e o abolicionismo, vejamos o que dizem Marco Morel e Jean Souza:

²⁸ CASTELLANI, J., CARVALHO, W.A., *Op. cit.*, p. 94-100.

²⁹ BARATA, A. M., *Luzes e sombras*, p. 65-73.

(...) a posição predominante na maçonaria brasileira não foi abolicionista e, sim, emancipacionista. Ou seja, uma extinção gradual, lenta e preparada da escravidão, através dos meios legais, como indenização aos proprietários e compra da liberdade dos escravos. Neste sentido, os pedreiros-livres atuavam em relativa sintonia com setores do poder imperial que, desde os anos 1850, defendiam e praticavam medidas gradativas que levassem ao fim do cativeiro, ou que impedissem seu fim imediato, na medida em que este ganhava sobrevida com as medidas graduais. É certo que havia maçons abertamente abolicionistas (...) Mas a maçonaria, como um todo, espelhava a complexidade daquela sociedade: havia abolicionistas, emancipacionistas e até os que defendiam abertamente a manutenção do cativeiro. A própria divisão entre os Grandes Orientes mostrava as diferentes concepções de sociedade.³⁰

As diferentes concepções de sociedade enfraquecem a maçonaria frente ao avanço do movimento ultramontano. A auto-demissão de Saldanha Marinho do cargo de grão-mestre, em 1882, possibilita que os dois Grandes Orientes se fundam mais uma vez, o que se dará em 1883. Embora não tenham se posicionado oficialmente a favor do movimento republicano que tomou o poder em 1889, é certo que um sem número de lojas maçônicas foram espaço de propagação dos ideais republicanos pelo país. E a frágil unidade do Grande Oriente, aparentemente alcançada com a união das duas Obediências, duraria apenas dez anos, sendo agora atingida por uma nova realidade: a Maçonaria passaria a se federalizar, assim como a república. Uma série de lojas, principalmente no interior, passa a questionar a autoridade do GOB, o que dá origem aos Grandes Orientes estaduais autônomos e independentes: é o caso do Grande Oriente Paulista (1893), Grande Oriente do Rio Grande do Sul (1893) e Grande Oriente Mineiro (1894).³¹ O século XX, como veremos a seguir, será um tempo de auge e agruras para a sociabilidade maçônica brasileira.

1.4 AUTOFAGIA MAÇÔNICA NO SÉCULO XX

O início do século XX fará com que a Maçonaria se defronte com uma série de novas formas de pensamento. O anarquismo, o socialismo e o fascismo trarão novos problemas, enquanto persistem os antigos: o catolicismo conservador continuará sendo

³⁰ MOREL, M., SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 172-173.

³¹ BARATA, A. M., *Op. cit.*, p. 73.

um empecilho para a Ordem. Mas os maiores problemas serão fruto de sua própria heterogeneidade e sua tendência autofágica. Tal tendência é assim explicada pelo historiador Luiz Eugênio Vécio:

As constantes divisões da Maçonaria nacional, fenômeno permanente também em nível mundial, acompanharam a sua trajetória de implantação e expansão desde o período imperial até nossos dias. Um conjunto de lojas maçônicas – no mínimo três – forma uma “potência maçônica”. A relação das lojas com a “potência” é muitas vezes conflituosa, principalmente quando se juntam lojas de lugares diferentes e com membros que defendem interesses diversos. Isso pode ser explicado, em parte, pela grande autonomia da qual estão investidas as lojas maçônicas, no sentido de criarem novas lojas ou se filiarem a outras confederações, grandes orientes ou grandes lojas. Havendo uma discordância razoável entre os membros da “oficina”, já se tem o fermento para a fundação de outra loja; para isto são necessários apenas sete mestres-maçons, e a filiação da loja a uma nova “potência” ou confederação pode ser feita por proposta de qualquer membro que obtenha maioria simples numa votação. Outro fator relevante é o aumento natural de filiados, o que pode gerar uma disputa natural pelo mando interno. Na medida em que se firma um determinado grupo, as chances de um elemento de outro grupo alcançar um cargo na administração da loja ficam restringidas, sendo comum, nestes casos, a formação de outra loja.³²

É importante ressaltar que o GOB havia promulgado, em 1892, uma nova constituição que previa a criação de lojas estaduais federadas a ele, esperando assim contemplar os interesses das lojas regionais. Os Grandes Orientes de São Paulo e da Bahia, criados ainda no ano de 1892, surgiram neste sentido. No entanto, conflitos internos fizeram com que uma parte dos maçons paulistas se desmembrassem da Obediência e fundassem outra, o Grande Oriente do Estado de São Paulo, já em 1893. Eventos semelhantes ocorrem no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde também surgem Grandes Orientes independentes. Sobre a problemática da unidade maçônica brasileira, escrevem Marco Morel e Françoise Souza:

É interessante observar que a dificuldade da maçonaria brasileira em manter uma obediência nacional forte e coesa assemelha-se bastante às dificuldades verificadas no mundo *profano*, onde todas as tentativas de se organizar um partido republicano nacional foram fracassadas. A república que concretizou os interesses regionais via partidos republicanos estaduais também consolidou as diferenças maçônicas por meio dos Grandes Orientes estaduais. Tais “coincidências” entre o

³² VÉSCIO, L. E., *O crime do padre Sório*, p. 120.

mundo *profano* e o mundo maçônico foram, aliás, constantes em toda a história da Ordem no Brasil.³³

A criação dos Grandes Orientes estaduais independentes parecia não preocupar muito o GOB, que esperava poder recongregar as lojas separadas com o passar do tempo, já que estas encontravam-se em relativo isolamento. No entanto, um cisma de proporções colossais tomou forma em 1927, quando divergências eleitorais, ritualísticas e organizacionais darão origem a uma nova e grande confederação maçônica. A nova divisão se originou de um problema que vinha se arrastando desde o final do século XIX. Como o rito majoritário nas lojas maçônicas brasileiras acabou sendo o Rito Escocês Antigo e Aceito, que funciona com um sistema de 33 graus, cabia ao GOB administrar as lojas simbólicas (responsáveis pelos três graus iniciais: aprendiz, companheiro e mestre), e ao Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito caberia a administração dos graus filosóficos (do 4º até o 33º grau). No entanto, o GOB vinha sendo desde 1854 uma potência mista, adotando o nome de Supremo Conselho e Grande Oriente do Brasil, exercendo o seu grão-mestre a chefia da Maçonaria Simbólica e também o comando dos Altos Graus, exercício este tradicionalmente reservado ao Soberano Grande Comendador do Rito Escocês Antigo e Aceito. A discórdia ocorreu em 1927, quando Mário Behring, Grão-Mestre e Soberano Grande Comendador para o período 1922-1925 renunciou ao final de seu mandato, mas declarou que se mantinha como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho. Entendendo como irregular a posição tomada pelo Grão-Mestre Octávio Kelly, em exercício em 1927, que pretendia chefiar as duas instituições, Mário Behring promoveu uma reunião com apenas 13 dos 33 membros do Supremo Conselho e declarou-o rompido com o GOB. Para dar suporte ao seu Supremo Conselho, Behring estimulou a criação de Grandes Lojas Estaduais – que já vinham sendo criadas desde 1892, como vimos – outorgando-lhes cartas constitutivas. Essas Grandes Lojas estaduais e as lojas que as compõe passariam a existir como potências estaduais independentes umas das outras; para dar um cunho nacional à sua existência, foi criada em 1965 a CMSB (Confederação da Maçonaria Simbólica Brasileira), que seria presidida em rodízio anual pelos grão-mestres das Grandes Lojas Estaduais.³⁴

³³ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 198.

³⁴ CASTELLANI, J.; CARVALHO, W.A., *Op. cit.*, p. 184-198.

É assim, cindida em duas potências, (GOB e CMSB), que a Maçonaria brasileira vai encontrar seu maior inimigo durante o século XX: o governo Vargas. Apesar dos esforços das lideranças maçônicas no sentido de combater o comunismo e o integralismo, as lojas são fechadas e as atividades maçônicas são proibidas por decreto governamental em 1937. O Estado Novo alegava que a propaganda comunista poderia se aproveitar das sociedades secretas para se organizar no Brasil. É importante citar que as atividades maçônicas também foram proibidas em outros países que passavam por regimes de extrema-direita durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, como a Itália de Mussolini, a Portugal de Salazar, a Espanha de Franco e a Alemanha de Hitler. Essa atitude encontrava sua legitimação em teses mirabolantes que versavam sobre um suposto *complô maçônico-judaico-comunista internacional* para a dominação do mundo, mito que se disseminou através do apócrifo *Protocolos dos sábios de Sião*. Após insistentes apelos, as lojas maçônicas vão sendo novamente postas na legalidade a partir de 1938, mas sob uma dura condição: elas devem manifestar-se publicamente de forma favorável ao Estado Novo. Assim, mesmo com a óbvia discordância de vários de seus membros, a Maçonaria brasileira acaba por se tornar *aliada* de Getúlio Vargas, garantindo dessa forma sua permanência e sobrevivência, mas se afastando de um de seus pressupostos mais caros: a defesa da liberdade de consciência. De acordo com Marco Morel e Françoise Souza:

Assim, debaixo de constantes ameaças do governo e ao preço de ter que renegar grande parte dos tradicionais valores por ela defendidos, a maçonaria sobreviveu, “aos trancos e barrancos”, à ditadura varguista. Contudo, a velha maçonaria, promotora de revoluções liberais e defensora das liberdades individuais, já não mais existia, estava relegada ao campo mítico da memória coletiva. Fora substituída por outra, subserviente de governos autoritários. A maçonaria brasileira nunca mais seria a mesma.³⁵

É com este espírito de subserviência que as lojas maçônicas vão apoiar o golpe que levará os militares ao poder em 1964. Embora algumas lojas (principalmente ligadas às Grandes Lojas Estaduais da CMSB) tenham tomado posição contrária aos desmandos que o regime militar passa a exercer a partir de 1968, como bem lembra o intelectual maçom Waldemar Zveiter³⁶, podemos dizer que a maioria dos maçons foram

³⁵ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 217-218.

³⁶ ZVEITER, W., *Maçonaria e ação política*, p. 19-24.

condescendentes com a ditadura militar, atitude que o historiador Marco Morel chama de *blindagem*, em referência aos esforços empreendidos pelas lojas no sentido de evitarem uma perseguição por parte do governo, em especial durante os anos de radicalização do regime. Enquanto maçons que discordavam das atitudes do governo eram silenciados por seus próprios líderes, ocorre mais uma cisão dentro dos quadros do GOB: em 1973, surgem os Grandes Orientes independentes, congregando lojas que discordaram do resultado das eleições para o Grão-Mestrado Geral. O Oriente de São Paulo, cujo grão-mestre fazia oposição ao grão-mestre geral do GOB, lançou como candidato Athos Vieira de Andrade, que acabou perdendo o pleito para Osmane Vieira de Resende. Considerando a derrota como fruto de fraude, alguns grão-mestres estaduais, ligados à chapa paulista, declararam sua autonomia. A princípio, a nova potência conquistou a adesão de muitas lojas, mas com o passar dos anos muitas voltaram a ser presididas pelo GOB. Vale dizer que grande parte das reclamações quanto à estrutura de poder no GOB foram superadas com as alterações ocorridas em 1978, principalmente com a mudança da sede da potência do Rio de Janeiro para Brasília. Ainda assim, algumas centenas de lojas estão agrupadas nesses novos Orientes, que são independentes uns dos outros, pois sua posição inicial era contra a centralização maçônica nacional do GOB, mas, com a necessidade de ter um caráter nacional, também elas acabaram por constituir uma entidade nacional, a COMAB, presidida em rodízio anual pelos grão-mestres dos diversos Grandes Orientes Independentes.³⁷

Com o fim da ditadura militar, em meados da década de 1980, ocorre uma verdadeira explosão maçônica, com a abertura de novas lojas por todo o território nacional. No entanto, após um século de tantas conquistas sociais e trabalhistas, o novo maçonismo parece não ter mais tanta importância quanto no passado, quando servia como espaço de sociabilidade privilegiado para novas idéias e novos comportamentos. Cada vez mais *inglesa* e menos *francesa*, a sociabilidade maçônica brasileira passa a atuar com maior influência em estados do interior do país, ainda um tanto carentes das novas sociabilidades conquistadas nos grandes espaços urbanos. Portanto, falemos agora brevemente sobre a inserção da sociabilidade maçônica na região que corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul.

³⁷ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 232-234.

1.5 SOCIABILIDADE MAÇÔNICA EM MATO GROSSO DO SUL

Em artigo intitulado *A Maçonaria no sul de Mato Grosso*, escrito por Paulo Cezar de Melo e publicado na Revista *Consciência* em dezembro de 1995, lemos que as atividades maçônicas neste território remontam a 1866, quando oficiais da Marinha Brasileira, “maçons ativos e regulares”, teriam se unido em loja itinerante para controlar os excessos de violência que ocorriam quando da invasão do território paraguaio. Esses oficiais maçons teriam se constituído, durante a guerra, em uma espécie de farol a “iluminar e a incentivar a benevolência, a complacência, o altruísmo e o humanitarismo com que as forças invasoras deveriam tratar os vencidos. Seriam verdadeiros faróis onde os vencidos poderiam encontrar abrigo e segurança para si e seus familiares”.³⁸ Com o fim da Guerra do Paraguai, os oficiais maçons teriam estabelecido a Loja Pharol do Norte em Ladário, em 1871, marco inaugural que é disputado com a Loja Caridade e Silêncio de Corumbá, que teria sido fundada alguns anos antes. De qualquer forma, o artigo prossegue falando da possível influência das Forças Armadas na implantação da sociabilidade maçônica na região. O seguinte trecho dá mostras do linguajar característico da literatura maçônica engajada:

As Forças Armadas exerceram, por meio de seus oficiais, formados em suas academias militares, um papel fundamental para a criação de lojas em Mato Grosso. Na célebre coluna expedicionária de libertação de Mato Grosso, que propiciou a épica Retirada da Laguna, uma das páginas mais belas de nossa história pátria, acontecida neste estado de Mato Grosso do Sul, e tão pouco difundida em nossa sociedade, houve-se estórias de que uma Loja Maçônica a acompanhava, tendo se reunido em Santana do Paranaíba, Coxim, Miranda, Nioaque e Bela Vista, locais por onde a fatídica expedição passou. A história, porém, não comprova tais fatos. O que se comprova é que após a guerra do Paraguai, com o estabelecimento de quartéis e com a chegada de colonos, foram fundadas as lojas Luz e Verdade, em Bela Vista, no ano de 1886, e Caridade e Ordem, em Nioaque, em 1889. Dessa loja nasceu a ARLS Oriente de Maracaju, em Campo Grande, fundada por maçons que mudaram-se para esta cidade.³⁹

O próprio autor reconhece o possível caráter lendário das “estórias” sobre a presença maçônica na Retirada da Laguna; nesse sentido, o discurso da revista se põe no

³⁸ MELO, P. C., *A Maçonaria no sul de Mato Grosso*. *Consciência*, Dezembro/1995. Nº 23, p. 27.

³⁹ *Ibidem*, p. 27.

mesmo patamar das pesquisas de autores maçons mais recentes, como José Castellani, que questionam boa parte da autenticidade de uma série de narrativas maçônicas, embora façam questão de citá-las para dar à história da Ordem um aspecto nobre, mesmo que lendário. O trecho citado faz referência à ARLS (Augusta e Respeitável Loja Simbólica) Oriente de Maracaju, de importância capital em nosso estudo, pois foi a partir dela que uma série de lojas do sul de Mato Grosso passaram a questionar a autoridade do GOB e resolveram aderir ao sistema da CMSB. Artigo intitulado *Histórico da Grande Loja Maçônica de Mato Grosso*, de autoria de Cezar Luiz Galhardo, publicado na Revista *Consciência* de outubro de 1995, explica que, como não havia uma Grande Loja Mato-grossense, os membros da Oriente de Maracaju transferiram, em setembro de 1946, a jurisdição de sua loja para a Grande Loja do Estado de São Paulo (GLESP) que, desde então, adotou o estado de Mato Grosso como parte de sua territorialidade. Havia, portanto, desde 1946, duas obediências maçônicas atuando no Mato Grosso: o GOB-MT, com sede em Cuiabá e filiado ao GOB nacional, e a GLESP, que auspicava as lojas que iam se desligando da autoridade do GOB-MT. Tal foi o caso da loja Marechal Deodoro da Fonseca, de Aquidauana, que também se ligou à GLESP. A diversidade de orientações maçônicas fica explícita quando mais uma Obediência de outro estado passa a atuar na região: a GLEB (Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia), à qual se subordinou a recém-criada loja Estrela do Sul, de Campo Grande, em 1954. A criação desta loja trouxe sérios problemas, já que a GLESP via a GLEB como invasora de seu território.⁴⁰ Percebemos, portanto, que os conflitos não se davam apenas entre as Potências, mas também dentro delas. Percebemos, sobretudo, que as rivalidades entre as elites econômicas do *norte* e as do *sul* encontravam também expressão dentro do universo maçônico. Sobre esse *abismo* entre as duas regiões do Mato Grosso, vejamos o que diz a historiadora Marisa Bittar:

(...) não bastaria apenas que a classe dominante *do sul* fosse dirigente: ela teria de ser dirigente *no sul*, na região à qual pertencia e se sentia pertencente. (...) Assim, às condições objetivas (superioridade econômica, maior “progresso” do sul e outros), aliam-se as subjetivas, entre as quais, o sentimento de “não pertença” difundido pelas elites sulistas de que “a população do sul” não pertencia ao mesmo universo cultural do “cuiabano”.⁴¹

⁴⁰ GALHARDO, C. L., *Histórico da Grande Loja Maçônica de Mato Grosso*. *Consciência*, Outubro/1995. Nº 22, p. 29.

⁴¹ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*, vol. 1, p. 310.

O trecho citado pode ser lido também em relação à distribuição de lojas maçônicas pelo Mato Grosso uno, ou seja, as lojas do sul preferiam se filiar a potências de outros estados (no caso, São Paulo e Bahia) do que ao GOB de Cuiabá. A distinção entre estas duas sociabilidades era tão forte que, para se fortalecerem e se distinguirem formalmente dos maçons do norte, os maçons do sul fundam sua própria Obediência maçônica em 1962, com sede em Campo Grande, configurando o único caso em que uma Potência tenha sido sediada em cidade que não era capital de estado, no caso, Campo Grande. A respeito, assim comenta o artigo da Revista *Consciência*:

No início da década de 60, era grande o desejo de irmãos fundarem em Campo Grande, a Grande Loja do Estado de Mato Grosso. Porém, a legislação vigente na época não permitia que tal fato ocorresse em localidades onde não houvesse no mínimo três lojas funcionando regularmente. Em 28 de março de 1961, deu-se em Campo Grande a fundação da Loja Nova Era e, com isso, a exigência legal foi atendida. Os trabalhos pró-fundação da Grande Loja identificavam-se cada vez mais – sentia-se a corporificação crescente deste desejo através de uma união cada vez mais forte, das lojas e de seus obreiros.⁴²

Portanto, já em 1962 os maçons do sul tinham sua própria obediência, filiada à CMSB e não ao GOB. A nova Potência, chamada então de GLEMT (Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso), formada por lojas que haviam sido ligadas às Grandes Lojas de São Paulo e da Bahia, era agora representante legítima da sociabilidade maçônica do sul do estado, e além disso fundou 11 lojas no território que hoje pertence ao Mato Grosso. Com a divisão do estado decretada pelo governo Geisel em 1977, um arranjo tornou-se necessário. Sobre o assunto, o ex-grão-mestre Edroim Reverdito, que dirigiu a GLEMT-GLEMS entre 1976 e 1979, disse, em entrevista à Revista *Consciência*:

Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, o decreto do então presidente Geisel determinava que todos os órgãos e instituições do antigo estado de Mato Grosso deveriam levar as palavras “do Sul”. Por outro lado, a Grande Loja nasceu aqui no estado já em Campo Grande, o que não era normal, pois nosso regulamento geral diz que a sede deve ser a capital. Com a mudança, os irmãos do sul não aceitaram a hipótese de transferir a Grande Loja para Cuiabá. Acatei estas aspirações e caminhamos nesse sentido. Na época, recebi a visita de pelo menos 17 irmãos de Cuiabá, que pleiteavam a mudança da Grande Loja para aquela capital.

⁴² GALHARDO, C. L., Histórico da Grande Loja Maçônica de Mato Grosso. *Consciência*, Outubro/1995. Nº 22, p. 29.

Comprometeram-se em facilitar em tudo a minha transferência para lá, com toda a minha família. Tive que explicar aos irmãos do norte a nossa decisão e, por outro lado, me coloquei à disposição para ajudar em tudo que fosse necessário para a criação da Grande Loja em Cuiabá, o que acabou acontecendo pouco tempo depois. A nossa Administração inteira esteve acompanhando e auxiliando os irmãos de lá em todos os passos para a fundação da Sereníssima Grande Loja Maçônica de Mato Grosso.⁴³

Assim, ironicamente, o renomeado GLEMS (Grande Oriente do Estado de Mato Grosso do Sul), com sede em Campo Grande, ajuda a fundar o novo GLEMT, que terá sua sede em Cuiabá. Por outro lado, havia na época 15 lojas maçônicas em Mato Grosso do Sul que eram ligadas ao GOB-MT; estas lojas fundam juntas, em 1979, o Grande Oriente do Brasil em Mato Grosso do Sul (GOB-MS) federado ao GOB nacional. E no mesmo ano sete lojas do estado que haviam sido ligadas ao jovem GOMT (Grande Oriente de Mato Grosso, filiado à COMAB, fruto do cisma nacional de 1973), passam então a formar a terceira potência maçônica dentro de Mato Grosso do Sul, o GOMS (Grande Oriente de Mato Grosso do Sul), também federado à COMAB e com características distintas da GLEMS e do GOB-MS.⁴⁴

Entre estas três Obediências maçônicas sul-mato-grossenses haverá conflitos e aproximações, como é característico entre as sociabilidades. Em entrevista concedida à Revista *Consciência* em março de 1997, o ex-grão-mestre da GLEMS, Rubens Marques dos Santos, procura responder à seguinte pergunta:

CONSCIÊNCIA: A Maçonaria atual tem conseguido cumprir seu papel de “tornar feliz a humanidade”? Por que?

SANTOS: Sim, estrutural e administrativamente. Em termos de globalização, em nível mundial, Ela é uma calamidade. Não conheço nenhuma outra instituição tão desmoronada, fracionada e pulverizada. Cada país, cada continente possui miríades de potências totalmente desvinculadas umas das outras, em tudo ou quase tudo que praticam e preconizam. Os mecanismos pelos quais se poderá alcançar os objetivos colimados, no entanto, estão disponíveis a todos os que se dispuserem utilizá-los: o amor, o aperfeiçoamento dos costumes, a tolerância, a igualdade e o respeito à autoridade e à crença de cada um. Sendo universal, tendo adeptos em todo o mundo, Ela se torna meramente doutrinária, carecendo e existência “material”, física. (...)

⁴³ ENTREVISTA: Edroim Reverdito. *Consciência*, Julho/1996. Nº 26, p. 5-6.

⁴⁴ BUYTENDORP, E., O Grande Oriente de Mato Grosso do Sul e os fatores que originaram sua criação. *Consciência*, Dezembro/1995. Nº 23. p. 23-26.

Maçonaria é ideal, é filosofia de vida, é “estado de espírito” perenemente fraterno.⁴⁵

A resposta de Rubens Santos dá o tom da ambivalência da atuação maçônica em tempos recentes. Ao mesmo tempo em que se encontra fragmentada, dividida por paixões políticas, ritualísticas ou simplesmente pessoais, a Maçonaria seria detentora do arsenal filosófico necessário para sua própria regeneração; mas, para tanto, as lojas deveriam investir em uma maior espiritualização de seus obreiros, o que necessariamente levaria à superação de suas contradições internas e à consecução do objetivo maior de *tornar feliz a humanidade*.

Durante a década de 1980, a separação entre as três Potências maçônicas sul-mato-grossenses será bastante acentuada, o que pode ser exemplificado pelo fato de que seus membros chegaram a se tratar por *primos* ao invés de *irmãos*. No entanto, um tratado de reconhecimento mútuo e amizade foi assinado em 1989, evidenciando um aspecto cada vez mais comum entre as Potências maçônicas a partir da década de 1990: o esforço por unirem suas forças no sentido de evitar o esfacelamento moral e o esvaziamento de sentido da Ordem às vésperas do século XXI. É nesse ínterim que se inicia a publicação da *Revista Consciência*, que já veio servindo como fonte de pesquisa para este capítulo, mas que será devidamente analisada no seguinte.

⁴⁵ ENTREVISTA: Rubens Marques dos Santos. *Consciência*, Março/1997. Nº 31, p. 7-8.

CAPÍTULO 2. CONSCIÊNCIA: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA IMPRESSA

2.1 UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA MAÇÔNICA

Embora marcada pelo secreto, a sociabilidade maçônica sempre teve de encontrar formas de comunicação inter-lojas. A palavra impressa, portanto, serviu, desde o início do sistema obediencial, como forma de veicular não só informações relativas às atividades desempenhadas pelas lojas, mas também a história, a filosofia e até mesmo os segredos mais caros aos membros da ordem. A maçonaria brasileira manteve ao longo de sua história uma preocupação constante com a divulgação de informações e ideias através da imprensa, mas foi a partir de 1871 que ela conseguiu materializar uma proposta de jornal que passou a circular sistematicamente. O primeiro veículo de comunicação produzido por e para maçons no Brasil foi o *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro e distribuído aos membros do GOB em todo o país. Segundo o historiador Guilherme Schmidt, foi a partir desse modelo de imprensa que as maçonarias regionais e municipais estruturaram suas próprias formas de comunicação impressa¹.

Ao longo do último quartel do século XIX e durante todo o século XX, a maçonaria brasileira foi responsável pela edição de revistas e jornais voltados para os assuntos da ordem. Desde 1927, com a cisão levada a cabo por Mário Behring e seus seguidores (e que acabou dando origem ao sistema obediencial das Grandes Lojas Estaduais e à CMSB, como vimos no capítulo 1) e, mais tarde, em 1973, com o novo cisma que originou os Grandes Orientes Independentes e a COMAB, o número dessas publicações se multiplicou, pois diversas Grande Lojas e Grandes Orientes Independentes passaram a ter sua própria revista. Alguns periódicos maçônicos mantiveram distribuição nacional entre os membros da ordem; o GOB, como a maior e mais coesa das potências maçônicas nacionais, dispõe dos mecanismos de maior ressonância de divulgação oficial de suas atividades, resoluções e decretos, como é o

¹ SCHMIDT, G. C. T., *Revista O Delta*, p. 20-21.

caso do já citado *Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil*, que, segundo o pesquisador José Rodorval Ramalho,

vem sendo publicado desde 1872 de forma, praticamente, ininterrupta, e tem como função publicar os atos oficiais dos três poderes maçônicos do GOB (Executivo, Legislativo e Judiciário), veiculando os informes das Grandes Secretarias (Educação e Cultura, Finanças, Beneficência etc.), as atividades do Ministério Público, as iniciações, elevações, exclusões, os atos do Grão-Mestre, planos de investimento, pareceres dos Tribunais de Contas e vários outros assuntos de interesse do GOB.²

Além do *Boletim*, o GOB também é responsável pelo jornal *O Esquadro*, que “atende a uma estratégia de divulgação de eventos, publicações, polêmicas, homenagens, etc. Como todo jornal, além de matérias editoriais, conta ainda com uma gama razoável de colaboradores. O jornal existe desde 1978 [...]”.³ Faço referências a estas duas publicações porque seu formato influenciou a todos os periódicos maçônicos que passaram a ser publicados a partir do fim da década de 1970. Com a ampliação sensível do número de membros das lojas maçônicas ocorrida durante a década de 1980, cresce também o número de revistas e jornais voltados para os leitores ligados às lojas fora da órbita do GOB; entre elas, *A Trolha* (publicada pela Grande Loja Maçônica do Estado do Paraná) e *A Verdade* (publicada pela Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo). Esta última foi a principal influência do primeiro editor da Revista *Consciência*, o jornalista Eron Brum, conforme se lê no editorial do primeiro número, escrito pelo então grão-mestre da GLEMS, Heitor Rodrigues Freire:

Inicialmente iríamos imprimir um jornal mensal, que também seria editado pelo Ir. Eron. No desenvolvimento das idéias, ele mesmo sugeriu a revista ao invés do jornal. O Ir. Eron, além de suas qualidades profissionais, foi também um dos responsáveis por uma das reformulações da revista VERDADE, editada pela Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo. Daí nossa decisão de mudar para revista, já que a colaboração que o Ir. Eron se propôs a dar seria, como é, garantia de bons resultados.⁴

Assim, com sua primeira edição publicada em setembro de 1991, a Revista *Consciência* se tornou o primeiro informativo maçônico a circular sistematicamente em

² RAMALHO, J. R., *Novae sed Antiquae*, p. 44.

³ *Ibidem*, p. 44.

⁴ FREIRE, H. R., Mensagem do Grão-Mestre. *Consciência*, Setembro/1991. Nº 1, p. 3.

Mato Grosso do Sul, transformando-se num espaço de expressão da sociabilidade maçônica no estado. Editada até hoje, suas páginas trazem textos relacionados ao misticismo, aos ritos e à filosofia da instituição, mas também artigos e matérias acerca dos detalhes organizacionais, do envolvimento da maçonaria com a sociedade profana, do diálogo inter-potências, do papel a ser desempenhado pela Ordem no mundo atual, de sua participação nos eventos políticos, em suma, textos que trazem à tona aspectos da sociabilidade maçônica vivenciados no período.

Como vimos no primeiro capítulo, utilizo aqui o conceito de sociabilidade no sentido de que ele possibilita um exame peculiar da trajetória dos maçons, já que permite analisar esta atuação tendo em vista duas dimensões: a dimensão do discurso ou simbólica e a dimensão da organização. A Revista *Consciência* pode ser tomada, então, como um *espaço social* construído pelos maçons sul-mato-grossenses na última década do século XX, e sua análise torna-se um importante instrumento de entendimento do processo de produção e circulação de suas idéias. Nesse sentido, de acordo com Jean-François Sirinelli, a sociabilidade

organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, (...) São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.⁵

Aplicar tal conceito à análise de uma revista maçônica do fim do século XX apresenta algumas dificuldades, mas o trabalho se torna pertinente quando atentamos para o fato de que a década de 1990 foi um período de redefinição da identidade maçônica brasileira, já que a Ordem havia passado pelo regime militar (1964 – 1985) em estado de condescendência para com o governo, o que supostamente contrastava com seu passado *revolucionário*. Nota-se, em uma série de artigos, uma preocupação dos autores em entender e explicar *o que é a maçonaria*, num esforço de gerar uma representação que faça jus ao seu *passado glorioso*.

Em estudo sobre a imprensa maçônica espanhola, o historiador Celso Almuiña Fernández afirma que o papel exercido por este tipo de publicação é o de *guia de consciências*, cujo objetivo seria o de *catequizar* seus leitores em determinado assunto.⁶ Nesse sentido, apesar do apregoado livre-pensamento maçônico, a Revista

⁵ SIRINELLI, J., *Os intelectuais*, p. 248.

⁶ FERNÁNDEZ, C. A., *Prensa y opinión pública*. p. 252.

Consciência pode ser lida como uma espécie de *guia doutrinador*, cujo intuito seria ensinar seus leitores acerca do comportamento adequado dos membros da Ordem dentro dela e na vida profana. Contradições como essas são intrínsecas ao pensamento maçônico, cuja ambivalência entre elementos tradicionais e modernos é percebida ao longo da leitura da revista. Ao estudar a revista maçônica *O Delta*, que circulou no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, o pesquisador Guilherme César Temp Schmidt chama atenção para o detalhe:

A maçonaria, uma instituição que prima pelo seu caráter sigiloso, onde o segredo é o elo principal de ligação e união entre seus filiados, fez com que seu próprio veículo de comunicação carregasse uma carga de complexidades e incoerências. Mesmo sendo um veículo oficial, legítimo e destinado a maçons, o seu destino era não somente ao povo maçônico, mas também a profanos que se interessassem pelo ideário, tendo ampla distribuição no estado.⁷

Assim como *O Delta* no Rio Grande do Sul, a Revista *Consciência* se tornou um dos principais meios de comunicação inter-lojas em Mato Grosso do Sul durante a década de 1990. Distribuída através de sistema de assinaturas organizado pela própria direção da GLEMS, a publicação se preocupava principalmente em manter as lojas do interior do estado informadas sobre as decisões do grão-mestrado, divulgar textos sobre pensamento maçônico e, sobretudo, esclarecer seu leitor sobre como se portar frente à sociedade de acordo com o ideário maçônico.

Embora a Revista *Consciência* seja publicada até hoje, nosso estudo abrange a década de 1990 (1991 a 1999, mais precisamente), pois foi este o período em que a publicação esteve ao encargo da GLEMS; a partir de 2000, um de seus editores, Ademir Batista de Oliveira, adquiriu os direitos de propriedade da publicação, transformando-a em um informativo maçônico independente, não mais ligada a alguma Potência em especial. A decisão pelo recorte temporal da década de 1990 também se deu pela tentativa de compreender a especificidade da sociabilidade maçônica naquele momento: ao mesmo tempo em que o número de lojas aumentava em todo o país, a identidade maçônica passava por uma crise, pois a instituição procurava claramente construir uma nova razão de ser para o maçom, agora vivendo sob condições radicalmente diversas daquelas dos tempos áureos da ordem, na primeira metade do século XX, deixando

⁷ SCHMIDT, G. C. T., *Op. cit.*, p. 19-20.

ainda mais aparente a ambivalência entre tradição e modernidade intrínseca à irmandade.

De caráter bimestral, impressa na Gráfica Nacional, em Campo Grande, a revista passou por uma série de transformações em seu formato. Os exemplares aqui estudados (de 1 a 40) só adquirem certa constância na estrutura e no estilo a partir do número 20, quando Rubens Nunes de Andrade assume como editor. Até então a edição estava ao encargo de Eron Brum, que a deixou, segundo o editorial da vigésima edição, para “dirigir o quase sesquicentenário ‘O Progresso’ que, obviamente, só ganhará com isso”.⁸ O jornalista Rubens Nunes de Andrade, no entanto, foi editor por apenas dois números. Já no editorial do vigésimo primeiro número da revista, ele se despede com tristeza:

Estará conosco a partir deste número o competente jornalista Jorge Kanehide Ijuim, que suprirá as gritantes falhas dos números anteriores [...] Provavelmente esta foi a carreira de editor mais rápida da história: apenas dois números. Após o primeiro a direção da *Consciência* entendeu dispensá-lo, dando-lhe a chance de editar a número dois talvez por condescendência ou para que apresentasse suas despedidas, o que apenas demonstra o quão ruim foi a *Consciência* nº 20! Em sua despedida o editor tem a consciência tranqüila por ter feito o melhor que lhe era possível. Pena que seu possível fosse tão pouco. Que o substituto faça com que o esqueçam rapidamente...⁹

O tom do editorial demonstra certa liberdade de expressão dos escritores e colaboradores da revista. Mas Rubens Nunes de Andrade e Eron Brum voltariam à edição (de onde nunca saíram totalmente, pois permaneceram como membros do conselho editorial) em setembro de 1998, com a revista nº 36. Mas foi nos números 20 e 21 que a publicação adotou a estrutura que durou mais tempo; as edições de 1 a 19 são compostas de matérias esparsas, sem sessões fixas, com algumas entrevistas e textos informativos sobre as atividades filantrópicas desempenhadas pelas lojas. Jorge Kanehide Ijuim, o jornalista que assumiu a edição da revista ao longo de dez números (22 a 32) seguiu o modelo esboçado por Rubens Nunes de Andrade e estabeleceu um formato que foi seguido por todos os números posteriores, que consiste no seguinte: capa; índice e ficha técnica (página em que sempre figura o emblema da GLEMS: o malhete, o esquadro e o compasso circundados pelo mapa de Mato Grosso do Sul, que

⁸ EDITORIAL. *Consciência*. Junho/1995. Nº 20, p. 9.

⁹ EDITORIAL. *Consciência*. Agosto/1995. Nº 21, p. 11.

por sua vez está contido em uma estrela de sete pontas, sobre a inscrição latina *Nosce te ipsum*, que significa *Conhece a ti mesmo*); entrevista (sempre com algum maçom de destaque do Mato Grosso do Sul ou visitante); página de humor; mensagem do grão-mestre; editorial; matéria de capa (que trata sempre de assuntos descritos pelo editor como de *leituras obrigatórias*, que vão desde biografias de maçons ilustres a considerações sobre o momento político de então vistos sob a ótica maçônica); página da Funlec (que traz informações sobre as instituições educacionais mantidas pela GLEMS); página de notas (com recados de eventos maçônicos ocorridos em lojas da GLEMS ou que com ela mantenham contato); estudos maçônicos (que consiste de um encarte de cerca de quinze páginas no centro da revista, para que possa ser descartado e colecionado; os estudos consistem de artigos selecionados em livros ou revistas ou textos enviados pelos colaboradores da publicação, tratando de assuntos ligados à filosofia, misticismo e história da maçonaria); recado final (geralmente uma página com orações ou reflexões). Esse formato foi mantido pelo jornalista David Trigueiro dos Santos, que assumiu a edição da revista nos números 33 a 35, e também por Eron Brum e Rubens Nunes de Andrade, que voltaram aos postos de editores a partir do número 36. É importante lembrar que, além das assinaturas, a revista era mantida por anunciantes: há uma grande quantidade de anúncios comerciais distribuídos por cerca de metade das páginas de cada edição. Tais propagandas (de escritórios e estabelecimentos comerciais, em sua imensa maioria) tem sempre como destaque os nomes de seus proprietários maçons.

Ao longo dessas mudanças nas linhas editoriais, podemos conjeturar sobre as múltiplas e complexas relações entre aqueles que produziam a revista. Afinal, organizar uma publicação maçônica exigia uma sintonia entre os interesses da direção da Grande Loja e o leitor maçom. Essa complexidade dos meios internos de um periódico foram assim descritas pela pesquisadora Maria Aparecida de Aquino:

Por prática social dos agentes situados na imprensa estamos entendendo o que se publica num jornal/hebdomadário/revista/órgãos de divulgação de periodicidade variada. Há uma linha editorial do periódico que carrega consigo interesses sociais nele representados pelo grupo que o domina. Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação.

Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, toda uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas.¹⁰

Em *Consciência*, essa complexidade se expressa principalmente no contraste entre o discurso de liberdade de expressão e pensamento apregoado pela revista e as declarações feitas pela direção da GLEMS, principalmente na coluna *Mensagem do Grão-Mestre*, em que o líder da Grande Loja expressa o *pensamento oficial* da instituição e proclama opiniões que devem ser tomadas por todos os membros. Tomemos como exemplo a *Mensagem do Grão-Mestre* da edição de nº 40, de maio de 1999, em que o então grão-mestre, Heitor Rodrigues Freire, reflete acerca da mudança de nome do estado de Mato Grosso do Sul para Estado do Pantanal:

Devemos registrar que também, a princípio, recusamos a aceitação da iniciativa do nosso Governador. No entanto, refletindo bastante sobre o assunto – que consideramos da maior importância – chegamos à conclusão de que estávamos enganados, e passamos a enumerar as vantagens que a nova denominação trará ao nosso Estado e à nossa população e que são bastantes significativas. [...] Portanto, somos de opinião que compete a todos a oportunidade de uma reflexão profunda e consciente dos resultados que advirão da mudança do nome do Estado. A denominação Mato Grosso do Sul, já cumpriu a sua finalidade histórica, no tempo e no espaço. A partir de agora estamos desenvolvendo uma campanha em todos os nossos relacionamentos, no campo social, profissional, cultural, educacional, sindical, empresarial e filosófico no sentido da conscientização da importância da mudança.¹¹

Em outras palavras, o grão-mestre proclama a adesão da GLEMS ao projeto de mudança do nome do estado, esperando assim que todos os membros da instituição se empenhem nesse sentido. Certamente o público a que se destinava a Revista *Consciência* tomava-a como mais do que uma leitura habitual, mas mesmo como um guia, uma publicação na qual as orientações escritas pelos membros mais ilustrados da GLEMS serviriam para formar a própria opinião do leitor. Assim, *Consciência* tem o pretense objetivo de *dar voz* ao *povo maçônico* sul-mato-grossense, estabelecendo a identidade entre leitor e revista. De acordo com a pesquisadora Letícia Nunes de Moraes:

¹⁰ AQUINO, M. A., *Caminhos Cruzados*, apud MORAES, L. N., *Leituras da revista Realidade*, p. 20.

¹¹ FREIRE, H. R., Estado do Pantanal, sim. *Consciência*, Maio/1999. Nº 40, p. 5.

Um recurso muito comum empregado pela imprensa para “conquistar corações e mentes” é o de apresentar seus próprios interesses, enquanto órgão jornalístico, como interesses coletivos seus e dos leitores. Põe em prática esses objetivos ora se colocando como mediadora ou “porta-voz” dos interesses e inquietações da sociedade (ou de parte da sociedade que supõe representar) junto do governo ou poder vigente, ora se autodenominando “formadora de opiniões”. Ou seja, ora é a imprensa que “assume” a opinião de seus leitores, ora são os leitores que “assumem” a opinião do jornal. De qualquer forma, sempre se tenta sugerir a existência de uma unanimidade de interesses entre imprensa e público leitor.¹²

A sociabilidade maçônica expressa no discurso da Revista *Consciência*, portanto, não é aquela da Maçonaria do século XIX, fórum alternativo e democrático para discussão de idéias que poderiam ser tomadas como perniciosas no mundo *profano*. No final do século XX, a direção da GLEMS procura *doutrinar* seus membros para que eles desempenhem o que ela considera um comportamento digno de um maçom, *livre e de bons costumes*. Diante dessa forma de sociabilidade, como a revista se posiciona a respeito da política, já que este é um tópico ao qual a ordem dos pedreiros-livres sempre esteve direta ou indiretamente ligada? E como a ordem buscava *erguer templos às virtudes e masmorras aos vícios* dentro do contexto político sul-mato-grossense e brasileiro?

2.2 CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Conforme vimos no primeiro capítulo, não podemos tratar da Maçonaria como uma instituição unívoca, coesa e universal; apesar das doutrinas em comum, as diversas obediências fizeram valer sua autonomia para definir seus rumos e caminhos, o que levou a ordem a ter inclinações diferentes ao redor do globo: na Inglaterra, ligada à aristocracia política; na França, anticlerical e pragmática; na Itália, revolucionária. No Brasil, por sua vez, a influência inglesa sempre se fez sentir com mais força, mesmo entre as potências que se separaram do GOB (o que explica o teísmo e o conservadorismo tão marcantes da Maçonaria brasileira). Vimos também as causas das duas grandes cisões ocorridas dentro do GOB, em 1927 e em 1973, que acabaram originando, respectivamente, a CMSB (Confederação da Maçonaria Simbólica Brasileira) e a COMAB (Confederação da Maçonaria do Brasil). Tais divisões se deram

¹² MORAES, L. N., *Op. cit.*, p. 19.

devido à fragilidade proveniente da convivência entre diferentes tendências, projetos e idéias no interior de uma mesma loja ou entre lojas diferentes, pois a Maçonaria foi lugar propício para a discussão e articulação política, assim como um espaço onde diferentes projetos políticos podiam ser confrontados. Os motivos dos cismas são muito bem sintetizados pelos historiadores Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

Os Orientes independentes surgiram em função do descontentamento das maçonarias estaduais com a excessiva centralização política da potência maçônica (GOB) e o seu descaso para com as maçonarias regionais. Como elemento impulsionador de tais cisões, tem-se o próprio modelo federalista da república brasileira que, no que se refere à organização administrativa, passou a influenciar também a maçonaria. A estes fatores, acrescentem-se disputas pessoais e divergências políticas e ideológicas existentes entre os maçons brasileiros, demonstrando haver um claro reflexo dos conflitos do mundo *profano* no interior da ordem.¹³

Entender a história dessas cisões é fundamental para que se possa realçar um importante detalhe acerca do regionalismo existente no sul de Mato Grosso em meados do século XX. Em artigo escrito por Wilson Marques Barbosa, publicado na Revista *Consciência* em setembro de 1992, quando a GLEMS comemorava seu trigésimo aniversário, lê-se:

Há trinta anos, a Maçonaria já atuava no então estado de Mato Grosso, de uma forma um tanto discreta, porém positiva, muito embora, poucas fossem as suas Lojas espalhadas pelo seu imenso território. As diferenças regionais então existentes faziam notar de maneira bastante acentuada o distanciamento entre as regiões Norte e Sul do Estado sob vários aspectos. Assim, enquanto que na região Norte, as Lojas Maçônicas eram jurisdicionadas ao Grande Oriente do Brasil, Potência sob a direção de um Poder Central estabelecido então na capital federal, que era a cidade do Rio de Janeiro, já na região Sul, vicejavam em maior quantidade e atividade mais lojas, funcionando sob os auspícios de duas tradicionais Grandes Lojas: a Grande Loja do Estado de São Paulo e a Grande Loja Unida da Bahia. Na região de Corumbá e Ladário existiam, também, duas lojas ativas funcionando sob jurisdição do Grande Oriente do Brasil, considerando-se que ambas foram fundadas em uma época quando ainda não existiam as Grandes Lojas Brasileiras, ou seja, anteriormente a 1927, fundada pelo Irmão Mario Bering.¹⁴

¹³ MOREL, M.; SOUZA, F. J., *O Poder da Maçonaria*, p. 198.

¹⁴ BARBOSA, W. M., Uma trajetória só de exemplos dignificados. *Consciência*, Setembro/1992. Nº 7, p. 18.

O artigo prossegue fornecendo os detalhes da criação da Grande Loja do Estado de Mato Grosso, que foi efetivamente fundada em 1962, com sede em Campo Grande e congregando então nove lojas ativas no sul do então Mato Grosso. Mas o que chama a atenção é o fato de as lojas existentes na região estarem filiadas a potências de outros estados (São Paulo e Bahia) e não ao Grande Oriente de Mato Grosso (GOB – MT), com sede em Cuiabá. Vale lembrar que os Grandes Orientes estaduais federados ao GOB são liderados por grão-mestres delegados, que recebem instruções do grão-mestre geral. Essa adesão ao sistema obediencial de Grandes Lojas ao invés da filiação à potência central pode significar um desdobramento maçônico da rivalidade política, econômica e cultural entre Cuiabá e Campo Grande, já que, a julgar pelas profissões dos membros que compunham a direção da Grande Loja à época de sua criação, encontramos quase que uma totalidade de homens ligados à elite agrária do *sul*, portanto, contrários ao domínio do *norte*. O artigo citado, embora publicado em 1992, alude à pretensa superioridade maçônica do *sul* quando diz “já na região sul vicejavam em maior quantidade e atividade mais lojas”. De acordo com Marisa Bittar:

O regionalismo sulista consistia na manifestação e, principalmente, no recrudescimento das características que distinguem o sul do centro e do norte: sentimento de pertença; superioridade econômica; e, por fim, disputa pela condição de capital. Apegados a esse rol, em vez de integração, os sulistas transformaram o seu regionalismo em divisionismo.¹⁵

Se a divisão só viria a se concretizar em 1977, conjugada à geopolítica militar do governo Geisel, ao menos os maçons do sul conseguiram transformar Campo Grande na *capital* de sua própria potência já em 1962, fato atípico e até então inédito, posto que um dos critérios para que uma cidade se tornasse sede de uma Grande Loja era que ela fosse capital de Estado. Portanto, antes da divisão *profana* dos dois estados, já havia ocorrido a divisão maçônica. É ilustrativo que, em 1967, Pedro Pedrossian, então governador de Mato Grosso e membro da loja Acácia Cuiabana, ligada ao GOB, tenha sido exaltado e elevado (ou seja, alçado aos graus de companheiro e mestre, respectivamente) em uma loja ligada à então chamada Grande Loja de Mato Grosso, em Ladário, conforme se lê:

¹⁵ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*, vol. 2, p. 24.

Nesta gestão, (...) o SERENÍSSIMO GRÃO-MESTRE MUNIER BACHA, baixa ato autorizando a Loja JOÃO PEDRO DE SOUZA a realizar em 10.JUL.67, no Templo da Loja PHAROL DO NORTE, do Oriente de Ladário, a pedido da Loja ACÁCIA CUIABANA, do Grande Oriente do Brasil, a fazer a Elevação e Exaltação do Ir. PEDRO PEDROSSIAN, o que efetivamente ocorreu.¹⁶

Era importante para a Grande Loja que os membros da elite dirigente originários do *sul* figurassem em seus quadros. Se Pedro Pedrossian foi iniciado em loja ligada ao GOB, tratava-se agora de elevá-lo ao grau de Mestre em loja ligada à Grande Loja. Como o GOB representava *Cuiabá*, a Grande Loja de Mato Grosso contrapunha-se fundando lojas também dentro do *norte*, lojas estas que deram origem a uma nova obediência quando do desmembramento do estado, sob os auspícios da agora rebatizada Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul, como lemos:

No ano de 1979, ocorreu o histórico e memorável evento do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, que estabeleceu o território do novo Estado, desmembrando-o do atual Estado de Mato Grosso. Em decorrência de importante evento, ocorreu a fundação da GRANDE LOJA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com sede em Cuiabá, promovido pelas 11 Lojas então existentes naquele Estado, fraternalmente assessoradas por esta Grande Loja de Mato Grosso do Sul e pelas demais Lojas situadas no Estado recém criado, passando então, a nova Grande Loja, a congregar aquelas 11 Lojas, as quais, através do Decreto Maçônico nº 18 de 06 de novembro de 1978, firmado pelo então Grão Mestre EDROIM REVERDITO, foram desligados da jurisdição da Grande Loja do Estado de Mato Grosso do Sul, passando a constituir uma nova estrela na constelação da Maçonaria Regular do Brasil e do Universo, por força da Carta Constitutiva que lhe foi outorgada por esta nossa Grande Loja, que a partir daquela data permaneceu congregando as demais 30 Lojas sediadas no território de sua jurisdição (...)¹⁷

Embora recapitule esses episódios de rivalidade inter-potências nos artigos que celebram a história da GLEMS, a revista procura não dar muito destaque para as diferenças e disputas entre as três obediências maçônicas atuantes no estado, pois na década de 1990 a Maçonaria brasileira estava justamente passando por uma fase de pacificação interna, com tratados de reconhecimento e amizade sendo firmados por todo o país; seguindo a tônica, o discurso da revista procura mais aproximar a GLEMS do

¹⁶ GALHARDO, C. L., Histórico da Grande Loja – II. *Consciência*, Novembro/1992. Nº 8, p. 17.

¹⁷ BARBOSA, W. M., Uma trajetória só de exemplos dignificados. *Consciência*, Dezembro/1992. Nº 7, p. 20.

GOMS e do GOB-MS do que provocar atritos entre os três agrupamentos. Uma dessas estratégias de aproximação era entrevistar figuras de vulto das demais obediências. Em entrevista publicada em novembro de 1998, Fadel Tahjer Yunes, então Grão-Mestre do GOB-MS, comenta as relações entre as três potências:

Consciência: Qual sua visão do fato de termos três potências (apenas em Mato Grosso do Sul), o Ir. acha que isso contribui ou dificulta a verdadeira união entre os maçons?

Resposta: Acredito que cria algumas dificuldades, mas, nos nossos dias o relacionamento entre as três potências é muito bom, o que tem amenizado a situação. Melhor seria a União. Reconhecemos as dificuldades para isso acontecer, contudo, os primeiros passos já foram dados e, a fraternidade maçônica em MS é uma realidade palpável. Quem sabe um dia, quando os espíritos se desarmarem e as paixões forem superadas pela razão, possamos chegar à tão sonhada Unificação.¹⁸

Como a instituição passava por um período de redefinição de seu papel, a Revista *Consciência* procurava apresentar um caráter didático, no intuito de guiar seus leitores em meio aos assuntos do momento de acordo com o ideário maçônico. Em fins do século XX, *Consciência* buscará ser a *voz ativa* da maçonaria sul-mato-grossense, e é interessante notar que a maioria de seus artigos é escrita por colaboradores do interior do estado. Compreende-se então o esforço do grão-mestre Heitor Rodrigues Freire (sob cuja administração iniciou-se a publicação da revista) e de seu sucessor Cesar Luiz Galhardo (que havia sido o grão-mestre adjunto daquele) em *interiorizar* a maçonaria. Em diversas edições há um espaço reservado para a sessão *interiorização*, que relata as visitas dos grão-mestres a lojas do interior, oportunidades em que os membros destas

sanaram suas dúvidas quanto a atividades da Grande Loja, quanto a procedimentos ritualísticos em loja, e auferiram maiores conhecimentos através das palestras, estudos e orientações ministrados pelo Grão-Mestrado, pelos Grandes Oficiais Ritualísticos e pelos oradores que se apresentaram.¹⁹

Em matéria de capa intitulada *Interiorização: o desafio da integração pela fraternidade*, a revista diz:

¹⁸ ENTREVISTA: Fadel Tahjer Yunes. *Consciência*, Novembro/1998. Nº 37, p. 12.

¹⁹ GRANDE LOJA vai ao Cone Sul. *Consciência*, Janeiro/1992. Nº 3, p. 16.

Território imenso, grandes distâncias, estradas de todo tipo – algumas boas e outras não. Assim é Mato Grosso do Sul, um estado do interior do país e, só por isso, já representa uma dificuldade. Manter uma instituição organizada numa situação como esta não é fácil: é um desafio. E é justamente neste contexto que a Grande Loja consegue mobilizar lojas e obreiros para cumprir seus objetivos. Mas obter a família mobilizada não basta. Ela deve ser constantemente atualizada, informada. Um dos meios que a Grande Loja encontrou para conquistar esta mobilização e atualização é o Programa de Interiorização, criado em 1991. Este programa tem conseguido diminuir a “distância” entre capital e interior, entre lojas e administração central.²⁰

A preocupação com a *interiorização* demonstra como a explosão da atividade maçônica ocorrida a partir do fim da ditadura militar se deu principalmente devido à atração exercida pelos benefícios advindos da ajuda mútua entre os membros, o que inevitavelmente levou a uma sensível *perda de qualidade* nas *virtudes maçônicas* de uma boa parte dos novos membros. Os esforços de interiorização dos grão-mestres da GLEMS se dão, portanto, no sentido de elevar as potencialidades maçônicas dos obreiros, o que se daria com um maior contato das lojas do interior com o grão-mestrado, portador das luzes maçônicas:

Se no passado as distâncias físicas eram evidentes, com o passar do tempo, elas diminuíram com a melhoria das comunicações e do sistema viário. No entanto, outro tipo de distância permanecia: a comunicação inter-pessoal – uma distância não-física – que dificultava a atualização e a elevação do nível filosófico da instituição (...) A interiorização, como já é tradicionalmente conhecida, é organizada atualmente pelo Centro de Estudos Maçônicos e compreende um programa de atividades mensais, uma em cada município. Em cada reunião, toda a administração da Grande Loja desloca-se a uma cidade para um dia inteiro de trabalhos. Ali, encontra-se com membros de todas as lojas da região (...) Em suma, numa espécie de “administração itinerante”, o programa leva a Grande Loja aos mais diversos pontos do estado para assessorar, orientar e ouvir os irmãos do interior (...) facilitando a desejada uniformização de aspectos como ritualística, liturgia e filosofia.²¹

Além da *interiorização*, *Consciência* também evidenciou alguns detalhes que nos permitem conhecer um pouco os atritos e conciliações entre as três potências maçônicas atuantes em Mato Grosso do Sul. Em entrevista concedida em dezembro de

²⁰ INTERIORIZAÇÃO, o desafio da integração pela fraternidade. *Consciência*, Maio/1996. Nº 25, p. 10.

²¹ *Ibidem*, p. 11 e 12.

1996, Arildo Brás Flores, que havia sido grão-mestre adjunto da GLEMS entre 1988 e 1991, lembra o momento em que, ao assumir as responsabilidades de grão-mestre quando do afastamento por motivos de saúde deste (Rubens Marques dos Santos), acabou assinando um tratado de reconhecimento e amizade com o GOMS e com o GOB-MS, o que causou celeuma entre alguns grupos da instituição:

(...) talvez o mais importante e polêmico ato da história da Grande Loja, que foi a assinatura do tratado com o GOB e o GOMS. (...) Não poderíamos mais conviver na base do faz de conta, precisávamos acabar com a tal história dos “primos” existente até então, como se nós fôssemos os melhores do mundo, os donos da verdade. Esse ato criou problemas sérios, como todos os atos importantes, os defensores da legalidade e da regularidade se arvoraram tanto que, por pouco, não fomos expurgados da Ordem Maçônica. Felizmente, com o plebiscito realizado em toda a jurisdição sobre a manutenção ou não do tratado, provamos que as diferenças existentes eram apenas de cúpula e satisfação de vaidades pessoais.²²

O ex-grão-mestre adjunto referia-se às rivalidades bastante acentuadas até a década de 1980 entre os membros das três potências, o que se repetia em todo o Brasil; o fato de chamarem os membros de outra potência de *primos* ou invés de *irmãos*, para Arildo Flores soava como arrogância e preconceito, pois cada obediência proclamava sua legitimidade e a irregularidade maçônica das demais. O fim da década de 1980 viu esses atritos amenizarem-se e tratados serem firmados por todo o país, o que demonstra uma preocupação com o fortalecimento da ordem como um todo, frente ao esvaziamento de funções pelas quais as lojas vinham passando.

Também podemos ler em alguns momentos algo sobre as disputas internas da GLEMS. O empresário Heitor Rodrigues Freire, responsável pela criação da revista *Consciência*, foi grão-mestre da instituição de 1991 a 1994; após seu primeiro mandato, não houve eleições para o posto, que coube então ao candidato único, seu grão-mestre adjunto, o médico César Luiz Galhardo, que ocupou o cargo de 1994 a 1997. Em 1997 houve uma disputa entre Heitor Rodrigues Freire, que pleiteava a volta ao grão-mestrado, e o economista Luis Landes da Silva Pereira; os dois foram entrevistados pela revista. Heitor Freire, compreensivelmente, elogia em todos os pontos a administração de seu antecessor e a sua própria, lançando-se como o candidato que continuará o processo de espiritualização e qualificação da Grande Loja. Já Luis Landes faz críticas sérias aos dois mandatos anteriores em diversos aspectos:

²² ENTREVISTA: Arildo Bras Flores. *Consciência*, Dezembro/1996. Nº 29, p. 6.

O que estamos propondo? (...) a democratização da Grande Loja, que hoje apresenta verdadeiros absurdos estruturais. O caso típico é o da diretoria executiva estar inserida no Legislativo, prejudicando toda e qualquer participação efetiva das lojas.²³

Luis Landes refere-se à constituição e regulamento geral da GLEMS, as quais, segundo ele, precisavam de reformas urgentes, pois davam à assembléia legislativa e à diretoria executiva da instituição um poder excessivo, alijando o *obreiro comum* das decisões tomadas pela Grande Loja. O candidato também fez críticas à Funlec, instituição educacional mantida pela GLEMS, que, segundo ele, havia se tornado um *colégio burguês*:

[...] vamos reestruturar administrativa e operacionalmente a Funlec, trazendo de volta a seus objetivos originais. Hoje a Funlec tem um bom ensino, um bom padrão educacional, tem boas instalações, mas está inviabilizando a efetiva participação da família maçônica, porque se transformou num colégio burguês, de altos custos, ao nível das escolas particulares da cidade. [...] Hoje temos construtores, que estão preocupados com a construção de prédios, de ginásios, de piscinas, clubes, enfim, com a parte física. Vamos trazer educadores para o comando da Funlec. Vamos aperfeiçoar o processo educacional integrando a Funlec à sociedade e transformando esta sociedade através dos princípios e da filosofia universal e milenar da Maçonaria.²⁴

Entre os quarenta números estudados da Revista *Consciência*, esta entrevista é o único momento em que o sistema organizacional e os empreendimentos da GLEMS são duramente criticados. Num momento de autêntica *democracia maçônica*, a revista deu espaço para os dois candidatos se expressarem. Curiosamente, Luis Landes, colaborador habitual da revista em todos os números anteriores, não tem mais nenhum artigo publicado depois da nova eleição de Heitor Rodrigues Freire, o que fornece alguns indícios de que a liberdade de expressão dentro da GLEMS sofria seus reveses. Ainda assim, a bandeira da cidadania é constantemente levantada no discurso da revista, desde que tal cidadania seja guiada pelas luzes maçônicas. Apresentando a maçonaria como a *guia segura dos povos*, artigo intitulado *E a nossa cidadania? Para onde foi?*, publicado em agosto de 1995, descreve a incapacidade dos não-iniciados para defrontar os desmandos políticos:

²³ ENTREVISTA: Luis Landes da Silva Pereira. *Consciência*, Fevereiro/1997. Nº 30, p. 9.

²⁴ *Ibidem*, p. 9.

O povão, essa grande massa humana, na sua “santa” ignorância, com o seu primarismo na compreensão das coisas, com sua preguiça mental, é campo fértil para as grandes manipulações e aceita, cordeiramente tudo (...) O que fazer então? A Maçonaria, que sempre participou dos grandes movimentos sociais, políticos e estruturais surgidos no país, por que não levantar esta “bandeira” da cidadania? Trabalhar para a volta dos essenciais e inalienáveis direitos do cidadão. O respeito pelo cidadão tem que ser sagrado. Por que, também, não lutar para diminuir esse poder gigantesco e amedrontador do Estado? Se dermos o primeiro passo para levantarmos essa massa de consciências adormecidas ou conformadas poderemos recomeçar a caminhada para o porvir da cidadania.²⁵

Ao mesmo tempo em que constata a *ignorância*, o *primarismo* e, conseqüentemente, a incapacidade da grande *massa humana* não-maçônica para viver uma vida digna, o artigo procura fazer a defesa desta massa, defendendo seus direitos à cidadania plena. Mas salienta que o cidadão *profano* não pode se encarregar deste processo: a maçonaria deve, silenciosa e sigilosamente, conduzi-lo, garantindo a *felicidade dos povos*.

Ao relacionamento inter-potências e à *re-politização* de seus quadros, soma-se a filantropia como assunto de destaque em *Consciência*. Uma das estratégias praticadas pelas lojas para uma maior inserção na sociedade é justamente uma busca pelas mulheres, jovens e crianças, público ritualmente excluído. É nesse sentido que agem as organizações *paramaçônicas*, como os clubes das cunhadas (como são chamadas as esposas de maçons) e a Ordem De Molay, dedicada à formação de filhos de membros ou jovens a eles ligados, em idade de 13 a 21 anos. Também se tornou bastante comum a atuação de maçons em entidades congêneres como Rotary Club e Lions Club. A beneficência se expressa na colaboração de maçons na implantação de hospitais, escolas, asilos, creches, entendendo assim estarem colaborando para o aperfeiçoamento da sociedade, levando as luzes aos despossuídos, guiando-os, através da instrução, rumo à elevação intelectual e moral. De acordo com Marco Morel e Jean Souza, podemos entender a filantropia maçônica como “um mecanismo de divulgação e enaltecimento da Ordem, (...) cria redes de poder e laços de clientelismo que garantem a presença de seus membros em abrangentes círculos do mundo *profano*”²⁶, principalmente em cidades menores em que sua influência é mais perceptível. São

²⁵ SOTTOVIA, A. C., E a nossa cidadania? Para onde foi? *Consciência*, Agosto/1995. Nº 21, p. 50.

²⁶ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. Cit.*, p. 250.

freqüentes na revista artigos que promovem a ação da FUNLEC (Fundação Lowtons de Educação e Cultura), bem-sucedida iniciativa criada em 1982 para a educação de menores carentes e filhos de membros das lojas, como podemos ler:

A FUNLEC, embasada nos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, propõe-se assegurar ao educando uma formação integral, visando o respeito e o fortalecimento de nossas instituições fundamentadas em sete princípios: Nível de Ensino, Família, Deus, Moral, Pátria, Natureza e Trabalho²⁷.

Considerando os princípios que vinham norteando a atuação da GLEMS e da Maçonaria como um todo em Mato Grosso do Sul, podemos concordar com Marco Morel e Françoise de Oliveira quando dizem:

Finda a ditadura [...] a maçonaria brasileira precisaria, novamente, repensar seus valores, reaver seus princípios originais. Toda auto-análise, porém, não conseguiria fazer com que a ordem retomasse uma trajetória que, há quase um século, havia sido abandonada. Já era fato consumado que, de liberal e crítica no século XIX, passando pelo servilismo ao estado varguista nos anos 1930 e 1940, a maçonaria brasileira chegara ao final do século XX como baluarte do conservadorismo²⁸.

Conservadorismo este que buscava, principalmente no interior do país, resgatar ou prolongar um papel que revela uma das grandes ambivalências da Maçonaria: a participação em eventos políticos.

2.3 MAÇOM VOTA EM MAÇOM

Paradoxal e ambivalente, a sociabilidade maçônica é intrinsecamente política. Ao longo de uma trajetória de dois séculos, em que representou por diversas vezes uma forma pioneira de associação política, a Maçonaria brasileira chegou ao fim do século XX com a experiência de ter acompanhado todo o processo de formação e consolidação da nação brasileira. Porém, a consolidação da sociedade civil no fim do século trouxe um esvaziamento das funções tradicionais da ordem; à medida que outros

²⁷ FUNLEC, os sete princípios. *Consciência*, Setembro/1991. Nº 1, p. 12.

²⁸ MOREL, M.; SOUZA, F. J., *Op. Cit.*, p. 237.

atores foram assumindo papéis importantes no espaço público, o peso da sociabilidade maçônica foi diminuindo. Tal o motivo por que a maçonaria encontra-se hoje mais atuante no interior do que nas capitais dos estados, onde os espaços de articulação política são maiores e mais sólidos. Após investigar a distribuição das lojas por estados e regiões e descobrir que a densidade de lojas por habitantes em estados como Roraima e Mato Grosso do Sul é muito maior que nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o pesquisador José Rodorval Ramalho se pergunta:

Enfim, essa maior densidade em alguns estados poderia ser considerada em função da precariedade de outros espaços de sociabilidade política? Nessas regiões fronteiriças haveria uma maior disposição para agrupamentos com fidelidades típicas de sociedades secretas? Tais números se referem à tradição maçônica e às cisões do movimento naquele estado?²⁹

A *densidade maçônica* mais acentuada no Norte e no Centro-Oeste mostra como essas regiões são carentes de espaços de sociabilidade em relação ao Sudeste; é justamente nelas que a Maçonaria assume maior importância. Delineia-se então a mudança de perfil assumida pelas potências maçônicas ao longo do século XX: inicialmente um fenômeno típico dos grandes centros urbanos, a Maçonaria torna-se, no final do século XX, uma instituição mais característica de cidades pequenas, onde, de acordo com os historiadores Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

a maçonaria permanece como tradicional veículo de inserção na elite local, reproduzindo práticas e valores típicos da transição entre o mundo antigo e o moderno. Já nas grandes cidades, embora não tenha desaparecido, a maçonaria viu, cada vez mais, suas funções serem substituídas por novos espaços associativos. De modo que a ordem maçônica entra no terceiro milênio com a importante tarefa de se reinventar, para não se tornar uma instituição completamente esvaziada de sentido e de funções.³⁰

De fato, as novas formas de associação surgidas e consolidadas ao longo do século XX formaram vias institucionais de participação política mais consistentes que a Maçonaria. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis, associações de bairro, os veículos midiáticos em suas mais variadas formas, a universalização do ensino e o

²⁹ RAMALHO, J. R., *Op. cit.*, p. 47.

³⁰ MOREL, M.; SOUZA, F. J., *Op. cit.*, p. 247.

maior acesso à universidade, todas essas novas sociabilidades foram se tornando *concorrentes* da maçonaria. A liberdade religiosa e de pensamento, causas clássicas defendidas pela ordem durante o século XIX e início do XX, tornaram-se direitos garantidos. Nesse sentido, mesmo com o crescimento do número de lojas no interior do país durante as décadas de 1980 e 1990, a instituição não levantou novas bandeiras, não atualizou suas propostas. Na análise dos historiadores Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

Em fins do século XX e início do XXI, a maçonaria tem o desafio de se reinventar, definir novas ou restantes atribuições, e por outro lado, desenvolver formas de se manter viva dentro da sociedade brasileira. Há, obviamente, uma tentativa de reviver seu passado de poder político, mas esses objetivos concretizam-se só de forma bem limitada. [...] talvez não haja mais espaço para a tradicional maçonaria, fórum alternativo de discussão política e de circulação de idéias e informações.³¹

Contrapondo-se ao discurso saudosista, o intelectual maçom Waldemar Zveiter, ex-grão-mestre da Grande Loja do Estado do Rio de Janeiro e ex-presidente da CMSB (além de habitual colaborador em periódicos maçônicos, entre eles, a *Revista Consciência*), afirmava, em 1993, que a participação política da maçonaria continua, mas de forma sutil:

(...) tem sido comum ouvir, não só dos não-maçons, mas, notadamente em nosso próprio meio, que a Maçonaria perdeu a pujança do passado, quando detinha por seus membros, poder político em nosso país. Essa afirmação, contudo, não faz justiça àqueles que em mais de quatro décadas têm desenvolvido incessante trabalho para a retomada daquela posição. Inobstante constituída, hoje no Brasil, por três distintos ramos administrativos, a Maçonaria, por seus obreiros, não tem se omitido dos fatos políticos e destituída de color partidário, esteve sempre presente em todos os acontecimentos de nossa evolução histórica recente.³²

O tom do discurso de Zveiter é o mesmo de uma série de matérias publicadas na Revista *Consciência* durante os períodos eleitorais de 1992, 1994, 1996 e 1998, todas vinculadas à campanha *maçom vota em maçom*. Em artigo intitulado

³¹ *Ibidem*, p. 248-249.

³² ZVEITER, W., *Maçonaria e Ação Política*, p. 15.

Exercício inteligente do sufrágio universal, escrito por Ronaldo Cunha e publicado em julho de 1992, lê-se:

O atual momento por que passa a nação (...) é um exemplo vivo onde viceja o fruto podre a nos legar o império da impunidade e da corrupção. A Maçonaria (...) tem combatido desde antanhos esse estado de coisas, pugnando pelo aperfeiçoamento moral e intelectual de nossa sociedade, por esta razão na atualidade não pode ficar no estado inercial. É preciso que se dê um basta, é necessário uma mobilização no campo das idéias para podermos resgatar os valores morais hoje tão invertidos.³³

O texto faz referência ao governo Collor e à intensa corrupção praticada no período, apresentando a maçonaria como solução para a crise. De acordo com o articulista, a ordem maçônica deve agir no sentido de levar seus membros a cargos públicos para que eles se encarreguem de moralizar a situação, conforme prossegue:

A ordem maçônica precisa estender em todos os campos do Poder Nacional o seu poder invisível que é imensurável. Por esta razão faz-se necessário um ato de reflexão de todos nós (...) no sentido de formarmos uma cadeia de união em torno dos Ilr. que postulam cargos nessa eleição, independentemente de cor partidária, possibilitando-lhes ocupar uma vaga tanto no Legislativo quanto no Executivo de sua Urbe (...) Se cada Oficina unir em torno de seu representante, não tenhamos dúvidas de que essa conscientização possibilitará em 03 de outubro, em todos os recantos de Mato Grosso do Sul a formação de uma grande bancada maçônica nas respectivas Câmaras Municipais e a condução de um Ir. ao Executivo. Como resultado saem vitoriosas nossas Oficinas e nossa Instituição, que passarão a contar com um componente precioso de homens livres e de bons costumes, sobretudo comprometidos com o ideal maçônico e sob a nossa permanente vigilância.³⁴

Nesta mesma edição, a primeira a veicular a campanha *maçom vota em maçom*, a direção da GLEMS solicitava aos veneráveis das lojas jurisdicionadas que enviassem currículo, plano de trabalho ou programa e foto dos membros candidatos, sugerindo que cada loja escolhesse apenas um postulante para cada tipo de cargo, que assim teria mais chances de ser eleito.

Ao postularem esta atuação política dos maçons sul-mato-grossenses, as lojas estavam exercendo seu *poder indireto*, conceito utilizado pelo historiador alemão

³³ CUNHA, R., Exercício inteligente do sufrágio universal. *Consciência*, Julho/1992. Nº 6, p. 29.

³⁴ *Ibidem*, p. 29.

Reinhart Koselleck para entender um dos grandes paradoxos da Maçonaria: a sociabilidade preconizada pela Ordem não podia ter caráter político, sendo que até discussões deste cunho eram proibidas em loja; no entanto, a participação política da Ordem se dava de fato, embora de forma *indireta*. De acordo com Ran Halévi e Patrice Gueniffey, a Maçonaria apresentava já na França do século XVIII um caráter indiretamente político, ainda que diretamente apolítico.³⁵ Apresentando-se como os verdadeiros detentores da moral, de acordo com Koselleck:

os maçons não se cansavam de assegurar que não perseguiram fins políticos e que, unidos por uma autoridade comum, sob o signo da virtude, não tinham necessidade de estratagemas políticos. Construções exteriores (...) seriam supérfluas: por si só, o vínculo interior garantia a felicidade. Os Estados podem ter o poder nas mãos, mas, mediante o segredo, os maçons monopolizavam a moral em favor da sua instituição social.³⁶

Dessa forma, para Koselleck, o segredo serviria para se sobrepor às conseqüências políticas advindas da ação moral de oposição aos governos conduzidos por não-iniciados.³⁷

Conforme vimos no primeiro capítulo, a influência do modelo inglês de Maçonaria sempre se fez mais forte no Brasil; compreende-se então a hesitação que o discurso da revista demonstra em defrontar diretamente o Estado. Diferente da maçonaria francesa, que adotou desde o século XVIII uma postura anti-clerical e mesmo conspiratória durante alguns momentos de forte repressão por parte do Estado, a maçonaria inglesa sempre fez questão de seguir à risca a segunda das antigas *obrigações do pedreiro-livre*, tal como consta nas *Constituições de Anderson*:

Um maçom é um súdito pacífico do Poder Civil, onde quer que more ou trabalhe, nunca se envolverá em complôs ou conspirações contra a paz ou o bem-estar da nação e nem se comportará irresponsavelmente perante os magistrados inferiores; como a Maçonaria sempre foi prejudicada pelas guerras, derramamentos de sangue e desordens, antigos Reis e Príncipes sempre se dispuseram a estimular os Homens da Fraternidade por sua lealdade e índole pacífica; pois sempre responderam adequadamente às cavilações de seus adversários e

³⁵ GUENIFFEY, P.; Halévi, R., *Clubes e sociedades populares*, in FURET, F.; OZOUF, M., *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 477.

³⁶ KOSELLECK, R., *Crítica e Crise*, p. 67.

³⁷ *Ibidem*, p. 74.

promoveram a honra dessa Fraternidade, que sempre floresceu em tempos de paz. Então, se um Irmão se rebelar contra o Estado, ele não deverá ser estimulado em sua rebelião, entretanto ele pode ser digno de pena por ser um homem infeliz; e, se não condenado por qualquer outro crime, a leal Irmandade precisa e deve repudiar a sua rebelião, não deixando margem para qualquer desconfiança política perante o Governo vigente; mas não devem expulsá-lo da Loja, permanecendo inalienável a sua relação com a mesma.³⁸

Diferentes leituras do trecho citado levaram a intensas discussões acerca da legitimidade da participação política da maçonaria. A sociabilidade maçônica, diretamente apolítica e indiretamente política, passava, em fins do século XX, por um período de questionamentos acerca dessa problemática, já que era regra, em algumas lojas, a proibição de discussões de cunho político, atitude herdada, sem dúvidas, dos períodos sob vigência do Estado Novo e do Regime Militar. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, tanto a imprensa maçônica quanto intelectuais maçons procuravam restabelecer o caráter político da instituição. Autor maçom dos mais respeitáveis, José Castellani afirmava:

As grandes transformações sociais ocorridas no mundo desde o século XVI e que contaram com a participação subterrânea da Maçonaria (...) demonstram as finalidades políticas que determinaram o nascimento e seu crescimento, embora certos agrupamentos maçônicos, negando à política um lugar de destaque na evolução social dos povos, rejeitem qualquer escopo político nas atividades da instituição. Essa rejeição, além de arcaica e anacrônica, desconhece o progresso racional e nega o espírito crítico do homem (...) desta maneira, nenhum homem esclarecido deve mostrar indiferença em relação à atividade política (...) Existem estatutos de obediências maçônicas (...) que, por timidez, ou por falta de espírito cívico, postergam a liberdade de pensamento do homem, proibindo aos maçons qualquer discussão sobre assuntos políticos e religiosos, o que é quase um contra-senso, considerando-se que todas as constituições que regem a vida dos povos livres consideram a liberdade de pensamento e de expressão como um direito inalienável do cidadão.³⁹

³⁸ No original: “A mason is a peaceable Subject to the Civil Powers, wherever he resides or works, and is never to be concern’d in Plots or Conspiracies against the Peace and Welfare of the Nation, nor to behave himself undutifully to inferior Magistrates; for as Masonry hath been always injured by War, Bloodshed, and Confusion, so ancient Kings and Princes have been much dispos’d to encourage the Craftsmen, because of their Peacebleness and Loyalty, whereby they practically answer’d the Cavils of their Adversaries, and promoted the Honor of the Fraternity, who ever flourish’d in Times of Peace. So that if a Brother should be a Rebel against the State, he is not to be countenane’d in his Rebellion, however he may be pitied as an unhappy Man, and, if convicted of no other Crime, though the loyal Brotherhood must and ought to disown his Rebellion, and give no Umbrage of Ground of political Jealousy to the Government for the time being they cannot expel him from the Lodge, and his Relation to it remains indefeasible. ANDERSON, J., *The Constitutions of Freemasons*, p. 56.

³⁹ CASTELLANI, J., *A ação secreta da Maçonaria na Política Mundial*, p. 11.

Em artigo intitulado *O homem é um ser essencialmente político*, a *Revista Consciência* apresentou algumas considerações semelhantes a propósito da campanha *maçom vota em maçom*, conforme podemos ler:

(...) isto tornou-se uma meta para a GLEMS. Inicialmente, houve dificuldades para a discussão do tema. Havia o entendimento de que esta prática feria um dos princípios estabelecidos na Constituição e Regulamento. O artigo 7º diz: *A Maçonaria proíbe, expressamente, todas as discussões políticas e religiosas sectárias dentro de seus Templos*. Este princípio causou um silêncio nas lojas por muitos anos. Mas este princípio precisava ser melhor interpretado. Após muita reflexão, chegou-se ao entendimento de que o que se deveria proibir eram as “discussões políticas sectárias – ou partidárias”. Ao contrário, os debates em torno da Política como “a arte de administrar bem os povos” teria de ser, na verdade, um dever da instituição.⁴⁰

Alguns autores, como Waldemar Zveiter, procuram esclarecer que alguns segmentos da maçonaria brasileira nunca perderam seu caráter politizado e contestador; responsabilizando o GOB pela conivência para com o governo militar (1964-1985), o autor faz a ressalva: “A Confederação que reúne todas as Grandes Lojas sempre, em seus congressos anuais, combateu com firmeza a ditadura. E por causa disso muitos maçons foram afastados drasticamente da vida pública”.⁴¹ De fato, em seu livro *Maçonaria e Ação Política*, Zveiter organizou uma coletânea de pronunciamentos e manifestos anuais da CMSB feitos desde 1957 que demonstram a preocupação da instituição para com a preservação dos valores democráticos, elemento este ausente dos discursos oficiais do GOB e da COMAB durante os períodos de forte repressão estatal.⁴² A *Revista Consciência*, embora não nomeie as potências que apoiaram ou defrontaram a ditadura, talvez por procurar não se indispor com o GOB e a COMAB, também publicou alguns textos que fazem ressalvas quanto à conivência maçônica para com o regime militar, como podemos ler:

De 1964 a 1984, os maçons brasileiros se dividiram em três grupos políticos: os que se omitiram, os que apoiaram e participaram do governo e os que lutaram pela redemocratização do país, sendo

⁴⁰ O HOMEM é um ser essencialmente político. *Consciência*, Julho/1996. Nº 27, p. 15.

⁴¹ ZVEITER, W., Sou um arauto do parlamentarismo. *Consciência*, Dezembro/1992. Nº 7, p. 17.

⁴² ZVEITER, W., *Op. cit.*, p. 19.

severamente perseguidos. Houve grandes dissensões internas, mas a Sublime Instituição, nos momentos mais difíceis da história política, manteve-se fiel aos princípios de LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE.⁴³

Na busca de um fortalecimento da maçonaria como um todo, percebe-se uma intensificação no diálogo inter-potências: artigos de membros do GOB-MS e do GOMS são publicados na revista e os grão-mestres das três obediências se reúnem em diversos momentos para emitirem pareceres conjuntos. Um deles é a campanha *maçom vota em maçom*, em que a revista apresenta os nomes e projetos de candidatos pertencentes às três potências, indicando que as rivalidades contraídas no período das divisões são superadas em momentos cruciais como as eleições. Nas eleições de 1996, por exemplo, a revista demonstrou seu apoio a André Puccinelli, candidato à prefeitura de Campo Grande e membro de loja filiada ao GOB. Em entrevista, lemos:

Consciência: E o que o senhor espera da Maçonaria especificamente nesse trabalho conjunto?

André Puccinelli: Aquilo que a Maçonaria quer, aquilo que o irmão quer e é aquilo que eu quero. Ou seja, a possibilidade de, unindo as nossas forças, trabalharmos em prol da sociedade – para ela e em favor dela. Eu tenho a convicção que, pela filosofia maçônica, isso irá ocorrer. E nós a convocaremos para que participe conosco desta empreitada, de fazermos de Campo Grande a capital para todos nós, mais humana, mais justa e feliz.⁴⁴

Os grão-mestres das três potências estaduais também se reuniram por ocasião da campanha de Levy Dias para governador do estado em 1994. Membro da loja Nova Era de Campo Grande, filiada à GLEMS, Levy recebeu o apoio solene dos líderes das três obediências; em artigo intitulado *Compromisso de Levy: entrar e sair de mãos limpas*, o candidato é apresentado em sessão solene no Templo da GLEMS. A vida maçônica de Levy Dias é indicada como garantia de princípios morais e éticos; nesse sentido, o simples fato de pertencer aos quadros da ordem já faz do indivíduo alguém superior, pois, como lembra o intelectual maçom Nicola Aslan, a iniciação maçônica *lapida a pedra bruta* e aperfeiçoa o indivíduo, transformando-o, necessariamente, em cidadão respeitável e pensador de escol.⁴⁵ Após fazer uma pequena

⁴³ PEREIRA, L. L., *Maçom vota em maçom*. *Consciência*, Outubro/1994. Nº 17, p. 10.

⁴⁴ ENTREVISTA: André Puccinelli. *Consciência*, Julho/1996. Nº 27, p. 6.

⁴⁵ ASLAN, N., *Uma radioscopia da maçonaria*, p. 120.

autobiografia e de falar sobre sua experiência como prefeito de Campo Grande, Levy Dias prossegue:

Eu sempre disse que das instituições que eu já participei na minha vida toda, a Instituição que eu tinha mais orgulho de pertencer era a Maçonaria. E hoje eu vejo os Irmãos gerenciando colégios, colégios grandes, hospitais, gerenciando distribuições de alimentos, e eu fico muito orgulhoso da Ordem. Quando eu fui eleito prefeito, imediatamente eu chamei aqueles Irmãos mais velhos que nos deram o seu apoio em hora tão crítica (...) Este Conselho me assessorou em todo o meu mandato, nós nunca tivemos nenhum problema de atrito ou de má convivência, porque todos os assuntos que eram levados ao Prefeito eram triados pelo Conselho. Mesmo o Irmão que pedisse um emprego, primeiro era levado ao Conselho. O Conselho examinava o assunto e se achasse conveniente me passava o assunto. Houve inclusive casos assim que eu já contei para o nosso Sereníssimo Grão-Mestre, e assim conseguimos fazer um trabalho. De nove secretários eu tinha sete Irmãos e conseguimos fazer um trabalho que engrandeceu a nossa Ordem.⁴⁶

Levy Dias refere-se ao seu mandato como prefeito de Campo Grande entre 1973 e 1977, para o qual foi nomeado pelo governador de Mato Grosso à época, José Fragelli. De acordo com seu discurso, havia um Conselho composto por maçons, o que indica que a ordem de fato fornecia elementos para a consolidação de uma sociabilidade política, ou seja, os laços maçônicos entre os membros deste secretariado garantiriam uma administração *harmônica e eficiente*. Falando da Maçonaria como instituição neutra e de si próprio como político sem grupo, o ex-prefeito de Campo Grande prossegue:

(...) eu era, na verdade, um intruso na vida pública estadual, porque eu não pertencia aos grandes grupos políticos, que comandavam o nosso Estado. Nós tínhamos no nosso Estado, especialmente dois grandes troncos políticos: a ex-UDN e o ex-PSD. E esses dois grupos tinham candidatos, eu era um terceiro candidato, eu pedi legenda para ajudar o partido, e à medida que a coisa foi caminhando, foi nascendo a candidatura. (...) eu não poderia usar aquilo na campanha, porque naturalmente seria um assunto que poderia ser explorado politicamente, eu só tive um caminho para me proteger, a Loja.⁴⁷

Com tal discurso, a Loja aparece, então, como o espaço de sociabilidade neutra, em que os conflitos entre os grupos rivais tradicionais no mundo *profano* não

⁴⁶ COMPROMISSO de Levy: entrar e sair de mãos limpas. *Consciência*, Outubro/1994. Nº 17, p. 16 -17.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 16.

tem vez. Mas a função protetora da loja maçônica evocada pelo candidato nos faz ponderar que os membros da ordem também formavam uma espécie de grupo político, talvez até uma oligarquia; de acordo com Marisa Bittar, “oligarquia (...) refere-se a governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, podendo ser também a preponderância de uma facção ou grupo na direção da coisa pública”.⁴⁸ Nesse sentido, os esforços da direção da Grande Loja para incluir membros da ordem nos postos de governo pode configurar também a formação de uma *oligarquia maçônica*, já que a mesma considera o ideário da irmandade como a forma mais segura de guiar os destinos da sociedade. Assim seria exercido o *poder indireto* da maçonaria, através de um grupo seletivo de irmãos que, em segredo, integraria os quadros dos governos para então guiar as grandes massas dos não-iniciados pelos caminhos da luz e da felicidade. O discurso da revista segue essa idéia de *poder indireto*, referindo-se a diversos momentos importantes da história contemporânea como produtos da ação exclusiva da Maçonaria, como o trecho do seguinte artigo quer fazer parecer:

A Revolução Francesa, a independência dos EUA, a Conjuração Mineira e as Guerras Napoleônicas (...), a reconstrução européia, a independência dos países latino-americanos, a libertação dos escravos e proclamação da República do Brasil, (...) o projeto de criação da Sociedade das Nações (...) e a ferrenha luta contra os regimes de força na América Latina e no mundo foram frutos ou contaram com a participação decisiva da nossa nobre irmandade maçônica.⁴⁹

É importante destacar que a liderança ou mesmo a participação direta da Maçonaria nos eventos citados já foi contestada por historiadores e até por intelectuais maçons. Mas o discurso da revista é mesmo o de preconizar a presença da Maçonaria como a *guia orientadora* da humanidade, como se lê:

A Maçonaria, perita em humanidade, deve discernir e iluminar, a partir de seus princípios, as situações, os sistemas, as ideologias e a vida política do continente (...) Por isso, projeta a luz de sua palavra sobre a política e as ideologias, como mais um serviço a seus povos e como guia orientadora e segura para todos os que, de um modo ou de outro, devem assumir responsabilidades sociais⁵⁰.

⁴⁸ BITTAR, M., *Op. cit.*, p. 61.

⁴⁹ PEREIRA, L.L., Maçom vota em maçom. *Consciência*, Julho/1994. Nº 17, p. 9.

⁵⁰ COSTA, C., Ideologias e política. *Consciência*, Maio/1994. Nº 16, p. 37.

Em reunião convocada em dezembro de 1992 por Heitor Rodrigues Freire, então grão-mestre da GLEMS, que contou com a presença dos grão-mestres do GOMS e do GOB-MS, os veneráveis das lojas jurisdicionadas à Grande Loja ouviram discurso de Pedro Pedrossian, que “convocou a Maçonaria sul-mato-grossense para, junto com o governo, criar uma superestrutura ética”.⁵¹ As palavras do então governador de Mato Grosso do Sul são ilustrativas da tese de *poder indireto*, como podemos constatar:

(...) estou aqui (...) na busca (...) da fraternal solidariedade dos poderosos irmãos, para que, com suas luzes e inspiração, me ajudem nesta cruzada para levar a sociedade sul-mato-grossense a transpor os umbrais que dão acesso à prosperidade e à justiça social. Não me move a pretensão de buscar aqui o respaldo das três potências para um eventual sonho pessoal, ou o aval para um projeto político. Motiva-me, tão somente, a convicção de que este reencontro se dá em um momento formidável, quando a Maçonaria, pela sua venerável respeitabilidade, pode assumir a vanguarda de projetos e programas sociais despidos de toda e qualquer conotação político-partidária e exclusivamente comprometidos com o resgate da dignidade social e humana dos segmentos mais sacrificados pela prolongada recessão. (...) sem a pretensão daquele que concede, mas com a serenidade daquele que conclama, trago hoje o poder à Maçonaria.⁵²

Trazer o poder à Maçonaria significava, nesse contexto, ligar o regime do governador maçom aos seus irmãos de ordem. Com suas malhas de lojas espalhadas por todo o estado, a GLEMS, o GOMS e o GOB-MS proporcionavam uma rede de trocas e relações, o que fundamentou seu poder político (mesmo que indireto), permitindo à Maçonaria do Estado atuar como uma grande mecanismo que, acionado, articulava suas peças localizadas, da capital até os municípios do interior. Estudando as relações de poder entre Estado e maçonaria no Rio Grande do Sul, o historiador Luiz Eugênio Vécio comenta:

O estudo das relações de poder na sociedade é um dos nobres papéis do ofício de historiador. Desvelar os mecanismos pelos quais as articulações entre os interesses individuais ou grupais buscavam garantir suas posições, fornece dados essenciais para a compreensão dos mecanismos que orientam o processo histórico.⁵³

⁵¹ PEDROSSIAN, P., É preciso que os governos abandonem a arrogância. *Consciência*, Fevereiro/1993. Nº 8, p. 7.

⁵² *Ibidem*. p. 7 e 8.

⁵³ VÉCIO, L. E., *O Crime do Padre Sório*, p. 174.

Pedro Pedrossian, buscando garantir sua hegemonia nos círculos do poder, realiza um pacto com as três potências maçônicas de Mato Grosso do Sul, e estas, por sua vez, se comprometem a fornecer ao governo sustentação na esfera local. Em contrapartida, o governo deve garantir a participação de maçons no judiciário e na administração pública. Desta forma, as lojas maçônicas tornam-se uma espécie de ponte entre os maçons e os órgãos estaduais, agindo como endossadoras do posicionamento político de seus membros, criando mecanismos para a entrada destes na administração pública, obtendo favores no Legislativo ou mesmo intervindo em ações judiciais. Este tipo de atuação política maçônica era a regra em todo o país nas três primeiras décadas do século XX⁵⁴, mas terminou por se restringir mais aos estados do Centro-Oeste e Norte durante a segunda metade do século. O tráfico de influências exercido pelas lojas maçônicas em Mato Grosso do Sul, ainda nas décadas de 1980 e 1990, garantia posições políticas a seus membros por meio de acordos com o governo, em especial durante os mandatos de Pedro Pedrossian. Ou seja, a rede composta pelas lojas podia ser instrumentalizada pelo poder estadual no sentido de adquirir influência política em níveis locais. Esse sistema de ajuda mútua permitia aos maçons servir-se de um canal privilegiado para o atendimento de demandas individuais ou coletivas, ou seja, pertencer a alguma loja era certamente sinônimo de favoritismo frente ao governo estadual. É importante registrar também a existência do sistema de ajuda mútua interno às lojas, ou seja, que não tinha relações com o poder público. De acordo com Marco Morel: “A Beneficência Maçônica associada ao modelo de ajuda mútua estabelecido entre a instituição e o Estado foram, sem sombra de dúvida, poderosos instrumentos de arregimentação de novos membros para a ordem.”⁵⁵ Essa busca pela ajuda mútua e pelas benesses advindas do prestígio de pertencer à Maçonaria ocasionaram, como era de se esperar, algumas distorções no apregoado papel a ser desempenhado pela Ordem. A própria Revista *Consciência*, por vezes, reconhece a falta de virtudes maçônicas de alguns iniciados que tenham ocupado cargos políticos, entendendo, contudo, que tal falha se deve à má formação maçônica do indivíduo:

Às vezes, maçons ocupando cargos públicos juntam-se a maus empresários e também locupletam-se com os recursos do Estado e com a miséria do povo. Isso ocorre porque não são verdadeiros maçons, não entenderam o papel do iniciado ou esqueceram-se que a

⁵⁴ VÉSCIO, L.E., *Op. cit.*, p. 119-175.

⁵⁵ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 184-185.

Maçonaria é uma Instituição Universal formada de homens livres e de bons costumes. Portanto, esses maus políticos e maus empresários, não merecem ser chamados de irmãos. Devem ser expulsos da Ordem para que a Maçonaria possa manter sua prioridade maior de lutar pelo aperfeiçoamento dos costumes e pelo bem-estar da humanidade. Isso é participação política.⁵⁶

O esforço de Pedro Pedrossian em buscar o apoio das três obediências maçônicas do estado pode ser compreendido como parte das estratégias tomadas pelo então governador para manter sua hegemonia na política sul-mato-grossense, tal como explica a pesquisadora Marisa Bittar:

Para tentar assegurar a manutenção de sua hegemonia no processo político sul-mato-grossense, Pedro Pedrossian lançou, no final de seu governo, a tese do “pacto político” que consistia em unir “todas as forças políticas de Mato Grosso do Sul” em torno de um único candidato para a sua sucessão. Anunciando que “inauguramos em Mato Grosso do Sul um tempo novo, de paz, de concórdia” e alegando necessidade de “pacificar o estado (...) por meio de uma política sem ódios nem barreiras ideológicas”, Pedrossian reeditava o discurso do passado com a intenção de tirar do páreo a candidatura a governador do então senador Wilson Barbosa Martins, transformando a eleição em um pleito de candidato único, o seu. (...) A estratégia consistiu em interferir, de fora, no partido rival e, com isto, implodir a candidatura de Wilson Barbosa Martins para governador. Uma maratona de manobras transcorridas em 1993 mostrou, mais uma vez, as práticas políticas da elite dirigente sul-mato-grossense (...)⁵⁷

Seria o encontro com os líderes maçons em dezembro de 1992, parte da *maratona de manobras* empreendida pelo governador em busca da *manutenção de sua hegemonia*? Vejamos mais uma parte de seu discurso tal como publicado na Revista *Consciência*:

(...) conforta-me a certeza de poder contar com a solidariedade fraterna dos poderosos irmãos, na condução de programas e ações (...) na administração do futuro Hospital Geral Rosa Pedrossian e, se possível, de todas as unidades hospitalares implantadas pelo Estado. Convoco (...) os irmãos para a operacionalização do Parque do Produtor (...) A Grande Cooperativa Central (...) deverá ser formada e comandada por maçons (...) No setor de atendimento (...) à criança e ao adolescente (...) parece não haver dúvidas (...) quanto à nossa responsabilidade ética e social de retirar das ruas esses exércitos de

⁵⁶ PEREIRA, L.L., Maçom vota em maçom. *Consciência*, Outubro/1994. Nº 17, p. 10.

⁵⁷ BITTAR, M., *Op. cit.*, p. 280-281.

pequeninos desvalidos e esfaimados que, frutos da insensatez de governantes e da omissão das elites, sem a nossa ação decisiva só terão um caminho – a destruição pessoal (...) O meu apelo (...) é no sentido de que, juntos, Maçonaria e Governo, empenhem-se na criação, em nosso Estado, de uma superestrutura ética, irreversível, de comprometimento do Governo, enquanto instituição, com as organizações civis independentes e esclarecidas, de tal modo que a sua efetiva participação nos destinos da sociedade não possa jamais ser detida.⁵⁸

O poder silencioso da Maçonaria se faria sentir, assim, através das ações dos pedreiros-livres dentro do poder público. Remetendo aos discursos dos maçons alemães do fim do século XVIII, que proclamavam a ordem como a tutora secreta das nações iluminadas, encarregada de prover os governos de pureza moral e ética⁵⁹, Pedro Pedrossian propunha um entrelaçamento entre governo e Maçonaria, que se encarregariam de transformar a sociedade para melhor, combatendo assim os *governos insensatos* e as *elites omissas*, que, ironicamente, eram compostos por parte daqueles que o ouviam e por ele próprio.

É óbvio, no entanto, que devemos relativizar o significado da identidade maçônica dessas figuras políticas sul-mato-grossenses para evitar o erro de considerar a maçonaria como condutora exclusiva dos destinos estaduais, mesmo porque é impossível detectar o grau de influência dessa identidade na atuação política de homens como Pedro Pedrossian, André Pucinelli e Levy Dias; embora fosse significativa, não há como saber em que momento esses políticos agiam como maçons, ou seja, como e se atuavam no mundo *profano* de acordo com os compromissos assumidos dentro das lojas ou mesmo quando somente representavam seus próprios interesses e de seus aliados políticos. Também é importante destacar que a política não se trata de um fenômeno restrito ao Estado, pois se faz presente nas relações desenvolvidas nas mais variadas instâncias sociais. Portanto, a influência dos círculos maçônicos na política oficial não deve ser medida apenas pela quantidade de membros que eles possuíam dentro das instâncias oficiais de poder, embora esta quantidade, obviamente, lhes conferisse prestígio e credibilidade. O poder da instituição encontrava-se, fundamentalmente, na capacidade de penetração e influência na sociedade *profana*, à qual ela oferecia maneiras alternativas de fazer política.

⁵⁸ PEDROSSIAN, P., É preciso que os governos abandonem a arrogância. *Consciência*. Fevereiro/1993. Nº 8, p. 8-9.

⁵⁹ KOSELLECK, R., *Op. cit.*, p. 80.

O discurso da revista, no entanto, proclama as virtudes maçônicas como imperativos para o fim da iniquidade e da corrupção. Avaliando a campanha *maçom vota em maçom* como um exercício ético, a matéria publicada em setembro de 1996 destaca:

O que é uma meta para a GLEMS passa por um processo de conscientização de seus membros. Esta postura (...) não significa absolutamente que a Instituição busca benefícios. A Grande Loja não quer favorecimentos, quer apenas, através dos mais elevados princípios maçônicos, participar da aplicação coerente dos recursos públicos, quer cobrar a boa gerência desses recursos (...) Sobre “aceitar benefícios”, a Maçonaria está, por princípio, consciente de tal tolice (...) Ao contrário, a Ordem, como instituição que quer “levantar templos à virtude” entende que o prudente faz bem a si, o virtuoso fá-lo aos homens. O grande desafio para a Maçonaria em geral é que os maçons eleitores ajam como maçons a qualquer hora e em qualquer circunstância.⁶⁰

Assim, a campanha *maçom vota em maçom* revela uma das características mais presentes da sociabilidade maçônica: a idéia do abismo moral entre o mundo dos *iniciados* e o mundo dos *profanos*. De acordo com o discurso da revista, maçom deve votar em maçom porque a autoridade moral do iniciado está legitimada pelo acesso ao código de ética que se encontra entre o esquadro e o compasso, o que necessariamente o qualifica para o exercício do poder; o político maçom é o defensor moral do aperfeiçoamento do modo de produção, do desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da educação e da cultura, além de combatente da miséria, da fome, da prostituição, do narcotráfico, da poluição ambiental, da violência, da intolerância, da corrupção e dos desmandos governamentais, sendo o único habilitado com coragem para ousar e desprendimento para silenciar.⁶¹

Como vimos, a sociabilidade maçônica em Mato Grosso do Sul, assim como em todo o Brasil, era repleta de ambigüidades e ambivalências. Conforme se observa, a universalidade maçônica não significa que a Maçonaria seja para todo e qualquer homem. Ela “trabalha por todos, mas em seu seio, procura recolher os bons elementos da humanidade, qualquer que seja a região da Terra, o país, o povo, a raça”.⁶² Os contrastes entre universalismo e localismo, individualismo e hierarquia, sagrado e

⁶⁰ O HOMEM é um ser essencialmente político. *Consciência*, Setembro/1996. Nº 27, p. 16.

⁶¹ PEREIRA, L.L., Maçom vota em maçom. *Consciência*, Outubro/1994. Nº 17, p. 10.

⁶² *Ibidem*, p. 9.

profano, relativismo e dogmatismo, esoterismo e exoterismo, ciência tradicional e ciência moderna, mudança e conservação, assim como a convivência entre elementos modernos e tradicionais dentro do discurso da ordem maçônica em Mato Grosso do Sul são os temas do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA *REVISTA CONSCIÊNCIA*

3.1 *CONSCIÊNCIA MODERNA*

Como se trata de uma forma de sociabilidade bastante presente na história ocidental contemporânea, a Maçonaria expressa, em sua estrutura organizacional, sua atuação, seus ritos, sua legislação e, sobretudo, em seu discurso, uma fusão entre elementos modernos e tradicionais. De fato, o discurso maçônico reproduz, ao menos microsociologicamente, o discurso da modernidade. Cabe, portanto, que citeamos uma definição bastante concisa do fenômeno a que chamamos de Maçonaria, elaborada pela historiadora Eliane Colussi:

Em termos genéricos, podemos definir *maçonaria* como uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivo o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros.¹

Apesar da concisão, tal definição não abarca todas as ambivalências, paradoxos e contradições do universo maçônico. Vimos nos capítulos anteriores que a pluralidade de organizações maçônicas torna impossível estabelecer critérios que definam um agrupamento como maçônico, tamanha a complexidade desta forma de sociabilidade. Parece-me bastante acertada a tese de *fusão de horizontes modernos e tradicionais* dentro da Maçonaria, proposta pelo sociólogo José Rodorval Ramalho. Segundo este autor, a Maçonaria seria uma expressão da *cultura nova* surgida na Europa durante o século XVIII e que vem se espalhando pelo mundo desde então. O sociólogo

¹ COLUSSI, E. L., *A maçonaria gaúcha no século XIX*, p. 33.

propõe que essa modernidade seria constituída por uma série de elementos, entre os quais:

a) uma nova forma de produção, a industrial; b) um novo método de conhecimento, o tecno-científico; c) um novo princípio ontológico, o individualismo; d) uma nova forma de Estado, o Estado-Nação laico; e) e um processo que é amplamente conhecido como “autognose social”, que estimula a reflexividade sistemática sobre a sociedade, sua gênese, instituições, valores etc. Assim, a modernidade se define pela combinação de três valores: a) o individualismo; b) o universalismo; c) o racionalismo.²

Embora a entrada do elemento *moderno* na história tenha sido avassaladora, transformando substancialmente as relações sociais, ela não se deu de forma completa: valores há muito estabelecidos e cristalizados impossibilitam que a modernidade se dê de forma plena. Tais elementos são os que chamaremos de tradicionais. A Maçonaria, como produto da modernidade, seria um espaço privilegiado para o estudo dos conflitos e aproximações destes elementos. É evidente que tais valores não são estáticos, sendo que tanto a tradição quanto a modernidade precisam se reinventar e se atualizar a todo momento. Lembremos que tradição, neste caso, não se trata de resquícios de uma cultura que será superada por um processo evolutivo que levará inexoravelmente à modernidade, mas que a relação entre os universos tradicional e moderno não será vista “como um antagonismo, uma artificialidade ou uma insuficiência dos agentes em questão, mas como um dado sociologicamente positivo, ou seja, um fator estruturante das ações dos indivíduos”.³

A Revista *Consciência* faz questão de ressaltar, em seu discurso, os elementos modernos da maçonaria, tal como se vê no artigo intitulado *O Iluminismo e a Maçonaria*, publicado na edição de maio de 1993:

Sempre proclamando a virtude e combatendo o vício, os maçons aceitos nas Lojas que proliferaram no século da Razão imbuíram-se de tal forma dos preceitos fundamentais da Ordem, que ela mesma, a Instituição Maçônica dita agora, especulativa, passou a ser doutrinação daquelas idéias novas e revolucionárias do pensamento lógico e racional, abrigando em seu seio a quase totalidade dos filósofos e adeptos do Iluminismo, cujas palavras encontraram – e encontram até

² RAMALHO, J. R., *Novae sed Antiquae*, p. 21.

³ *Ibidem*, p. 22.

hoje – o eco vibrante de sonoridade e apoio nas colunas dos Templos que freqüentaram.⁴

O artigo faz menção à passagem da Maçonaria *operativa* para *especulativa*, como vimos no capítulo 1, mas insinua que tal processo teve importância decisiva na consolidação do pensamento iluminista, ao afirmar que a quase totalidade das mentes envolvidas naquele movimento foram pertencentes aos círculos maçônicos. Ligar a Maçonaria às grandes revoluções intelectuais e políticas dos séculos XVIII e XIX é recurso constante nos artigos da revista, no sentido de estabelecer um elo entre as lojas de tempos recentes com aquelas que presenciaram as grandes transformações da Era das Revoluções. Apesar da dificuldade de se estabelecer os principais traços do vasto ideário maçônico, é possível perceber, para além dos elementos tradicionais presentes em seus ritos, uma gama de símbolos modernos comuns a praticamente todas as Obediências: progresso, razão, evolução e, principalmente, liberdade, igualdade e fraternidade. Certos de que a razão e a ciência são os instrumentos que levarão a um processo evolutivo que culminará com a felicidade de todos, os autores maçons apresentam sua instituição como a guia segura para o progresso de toda a humanidade. Apresentando a Ordem como a detentora das Luzes, o artigo *A ideologia do Maçom* define a maçonaria como:

(...) uma Associação Universal filantrópica, filosófica e progressista, a qual tem por obrigação constitucional infundir entre seus adeptos, o culto à Verdade, o estudo da Moral Universal e Humana, das Artes e das Ciências, desenvolvendo no coração dos homens, os sentimentos da abnegação, da caridade, da tolerância religiosa, e dos deveres para com a família.⁵

Vemos que, além das divisas ligadas ao pensamento iluminista, outro aspecto bastante propagado pela Ordem diz respeito às virtudes maçônicas. A loja deve ser vista como uma escola de aperfeiçoamento moral, em que será ensinada e praticada a *Moral Universal*, termo que se refere a uma série de virtudes obrigatórias a todos os membros, tais como fraternidade, serenidade, obediência, honra, modéstia, honestidade, harmonia, etc. Embora apreendidas no segredo das lojas, tais virtudes devem ser praticadas também fora delas, ou seja, o maçom virtuoso deve honrar o lar e a família e

⁴ SANTOS, R.M., O iluminismo e a maçonaria. *Consciência*, Maio/1993. Nº 9, p. 39.

⁵ MORAIS, H., A ideologia do maçom. *Consciência*, Novembro/1997. Nº 34, p. 33.

erigir à sua volta um templo moral contra os vícios, fanatismos e hipocrisias de quaisquer espécies.⁶ Somados o ideário iluminista e a moral universal, a Maçonaria pode então exercer sua função última, tal como descreve o artigo *A verdadeira finalidade maçônica*, publicado na edição de setembro de 1998. O texto pondera que, sob um ponto de vista estritamente místico, a Maçonaria seria uma escola iniciática que prepara o espírito de seus membros para a compreensão do Absoluto, mas que, se fosse essa sua única finalidade, ela não passaria de uma seita altamente espiritualizada destituída de quaisquer fins práticos. Pugnando pelo aperfeiçoamento individual do maçom e, por extensão, de toda a espécie humana, o verdadeiro fim da Maçonaria consistiria na:

(...) busca incessante da verdade, que conduz à luz, essa verdade pode ser moral, espiritual, ou mental, mas pode ser, também, a verdade social. Enfim, da liberdade e do bem estar dos povos, pois a maçonaria, embora tenha sua filosofia e suas práticas ritualísticas baseadas no misticismo, é, na verdade, uma reformadora social. Nascida na esteira dos ideais liberais e libertários da humanidade, numa época de absolutismo e de dogmatismo clerical, (...) colocou-se na vanguarda, não só do renascimento cultural e científico (o que valeu as iras do Santo Ofício), mas também na da luta por grandes reformas sociais, através de uma decisiva participação nos conflitos de idéias e de sua importante intervenção na solução dos grandes problemas internacionais.⁷

De fato, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, as lojas maçônicas desempenharam papel importante em uma série de movimentos revolucionários que explodiram por todo o ocidente durante os séculos XVIII e XIX. No entanto, trata-se de um exagero (bastante comum tanto na literatura maçônica quanto anti-maçônica) falar de tais revoluções como se tivessem sido arquitetadas nas lojas e postas em prática exclusivamente por maçons. A Revolução Francesa, os movimentos de independência dos Estados Unidos, do Brasil e das colônias espanholas, os processos de abolição da escravidão, foram, sim, eventos que contaram com a participação de maçons, mas em ambos os lados dos campos de batalha; a sociabilidade maçônica já se expressava em termos bastante diversos, o que fez com que existissem dentro dela grupos pró e anti-independência, pró e anti-abolição da escravidão, além do fato de que muitos revolucionários não eram maçons. Partindo daí, podemos abordar outro recurso também

⁶ BARBOSA, W. M., Uma ótima loja. *Consciência*, Julho/1998. Nº 35, p. 43.

⁷ SILVA, M. G., A verdadeira finalidade maçônica. *Consciência*, Setembro/1998. Nº 36, p. 20.

bastante presente no discurso da Revista *Consciência*, que é o de associar a Maçonaria com os chamados Grandes Personagens da História. Fala-se constantemente de membros ilustres da Ordem, como Louis Pasteur, Mozart, Goethe, Voltaire, além, é claro, de célebres figuras políticas como George Washington, Benjamin Franklin, Simón Bolívar, San Martín, Winston Churchill, Theodore Roosevelt, D. Pedro I, Deodoro da Fonseca. Estes ancestrais ilustres servem como importantes meios de legitimidade e propagação, no sentido em que fornecem coesão às irmandades maçônicas, afirmando sua identidade e funcionando como mote de congregação. Trata-se de um elemento mitológico, o da *consagração de ancestrais*, como afirmam os historiadores Marco Morel e Françoise Souza:

Há uma associação entre os grandes nomes, a civilização ocidental, o progresso e a ordem nacional, como se fossem peças da mesma engrenagem. Constrói-se assim um espelho exemplar onde cada membro pode se mirar e se orgulhar de pertencer a uma estirpe de personalidades destacadas.⁸

Cabe lembrar que não nos interessa aqui discutir se tais figuras foram de fato pertencentes a círculos maçônicos (de fato, a maioria era), mas esclarecer que eles não pertenceram a uma mesma Maçonaria. De qualquer forma, são abundantes os artigos da Revista *Consciência* que apresentam a instituição como a grande protagonista não apenas dos eventos relativos aos séculos XVIII e XIX, mas também de acontecimentos de relevo nas décadas mais recentes do século XX, como as vitórias sobre o nazismo e o fascismo e a queda da URSS.

Outro contraste que se percebe nos textos veiculados pela revista diz respeito aos três lemas que a Maçonaria tomou de empréstimo à Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade apregoada diz respeito à liberdade de consciência, a qual seria mais adequado chamar de liberdade religiosa, já que as Obediências predominantes no Brasil, como praticantes, em sua maioria, do Rito Escocês Antigo e Aceito, não aceitam membros ateus ou agnósticos. De qualquer forma, trata-se de uma característica moderna, calcada na crença da universalidade do ideário maçônico, no qual persiste, no entanto, uma espécie de eurocentrismo disfarçado, através do qual percebe-se uma fusão entre os conceitos de universalismo e

⁸ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *O Poder da Maçonaria*, p. 32.

processo civilizatório europeu. Em artigo intitulado *Objeto da Vida*, escrito por Luis Landes Pereira e publicado em setembro de 1993, lê-se sobre a liberdade:

A liberdade de consciência consiste em pensar e agir segundo os ditames da razão. Ser livre é um dom espiritual que pode ser inato ou cultivado. A maçonaria ensina o homem a ser livre, a exercitar seus atos pelos parâmetros da fé raciocinada, sob a predominância da razão, porque o homem nasce livre e quer ser livre por todo o sempre.⁹

Essa liberdade modulada pela *fé raciocinada* demonstra a complexidade que o conceito alcançou dentro do universo maçônico, pois que o sujeito só será completamente livre quando for iniciado na Ordem; essa iniciação fará com que ele se torne emancipado, pois compreenderá a Verdade reservada somente aos pedreiros-livres. Para Marco Morel e Françoise Souza, tal forma de assertiva constitui uma nítida incoerência no interior do discurso igualitário maçônico, por considerarem tratar-se de “uma forma aguda de distinção – os *iniciados* e os não *iniciados*, os que habitam as *luzes* e os que se mantêm nas trevas. A maçonaria acaba por colocar seus obreiros como qualitativamente superiores aos *profanos*.”¹⁰ A igualdade, que se expressa em termos maçônicos como a capacidade de absorver homens de diferentes credos, etnias, nacionalidades e posições sociais, é assim descrita pelo artigo:

A igualdade de direitos se reflete na igualdade de oportunidades e no atendimento pleno das necessidades humanas, sem discriminação social e sem concentração de riquezas. É a equalização das desigualdades humanas pela tolerância mútua que iguala os desiguais, respeitando as necessidades e as possibilidades individuais e coletivas.¹¹

Portanto, adotando a meritocracia interna à seu próprio sistema hierárquico, a Maçonaria postula uma igualdade modulada, em que as desigualdades do mundo profano cessam. Quanto à fraternidade, assim conclui o mesmo artigo:

Fraternidade universal consiste na união de todos em torno de uma causa comum. É comungar nas mesmas idéias como verdadeiros irmãos; é harmonizar-se sem distinção de classes sociais, raças e

⁹ PEREIRA, L.L., Objeto da vida. *Consciência*, Setembro/1993. Nº 11, p. 15.

¹⁰ MOREL, M., SOUZA, F. J., *Op. cit.*, p. 50.

¹¹ PEREIRA, L.L., Objeto da vida. *Consciência*, Setembro/1993. Nº 11, p. 15.

crenças segundo o ideal maçônico de “amar o próximo como a si mesmo”.¹²

Como é a mais frequentemente associada à maçonaria, a fraternidade é a virtude que serve de coesão entre os maçons e base de sustentação no mundo profano. Seja como auxílio mútuo, como caridade, como filantropia ou como o convívio harmonioso entre os membros da instituição, a fraternidade apregoada pela maçonaria dá-se numa primeira instância entre os próprios maçons, que devem se socorrer entre si e às suas famílias; é em segunda instância que ocorre a fraternidade em relação aos não-maçons, através de atitudes solidárias e filantrópicas.

Vimos, portanto, que os elementos modernos vinculados no discurso da Revista *Consciência* são bastante ambíguos, já que se encontram amalgamados com uma série de elementos tradicionais que trabalharemos no próximo tópico.

3.2 CONSCIÊNCIA TRADICIONAL

Os valores tradicionais imanentes ao discurso maçônico estão presentes na Revista *Consciência* sempre mesclados aos valores modernos, sendo que esta é uma das características básicas da sociabilidade praticada pela instituição. Por valores tradicionais entendemos uma série de princípios axiológicos que orientam os indivíduos no sentido de preservar certas características herdadas do passado; no dizer do sociólogo José Rodorval Ramalho:

Entre estes princípios poderíamos citar a hierarquia, o encantamento do mundo e o comunitarismo. Por outro lado, o conceito de Tradição nos remete a um método de transmissão dinâmica de idéias e objetos originários de períodos históricos anteriores. Assim, quando falamos de Tradição, estamos nos referindo a um conjunto de práticas e valores que, oriundos de um passado antigo ou recente, atingem esta condição pelo fato de serem repetidos ritualmente. Ressaltemos, no entanto, que a Tradição, como método de transmissão dinâmica, é um procedimento que não busca o engessamento de práticas e valores, mas os ressignifica sempre que necessário.¹³

¹² *Ibidem*, p. 15.

¹³ RAMALHO, J.R.; *Op. cit.*, p. 25.

É importante esclarecer que um conjunto de práticas e símbolos não precisa necessariamente ser realmente antigo para ser considerado tradicional. Na verdade, o que distingue a tradição é o ritual e a repetição. Quando uma determinada lenda se transforma em mito, ela deixa de obedecer aos ditames da razão e se torna importante por sua capacidade de convencer e agregar pessoas. A simbologia e os ritos maçônicos se inserem neste contexto, como parte de um ideário que foi se construindo ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, à maneira do processo que os historiadores Eric Hobsbawn e Terence Ranger chamaram de *invenção das tradições*:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.¹⁴

Salientamos, mais uma vez, que não se trata de separar a história do mito, mas entender qual o papel exercido pelo discurso mítico dentro da sociabilidade maçônica expressa pela Revista *Consciência*. Como esclarece Marco Morel, “a maçonaria é fértil em mitos de origem – e mito não quer dizer mentira. Mais do que desacreditar as lendas, vale assinalar o chão de onde se sonha.”¹⁵ A julgar pelo teor dos textos publicados, os maçons movem-se com bastante destreza em meio a esses dois universos, como podemos ler: “Para o maçom este é o equilíbrio perfeito, que permite-lhe firmar um pé na tradição, que lhe transmite os valores espirituais, e outro na ciência oficial que o mantém, sempre, na senda do progresso.”¹⁶

Dentre os mitos de origem que aparecem no discurso da revista, percebe-se um esforço por ligar a sociabilidade maçônica a tempos remotos, no sentido de obter uma legitimação do cotidiano vivido nas lojas a partir da associação com tradições venerandas oriundas de várias culturas. Dessa forma, o ideário maçônico consegue criar as condições de convivência entre o racionalismo moderno e ancestrais coletivos que fazem referências esotéricas a um sem-número de elementos tais como a cabala, a alquimia, os cultos herméticos, as ordens de cavaleiros medievais, etc. A linguagem simbólica veiculada em diversos textos da revista se liga ao compartilhamento de

¹⁴ HOBBSBAWN, E.; RANGER, T., *A invenção das tradições*, p. 9.

¹⁵ MOREL, M.; SOUZA, F. J. O., *Op. cit.*, p. 15.

¹⁶ SILVA, D. A., O Ensino na maçonaria. *Consciência*, Julho/1994. Nº 16, p. 31.

rituais, mitos e alegorias decodificados apenas pelos irmãos da Ordem, o que favorece a identificação e a coesão do grupo. Tal forma de linguagem atrai os leitores de uma maneira mais eficaz e verdadeira do que a linguagem analítica. Para alcançar esse nível de sociabilidade, a revista faz uso de recursos imagéticos e estilísticos. Eric Hobsbawn assinala como o uso de símbolos, sinais de reconhecimento, toques, rituais de iniciação, isto é, de *tradições inventadas* que se dão a partir da continuidade com um passado histórico difuso, inculcam valores específicos e geram sentimentos de pertencimento e identidade coletiva.¹⁷ Sobre o tema, escreve Marco Morel:

Éden, Templo de Salomão, Egito Antigo, templários, associados a outras referências como a Ordem Rosa-Cruz, compõem um conjunto de códigos com um evidente conteúdo esotérico. Formam uma linha narrativa surpreendentemente coesa, apesar da diversidade de épocas e situações misturadas e, mesmo, da inconsistência empírica de várias afirmações. Entre o ocaso do século XX e o raiar do século XXI, ou seja, em nosso tempo, tais esoterismos ganham força, por diferentes motivos. Entre eles, a permanência de uma visão da história como linha de continuidade, evolutiva, formando uma ligação mecânica, determinista e sem muitas mediações entre o passado remoto e o presente, alimentando-se de aspirações com traços messiânicos.¹⁸

Vejamos como se dá esse processo neste trecho do artigo *O culto entre homens escolhidos*, escrito por Telmo Trento e publicado na *Revista Consciência* de fevereiro de 1997: o texto em questão cita as enigmáticas pirâmides do Egito, os Megalitos de Creta e os círculos de pedra de Stonehenge, e se faz a seguinte pergunta:

Como esses conhecimentos se transmitiram por cinquenta gerações? Só existe uma resposta. A existência de um grupo de pessoas que tinham o conhecimento e o repassavam a indivíduos escolhidos (...) Como esse grupo motivou aquela sociedade primitiva a trabalhar e construir um monumento que sobrevive há quase 8.000 anos? Um culto, esotérico e exotérico, que aglutinou aquele povo na crença em algo que transcendesse os tempos. Um culto que dominou as paixões e conduziu seus adeptos por múltiplas gerações. Como na antiguidade, hoje a Maçonaria congrega escolhidos em torno do culto ao Grande Arquiteto do Universo, tendo como regra a Lei Natural, ideal perseguido por toda a humanidade. Como causas, a verdade, luz flamejante que retira o homem da escravidão da ignorância; a liberdade, dom divino, o livre-arbítrio concedido pelo Grande

¹⁷ HOBBSAWN, E.; RANGER, T., *Op. cit.*, p. 12.

¹⁸ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 29.

Arquiteto do Universo; e a Lei Moral como freio das paixões dos desejos egoísticos.¹⁹

Para que possam se transformar em mito, as narrativas e tradições devem se adequar às intenções dos sujeitos que as contam e recontam. Tal processo se dá de forma complexa, “polindo as arestas, desprezando elementos que se tornaram defasados, valorizando outros, enfim, elaborando suficientemente a narrativa através de gerações para que ela mantenha sua eficácia e seu sentido renovados.”²⁰

É também na tradição iniciática e esotérica que a instituição busca justificativas para certas atitudes que podem soar estranhas à modernidade, como, por exemplo, a não admissão de mulheres na Ordem maçônica. Em entrevista concedida à Revista *Consciência* em agosto de 1995, o então ex-grão-mestre da GLEMS, Heitor Rodrigues Freire, assim explica a questão:

A Maçonaria é uma instituição solar, portanto, masculina. Essa polaridade decorre da sua essência. Como solar, não pode admitir mulheres, que são seres de polaridade lunar. O homem é solar, daí somente o homem pode ser iniciado na Maçonaria. Há no ser humano (...) uma busca de algo transcendental. Por isso a mulher se sente atraída pelo mistério que cerca a Ordem Maçônica. Mas não é lá que encontrará o seu caminho de realização interior. (...) Quanto à existência de Lojas femininas, posso dizer que são antinaturais porque elas se contrapõem intrinsecamente à sua natureza interior. E tudo que é antinatural não prospera. Seria a mesma coisa, por exemplo, que se pretendesse que o homem amamentasse porque possui dois mamilos. É evidente que não vai dar certo.²¹

Vemos, portanto, que critérios astrológicos assumem posição de relevo dentro da sociabilidade maçônica, servindo como fator explicativo para seu caráter exclusivamente masculino. No mesmo plano também são elaboradas narrativas que procuram criar um senso de continuidade direta entre a Maçonaria brasileira e as próprias origens lendárias da instituição. Um exemplo interessante é um texto chamado *Solimões, o Segredo Brasileiro*, publicado na edição de novembro de 1993, que fornece detalhes acerca de um mítico comércio ultramarino praticado entre terras brasileiras e o Oriente Médio, em plena antiguidade. O protagonista deste mito é o próprio Hiram

¹⁹ TRENTO, T., O culto entre homens escolhidos. *Consciência*, Fevereiro/1997. Nº 30, p. 25.

²⁰ MOREL, M.; SOUZA, F.J., *Op. cit.*, p. 29.

²¹ ENTREVISTA: Heitor Rodrigues Freire. *Consciência*, Agosto/1995. Nº 21, p. 3-4.

Abif²², arquiteto lendário que teria liderado o processo de construção do Templo de Salomão, modelo simbólico dos templos maçônicos. Segundo a narrativa, quando a construção estava em fase final de acabamento, Hiram Abif pediu a Salomão que trouxesse madeiras de cedro do Líbano para que fossem transformadas em portas e janelas do templo, mas um grande incêndio teria ocorrido na região, não sobrando nenhuma árvore para que a obra fosse finalizada. Salomão, então, dirigiu-se ao rei da Fenícia, pedindo que seus hábeis navegadores arranjasse a madeira tão preciosa. Vejamos como prossegue a narrativa:

Os fenícios, hábeis navegadores, e estimulados pelo pagamento feito em ouro, prepararam seus navios e vieram aportar no Brasil, mais precisamente no local onde hoje é o Estado do Amazonas, e de lá retiraram com o auxílio dos índios, um tipo de madeira melhor que o cedro do Líbano – a ARAPUTANGA ou MOGNO. Ao voltarem para seu país deixaram aqui a marca de sua passagem: o longo trecho do rio Solimões, que nada mais é do que a corruptela da palavra SALOMÃO, nome este dado em sua homenagem. E foi assim que o nosso país veio a participar indiretamente da construção do Templo de Jerusalém, ocasionado por motivos de origem tão remota, como foi o caso do violento incêndio que veio se abater nas florestas do Líbano. Este fato deve ser considerado como orgulho para todos os brasileiros.²³

Assim, o Brasil já teria tido, antes mesmo da Europa, uma ligação especial com os primórdios míticos da Maçonaria, ligação esta que seria reativada durante o século XVIII, quando eventos como a Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana teriam sido arquitetados dentro de lojas maçônicas clandestinas que se organizavam secretamente para conspirar contra a opressão exercida pelo absolutismo lusitano. De

²² Embora a constelação mitológica maçônica se valha de uma série de narrativas lendárias que vão desde o Paraíso bíblico até a Ordem dos Templários, passando pelas irmandades pitagóricas da Antiga Grécia, é no personagem bíblico Hiram Abif que ela encontra seu herói mítico. Segundo a narrativa, Hiram era originário de Tiro, e foi enviado ao rei Salomão para organizar a construção do Grande Templo de Jerusalém. Assumindo a direção dos obreiros, que eram inúmeros, o arquiteto dividiu-os em três categorias – aprendiz, companheiro e mestre – e deu a cada grupo um conjunto específico de palavras, sinais e toques diferentes para distingui-los quando do pagamento. Com o fim das obras se aproximando, três obreiros, que só haviam logrado alcançar o grau de companheiros, resolveram atacar Hiram para arrancar à força o sinal e a palavra restritos aos mestres, buscando assim conseguir maior pagamento. Diante da recusa heróica deste em revelar o segredo, os três o golpearam até que ele morresse. Os obreiros fiéis a Hiram, após concluírem o Templo de Salomão, que se tornaria o protótipo lendário do próprio Templo Maçônico, espalharam-se pelo mundo, procurando desde então a palavra do Mestre, a fim de poderem continuar sua obra, tornando-se os primeiros *maçons* da humanidade. Esta palavra perdida representa justamente o segredo maçônico, cuja descoberta se dá no fim do processo de iniciação, que é, por sua vez, a representação da morte e da ressurreição simbólica do mestre-arquiteto. Na narrativa de Hiram Abif, os maçons encontram o exemplo de nobreza, fidelidade e respeito às hierarquias, ou seja, os valores e virtudes essenciais da maçonaria. BARATA, A. M., *Luzes e sombras*, p. 45-46.

²³ CASTRO, A.G., Solimões, o segredo brasileiro. *Consciência*, Novembro/1993. Nº 12, p. 31-32

acordo com artigo intitulado *Inconfidência Mineira*, publicado em novembro de 1993, Tiradentes teria sido o portador de instruções secretas entre os maçons baianos e mineiros. Embora fracassadas, as Conjuras são mostradas como lutas que arrefeceram mas depois ressurgiram durante o processo de independência, que, graças à Maçonaria, teria se dado “sem comoções anárquicas, sem experiências temerárias, pela persuasão de uma elite ilustre, do obscurantismo até a civilização liberal”.²⁴

Vimos, portanto, uma pequena mostra dos contrastes existentes no interior do discurso maçônico; um conjunto de elementos se mesclam para gerar uma sociabilidade difícil de apreender, mas com significado cósmico para aqueles que a praticam. Nas palavras de Marco Morel e Françoise Souza:

Diante destes contrastes, pode-se comparar a ordem maçônica a um tecido que, visto de longe, aparenta forma e cor homogêneas. Analisado de perto, entretanto, o tecido revela cruzamento de diferentes matizes que se mantêm unidos por pontos de interseção, que nada mais são do que o fundo comum simbólico que conforma a identidade maçônica. Esse fundo comum, composto por divisas como a do progresso, razão, liberdade, igualdade e virtude e por um agrupamento de símbolos e ritos, corresponde aos liames que impedem o total esgarçamento deste tecido e, conseqüentemente, o surgimento de instituições distintas.²⁵

Portanto, para além do senso comum, podemos se contrapor aos diversos mitos que, criados pelos opositores dos maçons e também apropriados por alguns destes, superestimam o poder de organização e coesão da Maçonaria. Diferente da imagem de uma organização onipotente, onipresente e onisciente, temos um conjunto de normas e valores que permitem múltiplas apropriações e interpretações. No entanto, tal multiplicidade não impede que a Maçonaria seja também, paradoxalmente, una. Ajustando-se a seu entorno social, dialogando com os diversos ritos, obediências e tendências que ocorrem dentro do universo maçônico, o discurso da Revista *Consciência* nos mostra uma instituição dinâmica e complexa, alinhada e análoga à modernidade, e, sobretudo, mantendo uma positividade vibrante, como pode se ler abaixo:

²⁴ RIBAMAR NETO, J., *Inconfidência Mineira*. *Consciência*, Novembro/1993. Nº 12, p. 16-17.

²⁵ MOREL, M.; SOUZA, F.J.O., *Op. cit.*, p. 50.

Maçonaria é o “núcleo de união” de todas as correntes filosóficas existentes no Universo. É uma comunidade mística, um modo de ser e de sentir que transcende as distâncias intelectual, social e econômica de seus membros, todos livres e de bons costumes. Congrega os princípios de livre-pensamento, de racionalismo filosófico e de politização humana sob a égide da tolerância humana.²⁶

²⁶ PEREIRA, L.L., Objeto da vida. *Consciência*, Setembro/1993. Nº 11, p. 15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recomendação do Oráculo de Delfos, *Nosce te ipsum*, traduzida simplesmente como *conhece a ti mesmo*, compõe o emblema da GLEMS e está presente em todas as páginas de índice da Revista *Consciência*, servindo como um aviso ao público leitor. Aviso de que suas páginas revelarão não somente informações acerca das lojas maçônicas jurisdicionadas à GLEMS ou às potências maçônicas que com ela tivessem relações, mas também conteúdos que servirão para que ele conheça a si mesmo dentro da perspectiva das doutrinas maçônicas. Doutrinas que, como vimos, não são fáceis de elencar e analisar, pois representam os contrastes e ambivalências de uma sociabilidade a um só tempo iniciática, esotérica, fechada, hierárquica, espiritualizada (tradicional) e progressista, liberal, individualista, universalista e racionalista (moderna).

É preciso esclarecer que somente uma faceta desta sociabilidade foi contemplada por estes estudos, ou, para ser mais específico, somente a faceta dos autores do veículo de comunicação que serviu como fonte, o que não é nada desprezível, em se tratando de uma instituição que prima pela discrição. Embora seja também ela discreta, os números consultados da Revista *Consciência* sem dúvida serviram para entender como se expressava parte da sociabilidade maçônica sul-mato-grossense (e, por extensão, brasileira) ao longo da última década do século XX. É notável como essa sociabilidade, a par das dificuldades que enfrentava frente ao seu esvaziamento de sentido, conseguiu lidar de forma bastante dinâmica com suas próprias contradições internas. Quando nos referimos à guinada conservadora e ao afastamento da Ordem em relação ao ideário libertário que caracterizou parte de seus quadros durante os séculos XVIII e XIX, de maneira alguma o fizemos no intuito de criticá-la, mas de apontar como ela lida com as transformações que ocorrem em seu entorno.

Podemos afirmar que a sociabilidade maçônica sul-mato-grossense mostrava uma vitalidade impressionante durante o período estudado, pois via os problemas que a acometiam e procurava enfrentá-los. O relacionamento inter-potências, a ação educacional, os esforços em *espiritualizar* seus quadros, qualificando-os, e,

sobretudo, sua atuação política que, mesmo se dando de forma indireta, representou aspectos importantes na história do estado, demonstram que a dinâmica maçônica estava em dia com seu ideário universalista, mesmo quando este ideário passava por adaptações que o alteravam substancialmente.

O historiador americano H. Paul Jeffers escreveu, em 2005: “Atualmente, a Maçonaria mais parece uma tentativa por parte de homens bem-intencionados, em sua maioria, brancos e idosos, de compreender o sentido da vida”.¹ A afirmação de Jeffers parece evidentemente injusta, a julgar pelo discurso da *Revista Consciência* aqui estudado, que revela uma Maçonaria empenhada em influenciar o mundo e melhorá-lo de acordo com os ditames de suas doutrinas, ou seja, uma Maçonaria também bastante *operativa* e não somente *especulativa*.

O objetivo principal deste trabalho é contribuir com a ainda pequena obra historiográfica sobre a Maçonaria feita por pesquisadores independentes. Talvez esta pesquisa tenha suscitado mais perguntas do que respostas; se tais perguntas levarem mais pesquisadores a se dedicarem ao estudo desta instituição que já tem uma longa história no Brasil, então pode-se considerar que seu objetivo foi alcançado.

¹ JEFFERS, H. P., *Freemasons: inside the world's oldest secret society*. p. 34.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Paris: Fayard, 1984.
- ANDERSON, James. *The Constitutions of Free-Masons*. Nova York: Household Masonic Library, 1859.
- ASLAN, Nicola. *Uma Radioscopia da Maçonaria: ou a Maçonaria ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1981.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a Construção de um Estado (2 Volumes)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- CAMINO, Rizzardo da. *A Maçonaria e o Terceiro Milênio: objetos e objetivos da Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2005.
- CASTELLANI, José. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. São Paulo: Landmark, 2007.
- ____ & CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- FERNÁNDEZ, Celso Almuiña. *Prensa y opinión pública: la prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería*. In: BENIMELI, José Antonio Ferrer (org.). *Masonería, política y sociedad I*. Zaragoza: Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española, 1989.
- FURET, François & OZOUF, Marc (orgs). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALÉVI, Ran. *Les Loges Maçonniques dans la France d'Ancien Régime: aux origins de la sociabilité démocratique*. Paris: Librairie Armand Colin, 1984.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- JEFFERS, H. Paul. *Freemasons: Inside the world's oldest secret society*. Nova York: Kensington Publishing Corporation, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MORAES, Leticia Nunes de. *Leituras da Revista Realidade (1966 – 1968)*. São Paulo: Alameda, 2007.
- MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- NAUDON, Paul. *A Maçonaria*. São Paulo: Difel, 1968.
- RAMALHO, José Rodorval. *Novae sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira*. Guarapari: Ex Libris, 2008.
- SCHMIDT, Guilherme César Temp. *Revista O Delta: Idéias e Voz da Maçonaria gaúcha (1916 – 1927)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SIRINELLI, Jean-François. *Elogio da complexidade*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996.
- STEVENSON, David. *As Origens da Maçonaria: o século da Escócia (1590 – 1710)*. São Paulo: Madras, 2005.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893 – 1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1980.
- VOVELLE, Michel (org.). *França revolucionária: 1789 – 1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ZVEITER, Waldemar. *Maçonaria e Ação Política*. Rio de Janeiro: Mandarin, 1993.

OBRAS CONSULTADAS

- ANDRADE, Alex Moreira. *Maçonaria no Brasil (1863 – 1901): Poder, cultura e idéias*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro & ARAÚJO, Elson Luiz de. *As Luzes Maçônicas em Paranaíba – MS: história e realidade social em 40 anos da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro n. 11*. Birigui: Boreal, 2008.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Maçonaria: História e Historiografia*. Revista da USP. São Paulo, nº 32, p. 178 – 179, 1996-97.

BARRETO, Célia. *A Ação das Sociedades Secretas*. In HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, vol. 3, 1985.

CASTRO, Giane de Souza. *A cruz e o compasso: o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da reforma católica ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

LEADBEATER, Charles Webster. *A Vida Oculta na Maçonaria*. São Paulo: Pensamento, 1981.

_____. *Pequena História da Maçonaria*. São Paulo: Pensamento, 1981

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890 – 1922)*. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869 – 1889)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1980.

RELAÇÃO DE FONTES

BARBOSA, Wilson Marques. Uma ótima loja. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1998. Nº 35, p. 43.

BARBOSA, Wilson Marques. Uma trajetória só de exemplos dignificados. *Consciência*, Campo Grande. Setembro/1992. Nº 7, p. 18.

BUYTENDORP, Edgard. O Grande Oriente de Mato Grosso do Sul e os fatores que originaram sua criação. *Consciência*, Campo Grande. Dezembro/1995. Nº 23. p. 23-26.

- CASTRO, Arassuay Gomes de. Solimões, o segredo brasileiro. *Consciência*, Campo Grande. Novembro/1993. Nº 12, p. 31-32.
- COMPROMISSO de Levy: entrar e sair de mãos limpas. *Consciência*, Campo Grande. Outubro/1994. Nº 17, p. 11-18.
- COSTA, Celso. Ideologias e política. *Consciência*, Campo Grande. Maio/1994. Nº 16, p. 37.
- CUNHA, Ronaldo. Exercício inteligente do sufrágio universal. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1992. Nº 6, p. 29.
- EDITORIAL. *Consciência*, Campo Grande. Junho/1995. Nº 20, p. 9.
- EDITORIAL. *Consciência*, Campo Grande. Agosto/1995. Nº 21, p. 11.
- ENTREVISTA: André Puccinelli. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1996. Nº 27, p. 5-6.
- ENTREVISTA: Arildo Bras Flores. *Consciência*, Campo Grande. Dezembro/1996. Nº 29, p. 5-7.
- ENTREVISTA: Edroim Reverdito. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1996. Nº 26, p. 5-7.
- ENTREVISTA: Fadel Tajher Yunes. *Consciência*, Campo Grande. Novembro/1998. Nº 37, p. 11-13.
- ENTREVISTA: Heitor Rodrigues Freire. *Consciência*, Campo Grande. Agosto/1995. Nº 21, p. 3-6.
- ENTREVISTA: Luis Landes da Silva Pereira. *Consciência*, Campo Grande. Fevereiro/1997. Nº 30, p. 9.
- ENTREVISTA: Rubens Marques dos Santos. *Consciência*, Campo Grande. Março/1997. Nº 31, p. 5-8.
- FREIRE, Heitor Rodrigues. Estado do Pantanal, sim. *Consciência*, Campo Grande. Maio/1999. Nº 40, p. 5.
- ____ Mensagem do Grão-Mestre. *Consciência*, Campo Grande. Setembro/1991. Nº 1, p. 3.
- FUNLEC, os sete princípios. *Consciência*, Campo Grande. Setembro/1991. Nº 1, p. 12.
- GALHARDO, Cezar Luiz. Histórico da Grande Loja Maçônica de Mato Grosso. *Consciência*, Campo Grande. Outubro/1995. Nº 22, p. 29-31.
- ____ Histórico da Grande Loja – II. *Consciência*, Campo Grande. Novembro/1992. Nº 8, p. 15-18.

GRANDE LOJA vai ao Cone Sul. *Consciência*, Campo Grande. Janeiro/1992. Nº 3, p. 16-17.

INTERIORIZAÇÃO, o desafio da integração pela fraternidade. *Consciência*, Campo Grande. Maio/1996. Nº 25, p. 10-13.

LOPES, Mário Magno de Souza. Maçonaria antiga e moderna. *Consciência*, Campo Grande. Maio/1993. Nº 9, p. 29-30.

MELO, Paulo Cezar de. A Maçonaria no sul de Mato Grosso. *Consciência*, Campo Grande. Dezembro/1995. Nº 23, p. 27-28.

MORAIS, Haroldo de. A ideologia do maçom. *Consciência*, Campo Grande. Novembro/1997. Nº 34, p. 32-34.

O HOMEM é um ser essencialmente político. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1996. Nº 27, p. 14-16.

PEDROSSIAN, Pedro. É preciso que os governos abandonem a arrogância. *Consciência*, Campo Grande. Fevereiro/1993. Nº 8, p. 7-9.

PEREIRA, Luis Landes da Silva. Maçom vota em maçom. *Consciência*, Campo Grande. Outubro/1994. Nº 17, p. 7-10.

____ Objeto da vida. *Consciência*, Campo Grande. Setembro/1993. Nº 11, p. 15.

RIBAMAR NETO, José de. Inconfidência Mineira. *Consciência*, Campo Grande. Novembro/1993. Nº 12, p. 16-17.

SANTOS, Rubens Marques dos. O iluminismo e a maçonaria. *Consciência*, Campo Grande. Maio/1993. Nº 9, p. 33-39.

SILVA, Domingos Alves da. O Ensino na maçonaria. *Consciência*, Campo Grande. Julho/1994. Nº 16, p. 31-32.

SILVA, Mauro Gonçalves da. A verdadeira finalidade maçônica. *Consciência*, Campo Grande. Setembro/1998. Nº 36, p. 20.

SOTTOVIA, Adone Collaço. E a nossa cidadania? Para onde foi? *Consciência*, Campo Grande. Agosto/1995. Nº 21, p. 50.

TRENTO, Telmo. O culto entre homens escolhidos. *Consciência*, Campo Grande. Fevereiro/1997. Nº 30, p. 25.

ZVEITER, Waldemar. Sou um arauto do parlamentarismo. *Consciência*, Campo Grande. Dezembro/1992. Nº 7, p. 17.

ANEXOS

FIGURA 1



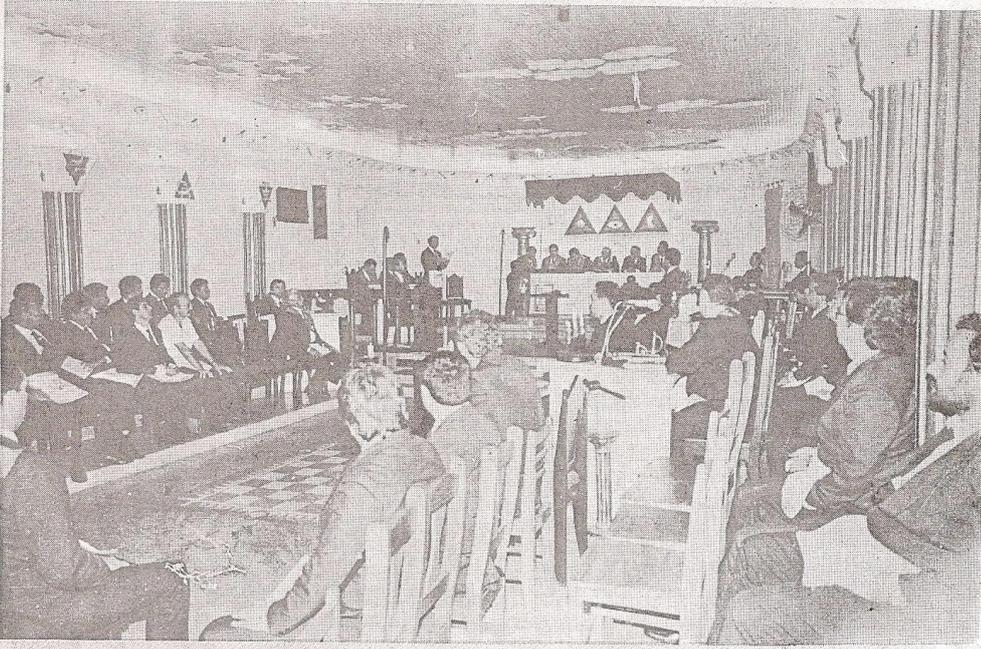
FIGURA 2

GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Consciência

ANO I - Nº 3



Mundo Novo recebeu irmãos de seis lojas na terceira etapa do projeto de interiorização

Grande Loja trabalha no Interior

ENTREVISTA
Fadel destaca relacionamento interpotências

FIGURA 3

Página 3
Será que somos justos?

Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso

Consciência?

1993 ANO 3 Nº 8



"Maçonaria não faz nada?"

O Grão-Mestre Heitor Rodrigues Freire e veneráveis de quase todas as lojas do Estado de Mato Grosso do Sul se reuniram com o governador Pedro Pedrossian. O tema principal do encontro foi a efetiva participação da Maçonaria junto a entidades e organismo governamentais. Páginas 6/7/8 e 9

 **Loja,**
do oriente ao Ocidente
Página 21

**Alcoolismo,
tragédia consentida**



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, _____ de _____ de 2011.

Tiago Wolfgang Dopke